

EXPEDIENTE

Dirigentes do CEFET-AM

João Martins Dias
Diretor Geral

Arone do Nascimento Bentes
Diretor da Sede

José Carlos Nunes de Melo
Diretor da UNED-Manaus

Roquelane Batista de Siqueira
Diretor da UNED-Coari

Antônio Venâncio Castelo Branco
Diretor de Ensino Médio e Técnico

Raimundo Vicente Jimenez
Diretor de Ext. e Relações Comunitárias

Cláudia Magalhães do Valle
Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

João dos Santos Cabral Neto
Diretor de Ensino de Graduação

Comissão Editorial

Amarildo Menezes Gonzaga

Ana Mena Barreto Bastos

Antonio Ferreira Santana Filho

Cláudia Magalhães do Valle

Darcília Penha Pinto

Djalma da Paz Gomez

João dos Santos Cabral Neto

Jorge Sosa Cardoza

José Pinheiro de Queirós Neto

Juliana Mesquita Vidal M. de Lucena

Raul de Souza Nogueira Filho

Urçula Regina Vieira Fernandes

Urdiel Macedo de Paula

Coordenações de Cursos

Roceli Pereira Lima
Desenvolvimento de Software

Liliane Brito de Melo
Construção de Edifícios

Kátia Maria Guimarães Costa
Licenciatura em Química

Cinara Calvi Anic
Licenciatura em Ciências Biológicas

Márcia Maria Costa Bocovis
Materiais, Processos e Comp. Eletrônicos
Mecatrônica Industrial

Éverton Moura Arruda
Produção Publicitária

Sheylla Maria Luz Teixeira
Processos Químicos e
Tecnologia em Alimentos

José Pinheiro de Queiroz Neto
Sistemas de Telecomunicações

Supervisão Editorial

Éverton Moura Arruda

Projeto Gráfico/Editoração

Amarinildo Osório

Jonas da Silva Júnior

Revisão

Amarinildo Osório de Souza

Arone do Nascimento Bentes

Raul de Souza Nogueira Filho

Urçula Regina Vieira Fernandes

Os artigos assinados não refletem
necessariamente a opinião do CEFET-AM.

É permitida a reprodução desde que
citada a fonte.

Impressão:
Gráfica e Editora Fama

Artigos para publicação devem ser enviados dentro das
normas da revista para: revistaigapo@cefetam.edu.br



igapó

REVISTA DE EDUCAÇÃO & TECNOLOGIA DO CEFET-AM

ISSN 1982-5498

Vol. 2 - Abril 2008

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC)

Revista Igapó / Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas. Vol. 2
(Abr. 2008) - Editora Manaus: Centro Federal de Educação Tecnológica do
Amazonas, 2008/2.

ISSN: 1982-5498

1. Brasil. 2. Educação. 3. Tecnologia. 4. Produtos e Processos.
5. Experiências Pedagógicas. 6. Centro Federal de Educação
Tecnológica do Amazonas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS



REVISTA DE EDUCAÇÃO & TECNOLOGIA DO CEFET-AM

MANAUS - AMAZONAS
2008

EDITORIAL EDITORIAL EDITORIAL
EDITORIAL EDITORIAL EDITORIAL
EDITORIAL EDITORIAL
EDITORIAL EDITORIAL
EDITORIAL EDITORIAL
EDITORIAL EDITORIAL
EDITORIAL EDITORIAL



Cada edição de uma revista é um momento ansiosamente aguardado por aqueles que se dedicam à produção científica, pois representa a afirmação e a continuidade de um trabalho que não pode ser interrompido: a divulgação dos resultados de estudos e pesquisas desenvolvidos por professores e pesquisadores, na maioria das vezes, sem nenhum tipo de apoio oficial.

A pesquisa na região norte, assim como a qualificação de professores em cursos *strictu-sensu*, é, em sua maioria, um trabalho dilatante e de muita perseverança, realizado por obstinados, com seus poucos recursos, que não se rendem à falta de condições, de estímulos, nem às mais variadas dificuldades colocadas por órgãos governamentais que

deveriam estimular a pesquisa tanto a qualificação dos professores quanto a produção científica, mas na prática não o fazem.

Podemos afirmar, sem receio de cometer injustiças, que na região norte os professores pesquisadores tocam seu trabalho em frente, apesar dos órgãos oficiais que deveriam incentivá-los (inclusive financeiramente), mas não o fazem. Pelo contrário, muitas vezes desestimulam com argumentos burocráticos, os mais ridículos possíveis, alheios às necessidades e especificidades da região. Vale até mesmo questionar se estes órgãos, ou as pessoas que o dirigem, têm noção do tamanho do Brasil; se, de fato, sabem que o Brasil tem uma região Norte? A resposta, sem medo de errar é não. Esse fato já foi motivo, inclusive, de uma carta aberta da SBPC ao MEC, mas...

Todos esses lamentáveis fatos relatados servem para engrandecer a iniciativa do CEFET Amazonas de patrocinar esta publicação e também para ressaltar o compromisso e a determinação dos seus professores em continuar realizando pesquisas, gerando conhecimento, produzindo artigos para socializar resultados e continuar contribuindo para a formação de profissionais que um dia ocuparão postos-chave no comando dos mesmos órgãos que hoje ignoram e até mesmo, sabotam a pesquisa na região norte, para que eles tenham seu curso corrigido e passem a estimular a geração do conhecimento tão

necessário a qualquer nação que encare com seriedade a educação e a tecnologia.

A segunda edição da Igapó – Revista de Educação e Tecnologia do CEFET-AM chega até você leitor, com uma boa amostra do que pode produzir a dedicação de quem acredita no que faz.

Boa Leitura!

Éverton Moura Arruda
Supervisor Editorial

SUMÁRIO

Editorial

Éverton Moura Arruda - Supervisor Editorial

4 |

ARTIGOS: EDUCAÇÃO

O currículo no ensino médio do PROEJA/CEFET-AM: uma análise a partir dos quatro pilares estabelecidos pela UNESCO

Cristiana Mesquita da Silva / Amarildo Menezes Gonzaga

9 |

Meio ambiente e escola: da internalização à formação de consciência

Janari Rui Negreiros da Silva

17 |

Meio ambiente, modos de produção e trabalho: uma análise histórico-conceitual

Janari Rui Negreiros da Silva

22 |

Educação especial: desafios e conquistas no processo de inclusão

Wasgthon Aguiar de Almeida

28 |

SUMÁRIO

Um olhar reflexivo sobre uma nova perspectiva da natureza da vida	32
William Costa da Silva; Norma Aparecida Lopes de Oliveira e Amarildo Menezes Gonzaga	
As interferências do setor produtivo na educação formal e contemporânea do Brasil	41
David Gonçalves Gatenha Neto	
Compreendendo os projetos de trabalho como possibilidade de globalização do conhecimento	49
Sônia Cláudia Barroso da Silva Rocha; Amarildo Menezes Gonzaga e Denilson Diniz Pereira	
A concepção dos alunos do ensino fundamental quanto ao ensino de botânica associado à prática de educação ambiental	56
Lucilene Paes e Rina Fátima Maranhão de Oliveira	
TECNOLOGIA	
Proposta para melhoria da qualidade e produtividade de empresas construtoras do subsetor de edificações em Manaus	62
Antônio Venâncio Castelo Branco	
Mídia e Política da Comunicação: Reflexões iniciais sobre a Televisão Digital no Estado do Amazonas	72
Carlos Victor Montefusco Pereira e Éverton Moura Arruda	
O poder de persuasão das mensagens publicitárias: a influência das propagandas de tv	79
Raul de Souza Nogueira Filho / Flávyia F. A. Magalhães	
Escola e arborização: uma prática em educação ambiental	85
Janari Rui Negreiros da Silva / Diego Cunha de Albuquerque	
A música na cidade de Manaus no século XX: premissas culturais e históricas	93
Alexandre Ludvig	
Gestão da comunicação nas organizações: propaganda e imagem institucional	98
Amarildo Osório de Souza	

EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO

O CURRÍCULO NO ENSINO MÉDIO DO PROEJA/CEFET-AM: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS QUATROS PILARES ESTABELECIDOS PELA UNESCO

Cristiana Mesquita da Silva¹; Amarildo Menezes Gonzaga²

Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas

dipesp@cefetam.edu.br

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar o Projeto Pedagógico do Curso de Edificações do PROEJA/CEFET-AM, dentro da proposta curricular do ensino médio técnico, em particular da educação de jovens e adultos. Buscou-se realizar esta análise por meio documental, bem como fazer uma reflexão acerca dessa proposta frente às novas exigências do atual mercado de trabalho. A abordagem teve como referência os quatro pilares da educação mundial estabelecidos pela UNESCO, especificamente no que se refere à configuração do currículo proposto para a EJA, que carrega diversas complexidades sociais, levando os alunos a definirem, construir e reconstruir suas histórias em uma dinâmica social, cultural e intelectual. A proposta aqui tratada, no contexto dos quatro pilares para a educação mundial, aponta a integração entre as várias áreas do saber, integrando-as, não ainda em sua totalidade, mas pelo menos de uma forma mais abrangente, com possibilidades de conexões entre o conjunto de conteúdos e os demais saberes sociais e culturais.

Palavras-chave: educação; currículo, ensino médio; jovens e adultos.

ABSTRACT

The present article had as objective to analyze the Pedagogical Project of the Course of Constructions of the PROEJA/CEFET-AM, inside of the curricular proposal of high school and technical education, in particular of young and adult education (EJA). It was searched to make this analysis through documents, as well as a reflection about of this proposal front the new requirements of the current marketing. The approach had as reference the four pillars of the world-wide education established by the UNESCO, specifically in relation to the configuration of the resume proposed for the EJA, that shows many social complexities, where the students making up, construct and reconstruct its histories in a social, cultural and intellectual dynamic. The proposal cited here, in the context of the four pillars for the world-wide education, points out the integration among the large variety of knowing, integrating them, not in its totality, but at least in a including way, with possibilities of connections between the set of contents and others forms of social and cultural knowing.

Key words: education; resume; high school education; young and adults.

¹Pós-graduada na Modalidade PROEJA – Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM).

²Doutor em Educação (Currículo e Avaliação Educacional) pela Universidad de Valladolid – Espanha, Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação do CEFET-AM, Professor do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Ensino de Ciências da Amazônia – Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

INTRODUÇÃO

O quadro educacional brasileiro, apesar dos progressos obtidos nos índices de aprovação da educação básica e na melhoria nas taxas de analfabetismo e de escolaridade média da população, ainda é bastante insatisfatório, e um dos maiores desafios continua sendo a oferta do ensino fundamental e médio, principalmente em nível técnico, às pessoas jovens e adultas que a eles não tiveram acesso ou não conseguiram concluí-los.

A marginalização dessa demanda do processo escolar reflete em sua exclusão do moderno mercado de trabalho, o que desencadeia consequências profundas para a construção de uma sociedade realmente democrática. Nesse sentido, as propostas curriculares dos novos cursos para o ensino médio na modalidade EJA se constituem, hoje, num desafio pedagógico em que o processo educativo deve ser compreendido como a apropriação permanente dos conhecimentos necessários para que os alunos possam partilhar dos conhecimentos socialmente produzidos, inserir-se no mundo do trabalho, desenvolver-se como seres humanos, exercer a cidadania política e construir projetos de vida.

No centro dessa transformação, o currículo pensado para essa demanda deve considerar as aceleradas mudanças nos processos econômicos, culturais e políticos que determinam as novas exigências de inserção no mundo.

1. OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO MUNDIAL

1.1. O relatório da UNESCO

O Relatório Jacques Delors, publicado no Brasil sob o título “A educação: há um tesouro escondido nela”, foi o resultado de trabalhos desenvolvidos por representantes da maioria das nações do mundo, entre os anos de 1993 a 1996, coordenado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.

Esse documento propôs que a educação do século XXI deveria estar fundamentada em quatro pilares:

Aprender a Conhecer: Seria o ensino das habilidades para o estudo. É a chave para se chegar a uma aprendizagem e um ensino eficazes.

Aprender a fazer: Também seria uma forma de aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pelo ensino sistematizado.

Aprender a conviver: Seria o aprendizado para recuperar o que foi ensinado para aplicá-lo socialmente.

Aprender a Ser: Representaria o desenvolvimento da compreensão do outro e a percepção das interdependências.

Nessa perspectiva, a educação, além de transmitir os conhecimentos socialmente produzidos com vistas à inserção no mercado de trabalho, deve principalmente levar as pessoas a tomarem conhecimento da igualdade e da interdependência entre todos os seres do planeta ajudando a construir uma cultura de paz, mediante o respeito a essa imensa diversidade.

1.2. A base da Educação ao longo da vida: Os quatro pilares da educação mundial

O Relatório Delors afirmou que as pessoas deste novo milênio teriam a necessidade de quatro aprendizagens essenciais para o alcance de sua realização pessoal e coletiva: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser”.

Tais aprendizagens, na verdade, se analisadas numa perspectiva holística, são pilares da própria vida. E como demonstrou a Declaração de Hamburgo, a educação de pessoas adultas, a partir de então, adquiriu uma amplitude muito maior, pois hoje ela deve ser repensada e ampliada, passando a ser encarada como uma construção contínua da pessoa, de seus saberes, suas aptidões, sua capacidade de pensar e agir; deve levar cada um a tomar consciência de si mesmo e do ambiente que o

cerca, a desempenhar um papel social enquanto trabalhador e cidadão, enfim, levar o indivíduo a tomar posse de todos os elementos de uma educação de qualidade.

Delors (1996, p.4), declarou que:

a educação ao longo da vida é a porta de entrada para o século XXI. Essa noção vai mais além da distinção tradicional entre educação básica e educação permanente, e se liga a um outro conceito [...], o da sociedade educativa, na qual toda ocasião é momento para que se aprenda e se desenvolva talentos.

Essa proposta de educação reconhece a necessidade de se pensar a cultura como uma forma de viver junto, de se respeitar as diversidades, o conhecimento e as formas de aprendizagem dos diferentes grupos sociais. Isso pressupõe ultrapassar a visão tradicional de educação, para considerá-la em toda a sua plenitude, a realização da pessoa como um todo.

Aprender a conhecer

Aprender a conhecer pressupõe a aprendizagem do aprender, o exercício da atenção, da memória, do pensamento. O processo de ensino-aprendizagem nunca estará acabado, mas enriquecerá a cada momento, a cada livro aberto, a cada diálogo, experiência. Partindo dessa premissa, o indivíduo aprenderá sobre o meio em que vive, desenvolverá suas capacidades profissionais, despertará a curiosidade intelectual, desenvolverá o senso crítico. Esta nova forma de educação se tornará bem sucedida a partir do momento em que as pessoas aprenderem a conhecer por toda a vida, na família, na escola, no trabalho, enfim, na vida.

Aprender a fazer

Aprender a fazer está intrinsecamente ligado a aprender a conhecer. Enquanto o primeiro pilar se volta para o aprendizado das

competências, o segundo pilar refere-se ao ensino de como colocar em prática os conhecimentos adquiridos, principalmente no mercado de trabalho, em constante evolução. Porém, “Como ensinar o aluno a pôr em prática os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro quando não se pode prever qual será a sua evolução?” (DELORS, 1996, p.6)

Mas, este não pode e não deve significar o simples preparo para tarefas rotineiras, mecânicas, visto que a substituição das máquinas pela mão humana acentuou o caráter intelectual, cognitivo das tarefas em todos os setores da atividade econômica.

A capacidade de comunicar, de trabalhar com o outro, de resolver e gerir problemas estão se tornando cada vez mais importantes na composição da competência exigida do trabalhador deste novo milênio.

Aprender a ser

A educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, considerando todos os aspectos, o homem como o todo, como ser, como saber ser, a fim de que o prepare para qualquer circunstância da vida: espírito, corpo, inteligência, mente, sentido estético, responsabilidade pessoal, social e ambiental, espiritualidade.

Deverá preparar o homem para o novo, para as mudanças, principalmente relacionadas com a tecnologia, para possíveis descobertas e experimentações.

Para Delors (1996, p.6),

O desenvolvimento tem por objeto a realização completa do homem, em toda a sua riqueza e na complexidade das suas expressões e dos seus compromissos: indivíduo, membro de uma família e da coletividade, cidadão, produtor e inventor de técnicas, e criador de sonhos.

Este último pilar necessário ao processo educacional do século XXI, de acordo com

Relatório Jacques Delors, é a politecnia em seu sentido mais amplo, pois representa o desenvolvimento integral do homem “espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade” (DELORS, 1996, p. 6).

Estes aprenderes e re-aprenderes, na verdade, resumem-se e unem-se ao aprender a aprender, pois nós, enquanto seres inacabados ou inconclusos, nos identificamos com os demais seres do planeta, mas, ao mesmo tempo, deles nos distinguimos, por nossa consciência dessas mesmas limitações (FREIRE, 1982, p. 21).

2. O CURRÍCULO E A EJA

2.1. Definição de currículo

Segundo Ghedin (2003, p.89), a palavra *currículo*, de origem latina, significa o curso, a rota, o caminho das atividades de uma pessoa ou grupo de pessoas. É a síntese dos conhecimentos e dos valores que contribui para um processo social articulado com o projeto pedagógico trabalhado pela escola.

De acordo com Goodson (1995), a construção do currículo ocorreu concomitantemente com o processo de escolarização no mundo ocidental. Durante o século XIX ocorre a institucionalização do currículo, sendo que o clássico destinava-se aos filhos de famílias ricas, enquanto o currículo com orientação mais voltado para a prática, era destinado aos filhos de famílias que mantinham atividades mercantis. O currículo para a classe operária era baseado no aprendizado da leitura, da escrita e das contas.

Para Piletti, (2002); Sacristán, (2000 apud GHEDIN), o currículo é o resultado de discussões, de certas intencionalidades, de várias representações, que nem sempre apresentam na face tudo o que pode significar, que se pode produzir dentro da escola ou fora dela. Assim como os demais aspectos da vida social, o currículo está carregado de ideologias. Ghedin (2003, p.35), nos diz que:

[...] o currículo é lugar de representação simbólica, transgressão, jogo de poder multicultural, lugar de escolhas, inclusões e exclusões, produto de uma lógica explícita, muitas vezes e outras, resultado de uma 'lógica clandestina', que nem sempre é a expressão do próprio ato discursivo.

Assim, o currículo seria definido formalmente, proposto a partir de modelos idealizados para os que a ele serão submetidos e avaliados segundo sua adequação a esse modelo. No entanto, contrariamente a essa visão, que não valoriza os processos reais da vida, torna-se necessário o desenvolvimento de novos modos de compreensão revertendo essa tendência dominante de se entender o currículo.

2.2. O currículo na EJA

Pensar propostas para esta modalidade de ensino, que carrega diversas complexidades sociais, onde os educandos definem, constroem e reconstroem sua história em uma dinâmica social e cultural, exige sensibilidade, posicionamento político, visão holística de educação e do processo de desumanização que estes sujeitos já viveram.

Conceber um currículo integrado ao ensino médio técnico e que atenda a curto prazo os anseios dessa demanda, visando prepará-la para o mercado de trabalho, é pensar nas potencialidades, nas habilidades que podem ser despertadas/desenvolvidas nesses educandos. É pensar de que forma este curso vai inserir o aluno no mundo do trabalho. É pensar se existe lugar neste moderno mercado de trabalho para este currículo.

Ghedin (2006, p. 89) relata que é na perspectiva teórica e epistemológica que podemos construir “novos espaços, novas existências, novas formas de construir nossa identidade étnico-cultural e, a partir dela, redesenhar nosso modo de pensar e ser no mundo”.

Uma questão histórica relevante, que não deve se perder em relação ao currículo da Educação de Jovens e adultos, diz respeito

ao entendimento das especificidades dessa demanda, de quem são esses jovens e adultos, para que as propostas e práticas não sejam inadequadas tanto aos seus perfis sócio-econômico-culturais quanto às suas possibilidades e necessidades reais. Isto porque a tendência das propostas curriculares sempre seguiu uma perspectiva excessivamente tecnicista e disciplinarista, o que dificulta o estabelecimento do diálogo entre as experiências de vida dos educandos e os conteúdos escolares.

2.3. A proposta Curricular do PROEJA

A proposta curricular do PROEJA fundamenta-se nas reflexões teóricas acerca da educação em geral e dos estudos específicos do campo da EJA. Volta-se para a educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio para jovens e adultos como direito e como parte da educação básica. É um projeto nacional de desenvolvimento, que vem ao encontro dos desafios de inclusão social e de globalização econômica.

A Resolução CNE/CEB nº. 1/2000 que estabelece que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos determina que:

[...] a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Nesse contexto, construir uma identidade própria para eja em função das especificidades dessa modalidade de ensino, implica a superação de resistências e o reconhecimento da educação permanente das pessoas jovens e adulta como

das pessoas jovens e adultas como instrumento de afirmação das identidades sócio-culturais das populações, difusão de valores éticos de justiça e solidariedade, superação de preconceitos, promoção dos direitos humanos, formação para o exercício da cidadania e do direito ao trabalho.

Para isso,

[...] o currículo integrado é uma possibilidade de inovar pedagogicamente na concepção de ensino médio, em resposta aos diferentes sujeitos sociais para os quais se destina, por meio de uma concepção que considera o mundo do trabalho e que leva em conta os mais diversos saberes produzidos em diferentes espaços sociais (PROEJA, 2005, p. 2).

Rompe-se, assim, com a dimensão estritamente econômica da formação, como se esta fosse algo exclusivo do mercado de trabalho ou do mundo da educação. A educação é importante, sem sombra de dúvidas, mas é um equívoco adicioná-la à inserção no mundo do trabalho sem considerar o contexto sócio-histórico. A Lei nº. 9393/96, Art. 39 esclarece que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Dessa forma, torna-se necessário no decorrer do processo ensino aprendizagem:

[...] a promoção de atividades político-pedagógicas baseados em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável, a associação entre a participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção dessa política e na melhoria da base de informação sobre a relação trabalho-educação-desenvolvimento.

Isso possibilita a melhoria das condições de trabalho e da qualidade social de vida da população (BRASIL, 2005, p. 50).

A organização curricular, baseada nesses pressupostos político-pedagógicos, deve considerar (PROEJA, 2005, p. 45),

- a) A integração curricular visando à qualificação social e profissional articulada à elevação da escolaridade, construída a partir de um processo democrático e participativo de discussão coletiva;
- b) A escola formadora de sujeitos articulada a um projeto coletivo de emancipação humana;
- c) A valorização dos diferentes saberes no processo educativo;
- d) A compreensão e consideração dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem;
- e) A escola vinculada à realidade dos sujeitos;
- f) A autonomia e colaboração entre os sujeitos e o sistema nacional de ensino.

Na perspectiva freireana, o currículo é construído sobre o diálogo entre educador e educando, constituindo-se numa seleção ideológica de conteúdos, atitudes, visão de mundo, de valores e habilidades que têm por objetivo contribuir para a formação da pessoa, levando-a a desenvolver a consciência crítica da realidade em que está inserida.

Partindo dessa concepção, currículo deve promover (adaptado do documento PROEJA, 2005):

- a) A visão de homem como ser histórico-social que age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e, nessa ação produz conhecimentos como síntese da transformação da natureza e de si próprio (Ramos, 2005);
- b) A perspectiva integrada ou de totalidade a fim de superar a segmentação e desarticulação dos conteúdos;

- c) A incorporação de saberes sociais e dos fenômenos educativos extra-escolares;
- d) A experiência do aluno na construção do conhecimento; trabalhar os conteúdos estabelecendo conexões com a realidade do educando, tornando-o mais participativo;
- e) O resgate da formação, participação, autonomia, criatividade e práticas pedagógicas emergentes dos docentes;
- f) A implicação subjetiva dos sujeitos da aprendizagem;
- g) A interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a interculturalidade;
- h) A construção dinâmica e com participação.

Esta proposta expressa uma política pública de educação profissional técnica, pretendendo beneficiar sujeitos jovens e adultos, permitindo a estes conhecer os processos produtivos, instituir instrumentos para que possam se inserir no mundo do trabalho com vistas à geração de emprego e renda.

3. OS QUATRO PILARES E O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDIFICAÇÕES - PROEJA DO CEFET-AM

3.1. Histórico do curso

As mudanças tecnológicas provocadas pelo afluxo de mão-de-obra qualificada vêm nos desafiando pela busca incessante da qualificação profissional. No entanto, a Proposta Pedagógica do Curso de Edificações (p.2), coloca que esta “qualificação profissional não deve ser entendida e nortear-se por uma concepção de construção social, individuais que nascem em propostas fragmentadas, aligeiradas [...]”.

Frente a esse desafio, o decreto presidencial nº. 5.478 de 24/06/2006 estabeleceu a integração da educação profis-

sional ao ensino médio na modalidade EJA, em esfera das Escolas Técnicas. Dessa forma, foram criados vários cursos, considerando a crescente demanda no mercado de trabalho.

O Curso Técnico Integrado de Edificações do Programa de Integração da Educação Profissional de Jovens e Adultos – PROEJA é um destes cursos com capacitação em: manutenção, execução e restauração de obras prediais. Legalmente está assegurado mediante Parecer nº. 04 de 2004, iniciado em 2005. Sua estrutura curricular pressupõe um currículo integrado, com tema gerador que perpassa por todas as áreas do conhecimento a partir de um eixo articulador: Trabalho, Ciência e Cultura, subdividas em 11 (onze) disciplinas de base comum para o curso e 17 (dezessete) disciplinas para formação profissional (Proposta Curricular, curso de Edificações, p.14).

A Carga horária está dividida em 1.200h para disciplinas da base comum, 1.200h para formação profissional e 360h para o estágio supervisionado, totalizando 2.760 horas.

3.2. A relação entre a justificativa e os objetivos com os quatro pilares

Considerando a importância específica que a educação de pessoas adulta tem para a atualidade, a reflexão sobre a formatação dos cursos voltados para essa demanda assume uma dimensão ampla.

A lógica que preside a justificativa e os objetivos do projeto do curso em análise, segue a complexidade do estar no mundo, pretendendo pairar acima da atividade prática “abrindo margem para resgatar a logicidade da escola única que não separa o ser do fazer” (Projeto Pedagógico, curso de Edificações, 2006, p.3).

Isso pode significar que, mesmo diante de todo entendimento formalista e cientificista do currículo a ser prescrito, visualiza-se o desenvolvimento de um trabalho fundamentado em métodos e objetivos que buscam adequar-se

às especificidades das pessoas jovens e adultas, que compõem o alunado do ensino médio-técnico, contribuindo para as ações concretas que os alunos possam desenvolver no cotidiano, bem como para melhorar sua qualidade de vida no conjunto da sociedade.

3.3. A relação entre a estrutura curricular, a metodologia e a avaliação com os quatro pilares

A proposta aqui tratada, no contexto dos quatro pilares para a educação mundial, aponta para a integração entre as várias áreas do saber, integrando-as, não ainda em sua totalidade, mas pelo menos de uma forma mais abrangente, com possibilidades de conexões entre o conjunto de conteúdos e os demais saberes sociais.

Podemos dizer que a forma de propor os conteúdos, os tempos e espaços de aprendizagem, a metodologia, a forma de se avaliar o processo ensino-aprendizagem, pressupõem um novo trajeto nas ações pedagógicas, com possibilidades de diálogo entre os saberes, os valores, as crenças e experiências dos educandos, considerando-os, portanto, relevantes para o sucesso das ações propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em um projeto pedagógico que atenda à demanda de EJA no ensino médio técnico nos adverte acerca de todas as dificuldades enfrentadas historicamente por essa modalidade de ensino.

Remontando à educação compensatória e às práticas e propostas inadequadas à Educação de Jovens e Adultos, muito se caminhou até o desenvolvimento de um trabalho mais apropriado ao perfil dessa demanda. Hoje, no entanto, muito já se tem em nosso sistema de

ensino, em comparação a outras épocas, o que nos ajuda a visualizar com mais otimismo a inauguração dessas propostas capazes de contemplar as especificidades de pessoas jovens e adultas.

E, seguindo essas mudanças tão significativas, podemos ser otimistas. Não sonhando que estas serão soluções mágicas, mas enxergando os frutos significativos que, com certeza se multiplicarão.

SANCRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise da prática?* Porto Alegre: Artmed, 2000.

TERIGI, Flávia. *Notas Para Uma Genealogia Do Currículo Escolar. Educação e Realidade. Porto Alegre*, 1996.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. *Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio em EJA*, 2005.

CEFET-AM, *Projeto Pedagógico Curso de Edificações – PROEJA*, 2006.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GHEDIN, Evandro. *Currículo e práticas pedagógicas*. Rio de Janeiro: MEMVAVMEM, 2003.

GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995.

PILETTI, Claudino. *Didática Geral*. São Paulo: Ática, 2002.

MEIO AMBIENTE E ESCOLA: DA INTERNALIZAÇÃO À FORMAÇÃO DE CONSCIÊNCIA

Janari Rui Negreiros da Silva¹

Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas

janari@cefetam.edu.br

RESUMO

Este trabalho visa, sobremaneira, refletir acerca da relação entre as diversas demandas originárias da crise ambiental, sua internalização pela Escola e implicações com a necessidade de conservação e preservação da natureza como bem maior da humanidade.

Palavras-chave: escola; meio ambiente; formação de consciência.

ABSTRACT

This work is aimed, particularly, on the reflection over the relationship between the various demands from the environmental crisis, its internalization by the School and the implications with the need for conservation and preservation of nature as the most important heritage of humanity.

Key words: school; environment; conscience.

¹Professor vinculado ao CEFET-AM. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

INTRODUÇÃO

Para materializarmos tal questão, é necessário compreendermos que na trajetória histórica das ideologias vamos nos deparar com inúmeros exemplos de idéias e visões de mundo que atingiram certa maleabilidade de interação com o imaginário coletivo se apresentando como verdades evidentes e naturais.

Com o passar do tempo, porém, por meio da própria dinâmica dessa evolução histórica, sempre surgiram elementos para contradizerem parte do elenco dessas “verdades” oficiais, demonstrando que não eram tão evidentes e que seu predomínio se devia menos a sua veracidade intrínseca do que ao fato de servirem às estruturas de dominação econômico-social daqueles períodos históricos.

Nos dias de hoje podemos perceber a existência de uma ideologia extremamente difundida, elevada quase à categoria de dogma. É vigente em países ricos e pobres, e está na base de quase todas as políticas econômicas efetivadas no mundo atual. Trata-se da tese do crescimento econômico ilimitado, que expressa o desenvolvimento acelerado e sem limites da produção material não só é possível e necessário, como também define o próprio nível de “progresso” de um país. É a partir dessa ideologia que se estabelece a visão linear e reducionista que classifica os países “em desenvolvidos” e “em desenvolvimento”, de acordo basicamente com o nível quantitativo da sua produção material, quase nunca levando em conta a qualidade humana, o meio ambiente e o tipo de distribuição social dessa produção.

Um exemplo típico dessa mentalidade é o próprio índice consagrado para medir o desenvolvimento econômico, o “PIB” (Produto Interno Bruto). Esse índice registra apenas a criação positiva de produção econômica, não levando em conta sua natureza social ou seus efeitos sobre o meio ambiente. Assim, por exemplo, a derrubada comercial de uma floresta, ou a exploração até o esgotamento de um poço de petróleo, são contabilizadas no PNB apenas como criação positiva de riqueza, sem que se desconte a perda definitiva de bens naturais de

valor incalculável, isso quer dizer, que a cada ação benéfica à ótica do progresso capitalista, cinco ou mais ações negativas interferem diretamente na condição dos ecossistemas do planeta.

A REALIDADE AMBIENTAL NO DESDOBRAMENTO DA CRISE

O consenso entre os ecologistas é que a crise mundial pela qual estamos passando conduz a um questionamento profundo da ideologia do crescimento. Isso demonstra que não é possível uma economia de crescimento ilimitado num planeta de recursos finitos e limitados.

Pode-se destacar, a partir daí, a incompatibilidade entre preservação do meio ambiente e o acúmulo privilegiado de riquezas, e não entre aquela e o desenvolvimento, pois o desenvolvimento de uma nação não se faz amontoando riquezas: desenvolvimento é tudo o que traz felicidade a um povo e não será feliz o povo que tiver suas matas destruídas, sua paisagem alterada e sua saúde corrompida. (BRANCO, 1997, p.5).

O século XXI trouxe, como herança do passado, os debates e as preocupações que a humanidade vem enfrentando com a dilapidação do meio ambiente, em virtude de um desenvolvimento acelerado. Esses debates tiveram voga em nível internacional e manifestaram-se em conferências, fóruns, convenções etc., que sedimentaram diretrizes e acordos que passaram a orientar as políticas ambientais de todos os países membros das Nações Unidas.

Não se pode negar que as conferências promovidas pela ONU têm suas diretrizes articuladas com os países dominantes, que derivam o ônus pela degradação ambiental aos países subdesenvolvidos. É sabido que o citado processo de produção é capitaneado pelas empresas transnacionais dos países desenvolvidos.

Segundo CARDOSO (2002), torna-se difícil conciliar o desenvolvimento econômico

atual e o meio ambiente, uma vez que a matéria-prima para a produção é oriunda da natureza. Além do fato de que o problema não está somente na racionalidade ecológica, senão também no acesso social aos bens naturais, a distribuição de riqueza, enfim, à equidade social e outras variáveis relacionadas.

Como se pode observar, o discurso do desenvolvimento passou a ser a nova ideologia da classe dominante, para restringir o desenvolvimento dos países periféricos, dando continuidade ao mito do desenvolvimento tão propagado na década de setenta, uma vez que a produção continua orientada pela lógica do capital.

No que diz respeito a ações no campo da educação, o Ministério da Educação (MEC, 1999) apresenta os Parâmetros Curriculares Nacionais como indicadores a serem considerados no âmbito do meio ambiente, discutidos e implementados no seio da escola. Entre estes, destaca-se o de contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidirem e atuarem sobre a realidade sócio-ambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global.

Para isso, é necessário que mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com formação de valores, devendo a temática ambiental ser tratada em todas as disciplinas do currículo, integrando-se ao processo educacional como um tema transversal e interdisciplinar, que permeie os diversos conteúdos disciplinares.

Não obstante, é necessário refletir sobre as bases ideológicas das concepções que sustentam as formulações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, para não cair no “ecologismo”, nem aceitar, de forma acrítica, concepções que se articulam com o atual modelo de produção que gera degradação em todos os sentidos.

Os PCN, assim conhecidos, sofreram críticas, principalmente pelo seu processo de elaboração, que se deu por pessoas que apenas operavam em gabinetes. E, além disso, referiam-se à sua falta de flexibilidade, o que segundo especialistas, não são parâmetros e, sim, currículos nacionais.

Segundo CARDOSO (2002), não se pode negar a importância desses livros que servem de orientação para os professores que se viram perdidos no processo de elaboração dos seus planos de ensino, com a introdução dos temas transversais. Todavia, as utilizações dos mesmos ainda não se tornaram partícipes de currículos.

A Constituição Federal de 1988 prescreve que toda educação visa ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Tal norma é refletida no âmbito da LDB nº. 9394/96, em seu artigo 2º, que trata dos princípios e fins da Educação, quando diz que: “A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento de educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Para atender aos princípios contidos nos dispositivos anteriormente citados, a Escola deve agregar à sua prática pedagógica os temas transversais pertinentes à questão ambiental, uma vez que não representam somente um aparelho de transmissão de conhecimentos, senão também valores éticos, solidários e afetivos. Nesse sentido, com a mudança de comportamento do ser humano, impulsionado por um processo educacional em todos os seus níveis, será possível a efetivação de um modelo de desenvolvimento sustentado por paradigmas de proteção ambiental.

O Brasil possui uma economia caracterizada pela eminente prática especulativa em detrimento da produção, esta, permeada pelo modelo neoliberal idealizador da política educacional vigente, onde o cidadão torna-se cliente e a Escola, locus de formação e saber, passa a tomar características de empresa privada, condição que forma somente mão-de-obra e consumidores fetichistas e não o que exige a crise ambiental; cidadãos conscientes e críticos.

Para Cardoso (2002) não é, pois, em vão que o discurso de que as escolas são competentes para atender às necessidades deste mercado

está tão em voga, exigindo dessas instituições atrelamento à teoria da Qualidade Total^{*} e uma maior competitividade entre os indivíduos. Um discurso que justifica a exclusão e a exploração, na medida em que o indivíduo está fora do mercado de trabalho por falta de competência e, acirra o individualismo, que o homem só é reconhecido enquanto produz.

Na compreensão de FREIRE (1987), na visão bancária de educação, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Nesse sentido, a escola constitui-se, muitas vezes, em aparelho ideológico da classe dominante, porém devemos pensá-la num contexto mais amplo, no âmbito das relações sociais com o mundo do trabalho e com o ambiente natural e cultural.

É necessário uma educação de base que desenvolva uma consciência crítica sobre os problemas ambientais; que as atividades antrópicas vêm causando à escola como espaço que promova o saber e as mudanças na relação homem/sociedade/natureza.

Enfatiza Ortiz Sarabia (1999) que, quando ensinamos na escola às crianças e adolescentes, não fazemos nenhuma menção e/ou apreciação das categorias e elementos que formam parte do meio ambiente, os quais não são contextualizados, nem tampouco levados em consideração na maior parte dos conteúdos curriculares.

Informa, ainda, que a reflexão sobre a questão ambiental é desenvolvida como se fosse apenas um conjunto de conceitos e constatações isoladas do mundo real e do ambiente físico e ecológico que os rodeia.

A escola é também um local que promove mudanças na sociedade, sendo capaz de modificar a relação homem / sociedade / natureza, a partir de uma igualdade social. Por tudo isso, a intensificação de processos educacionais, assumindo a educação ambiental

como ferramenta, devem representar a base de uma economia auto-sustentável, não significando, contudo, um discurso preservacionista e/ou conservadorista, uma vez que a questão ambiental envolve consciência, utopia, conhecimento ecológico e desenvolvimento de atividades produtivas para satisfazerem as necessidades humanas. A escola, enquanto instituição, necessita ser a primeira a se insurgir nesta renovada realidade.

Percebe-se que a escola enfatiza o conhecimento acerca do meio ambiente, ainda de forma conservadora e bancária, sendo a mesma permeada apenas em disciplinas como Biologia, Geografia etc., de forma fragmentada. Isso sem estar contida em currículos e muitas vezes não abordando as problemáticas ambientais locais, apenas inquirindo discentes sobre sua percepção dos problemas ambientais mais genéricos, sem lançar mão de uma construção histórica da trajetória da temática e de procedimentos pedagógicos que se desdobrem em uma subjetividade.

A relação homem/natureza se expressa em contextos históricos diferentes e menos sistematizados, mas de forma predatória, com desdobramentos à pertinente destruição de espaços naturais e da qualidade da vida no Planeta.

Tanto para Rousseau, Malthus ou Marx (séc. XIX), de forma diferente, a relação de poder entre as representações homem/natureza era pouco vislumbrada, pois as especulações desses pensadores não apontavam para a preocupação direta entre ecologia/escola, no mínimo mencionavam as problemáticas ambientais relacionadas a outras variáveis, como política, economia e trabalho. Somente nas décadas finais do século XX, é possível assinalar uma produção consistente nesta área. Mesmo a palavra ecologia “só se tornou corrente para o grande público no início dos anos 70” (WALDMAN, 1997: p.7).

^{*}Teoria pautada por princípios da Série ISO 9000, que trata da qualidade total do produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a relação entre as categorias aqui apresentadas é diametralmente fragmentada, principalmente, quando os postulados, como conferências internacionais e nacionais, legislação, documentos diretivos do Ministério da Educação (MEC) e o pensamento concebido pela escola e sua prática pedagógica, destoam dos procedimentos exigidos pela crise ambiental instalada no seio da sociedade.

REFERÊNCIAS

LAGO, Antonio. *O que é Ecologia*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1984.

ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2001.

WALDMAN, Maurício. *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo. 3º ed. – São Paulo: Contexto, 1997.

BRANCO, Murgel Samuel. *O meio ambiente em debate*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

CARDOSO, Cínara. *A educação ambiental nas escolas públicas do município de Presidente Figueiredo*. Manaus: Dissertação, 2002.

ORTIZ SARABIA. Raul. *Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental na Amazônia*. Manaus: Edua, 1999.

MARQUES, E. U. Walter. *Infâncias (pré) ocupadas: trabalho infantil, família e identidade*. Brasília: Plano Editora, 2001.

MEIO AMBIENTE, MODOS DE PRODUÇÃO E TRABALHO: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CONCEITUAL

Janari Rui Negreiros da Silva¹

Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas

janari@cefetam.edu.br

RESUMO

Esta investigação suscita a necessidade de reflexão acerca da trajetória histórica entre os modos de produção, trabalho e meio ambiente e suas consequências oriundas da crise ambiental instalada no contexto da sociedade capitalista, condição que aponta para a degradação dos variados recursos naturais esgotáveis e inesgotáveis. Nesse sentido, analisamos tais imbricações, a partir das diversas características estruturais desses modos de produção, das relações de trabalho, materializados no modelo produtivo vigente, explicitando, assim, suas diversas consequências sobre os ecossistemas terrestres.

Palavras-chave: meio ambiente; modos de produção; trabalho.

ABSTRACT

This research raises the need for reflection on the historical path between modes of production, labour and environment and its consequences from the environmental crisis installed in the context of capitalist society, a condition that points to the degradation of various exhaustible and inexhaustible natural resources. In that sense, analyze such connections, from the various structural characteristics of these modes of production, relations of work, materialise in the current production model, explaining thus its various consequences on terrestrial ecosystems.

Key words: environment; modes of production; labor.

¹Professor vinculado ao CEFET-AM. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

INTRODUÇÃO

Segundo Coggiola (1986), o homem apareceu na Terra há aproximadamente quinhentos mil anos. Nessa época era um animal mais desenvolvido que os outros, mas não dominava o cultivo da terra e quase não sabia fabricar instrumentos. Não dominava a natureza, era dominado por ela. Se havia comida (frutos, animais etc), comia. Se havia frio ou chuva, era obrigado a agüentar porque ainda não sabia fazer casas.

Hoje, domina a construção de casas para se abrigar, cultiva a terra para produzir e armazenar comida. Faz ferramentas para construir barcos; tratores para lavrar; caminhões e trens para transportar os produtos e pessoas; máquinas para gerar eletricidade; aviões.

Pouco a pouco a sociedade humana aprendeu a conhecer a natureza, a servir-se dela e a pô-la a seu serviço e explorar suas riquezas. Criou bens materiais cada vez mais importantes para satisfazer suas necessidades: ferramentas, máquinas, fábricas etc. Ou seja, progrediu materialmente.

O homem tinha um cérebro mais desenvolvido que o dos outros animais e andava sobre os pés, o que lhe permitia servir-se melhor das mãos. Com o trabalho, as mãos foram servindo de instrumento, foram-se aperfeiçoando e o cérebro também. Com as mãos, fabrica utensílios para arranjar mais alimentos. E pouco a pouco passou a estabelecer uma relação interacionista com o meio ambiente.

O trabalho é a base da vida social. O homem não poderia existir sem trabalhar. Com seu trabalho, transforma a matéria-prima para melhorar sua vida. Ou seja, trabalha para produzir bens materiais.

A sociedade humana passou por vários processos de relações produtivas, que vão do comunismo primitivo ao escravismo, feudalismo, até o mais degradante e recente: o capitalismo.

1. SÍNTESE DOS VARIADOS MODOS DE PRODUÇÃO

A comunidade primitiva ou comunismo primitivo foi a primeira fase ou primeira forma histórica de organização da humanidade. Esse regime existiu em toda a parte do planeta há dezenas de milhares de anos. Durante esse longo período, o homem desenvolveu várias técnicas de aperfeiçoamento e criação de instrumentos.

No início eram ferramentas grosseiras feitas de pedra, de madeira, de chifres ou de ossos. Com o fogo, passou a usar utensílios de madeira e de metais. Esses apetrechos foram aperfeiçoados e cuidadosamente acabados. Apareceram novos meios de trabalho: arco e flechas, barco e outros.

Nessa época da humanidade, como eram fracos os instrumentos de produção, os homens só podiam resistir às forças da natureza se agissem em conjunto. Na sociedade primitiva formavam grupos coletivos chamados clãs. Eles cultivavam em comum da terra, com utensílios comuns; as habitações, que os protegiam do mau tempo e dos animais ferozes, eram comuns. Os produtos do seu trabalho eram distribuídos em partes iguais.

As forças produtivas herdadas da sociedade primitiva continuaram a desenvolver-se na escravista. O desenvolvimento dessas forças, a divisão ainda maior do trabalho social e a troca aumentaram a desigualdade de riqueza. De um lado havia os ricos que tinham os animais de trabalho, os instrumentos de produção, o dinheiro. Do outro, os pobres, cuja situação era cada vez mais difícil e que eram obrigados a pedir emprestado aos ricos. Apareceu então a usura, os devedores e os credores. Formou-se a grande economia escravista. Os ricos possuíam centenas de milhares de escravos. Apoderaram-se de imensas terras que constituíam os latifúndios, onde trabalhavam as levas de seres nessa condição. (MARX, 1985)*

*Traduzido em 1985 por Gesner de Wilton Morgado.

Na sociedade escravista as relações de produção eram assim: os meios de produção, tal como os homens, eram propriedade do senhor. O escravo era considerado como um instrumento.

Por um tempo essas relações favoreceram as forças produtivas. Por meio da exploração, o mundo antigo conheceu um grande desenvolvimento; foi com milhares e milhares de escravos que enormes obras de irrigação, portos e estradas foram construídas, nessa época.

Mas o modo de produção escravista era contraditório. Primeiro, a forma de exploração que existia destruía a principal força produtiva: os escravos. Como a economia se assentava sobre essa força de trabalho feita na guerra, eram necessárias guerras constantes, que acarretavam enormes despesas. Por outro lado, os camponeses e artesãos arruinavam-se devido à concorrência do trabalho escravo.

Os desdobramentos dessa sociedade acabaram por destruir o escravismo e criar uma nova: o modo de produção feudal. As forças produtivas continuaram a se desenvolver. Nesse período foi inventado o papel, a tipografia e houve grandes progressos na tecelagem. O trabalho passa a ser nesse contexto cada vez mais especializado. As cidades passam a crescer devido ao intenso comércio e ao progresso dos artesãos. Nesse contexto, a ação antrópica passa a exercer tênue pressão sobre os ecossistemas.

As relações de produção feudal eram baseadas na propriedade do senhor sobre a terra e num grande poder sobre o servo. Esse trabalhava uma parte do tempo para ele mesmo e a outra para o senhor feudal. Quando criava o produto necessário para a sua subsistência e de sua família, trabalhava para si próprio. Quando o seu trabalho servia para arranjar produtos para pagar as rendas e os impostos ao senhor e quando ia trabalhar nas terras do senhor, fazia uma atividade adicional, ou seja, um trabalho além do necessário à sua subsistência. Durante o tempo de trabalho adicional, o servo criava um produto de sobra, um subproduto do qual o senhor tomava posse. Esta forma de exploração dos camponeses é o aspecto principal do feudalismo.

Num determinado momento, as relações de produção feudais começaram a entrar o desenvolvimento das forças produtivas. Nos campos, a exploração aumentava e por isso, o rendimento da agricultura era cada vez mais baixo. O crescimento da produtividade do trabalho dos artesãos nas cidades era retido pelos regulamentos que havia. O desenvolvimento das próprias cidades era impedido pelo feudalismo.

As relações de produção feudais já não serviam; precisavam ser revistas, porque o desenvolvimento das forças produtivas pedia novas relações de produção. Na realidade, na cidade feudal começaram a aparecer relações de produção capitalistas, ou seja, os comerciantes que compravam produtos num lugar e vendiam noutro.

Os produtores ficaram dependentes dos mercadores, de seu capital comercial. O dinheiro e outros bens acumulados que podem reproduzir-se. Esse aumento é devido ao lucro. E o lucro é devido à exploração da força de trabalho dos trabalhadores, bem como a retirada de matéria-prima de redutos naturais.

Entretanto, o comércio aumentou e estendeu-se para o campo internacional. Cresceu a necessidade de produtos para comercializar. O artesanato, baseado na produção individual, não podia satisfazer essas necessidades. Apareceu então, a manufatura que substituiu as oficinas dos artesãos. Nesse contexto, a relação homem/natureza materializava-se de forma fragmentária.

Com efeito, a manufatura precisava que o operário fosse livre. Com isso, tornou-se então necessário substituir as relações de produção feudais pelas relações de produção capitalistas. Isso ocorreu por meio de revoluções em que os servos e os cidadãos pobres guiados pela burguesia eram a principal força combativa.

As forças produtivas no capitalismo têm como principal aspecto grande produção mecânica e em série. Na sociedade capitalista, em vez de manufaturas aparecem enormes fábricas, laboratórios e grandes explorações minerais.

Tais forças produtivas levaram ao domínio do homem sobre as forças da natureza. Foi o desenvolvimento das máquinas, da navegação a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo, da exploração de continentes inteiros. O capitalismo faz mais em dois séculos para o desenvolvimento das forças produtivas do que todas as sociedades anteriores.

Nesse regime, a classe burguesa possui todos os meios de produção: fábricas, transportes, terras, bancos etc. Vemos que nessa trajetória, a relação homem/natureza passa a se constituir em espoliativa, pois, o homem, com formas bem mais primitivas de produção, foi responsável pelo extermínio de um número incontável de espécies vegetais e animais. Como é o caso do Pau Brasil, de leões da África do Norte exterminados quando capturados para dar vazão às exigências da pax romana.

2. CONSOLIDAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, APROPRIAÇÃO DO TRABALHO E AS REAIS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A NATUREZA

O processo de devastação, devido à exploração dos recursos naturais, inicia-se, de forma mais aguda e objetiva, a partir da primeira Revolução Industrial. Nesse período, a produção requeria uma força de trabalho contínua, além de quantidades cada vez maiores de matéria-prima, extraídas da natureza para satisfazer o aumento da produção em todos os setores da cadeia.

Esse modelo macroeconômico é caracterizado pela acumulação de riquezas. E o processo de construção da riqueza se dá pela extração da mais valia. (MARX, 1985). O trabalho em suas várias dimensões, alienado ou não, torna-se a base de geração de bens de consumo e sua mundialização agrega a natureza como capital valorado via princípios da economia clássica. Tal condição acelera o processo de degradação ambiental.

O movimento ecológico, segundo Carneiro (2003), surgiu de uma idéia nova: a

Ecologia, em sua forma e filosofia atuais, é muito recente. Essas foram adquiridas somente em fins da década de 60 e princípios da de 70. As várias conferências internacionais sobre meio ambiente, organizadas pelas Nações Unidas, ajudam a divulgar tais idéias.

Sempre que analisamos a destruição do meio ambiente, é preciso recordar que vivemos em um regime guiado por uma divisão social do trabalho, onde a uns cabem as decisões e, a outros, o cumprimento de diretrizes previamente traçadas. Segundo Lopes (2004), é preciso lembrar que o caráter privado da propriedade no regime capitalista determina uma apropriação da natureza, seja em escala local e nacional, e dada à existência de uma divisão internacional do trabalho, em escala mundial.

Nesse sentido, faz-se necessário desmascarar no âmbito do político, o controle do aparato de Estado pelos interesses privados, que impõem determinados fluxos de atividades, formas de organização espacial, diretrizes de planejamento energético, deslocamentos demográficos, organização das atividades produtivas e de trabalho, opções que influenciam a vida de milhões de pessoas.

Desta forma, a discussão sobre a questão ambiental não pode ser reduzida aos marcos de uma relação socialmente pouco explicitada. O que na visão de Leff (2001), torna óbvia a existência de um caráter político, econômico, social e ideológico nessa questão. Óbvia também é a dificuldade crescente em analisar a questão ambiental sem envolver uma outra, relativa à forma de apropriação e de gerenciamento do dito capital natural.

A partir do momento em que as diretrizes traçadas pela apropriação da natureza levam setores cada vez mais amplos da sociedade a se posicionarem contra o que já se convencionou definir como devastação do meio ambiente, o que está em discussão é se a natureza deverá ou não continuar nas mãos do proprietário ou então haver uma reformulação geral na relação homem/natureza, pautada por princípios sócio-ambientais.

Diante disso, o geógrafo Ruy Moreira (1982) afirmava já no começo da década de 80, que:

separada dos meios de produção e, por conseguinte, do produto de seu trabalho, a massa de trabalhadores protesta contra o ar e a água poluídos, o absurdo dos descartáveis amontoados nas lixeiras, o enguiço freqüente dos eletrodomésticos comprados à prestação, o aluguel e o preço especulativo da terra, o desperdício dos alimentos pelas classes abastadas (...) a classe trabalhadora inconscientemente ou não, reage contra o uso de seu trabalho e da Natureza que fazem os que dela se apropriam. (p. 42)

Vemos na assertiva do autor, que a magnitude da questão ambiental não se reduz apenas às condições de vida que são impostas aos milhões que são obrigados a sobreviver em ambientes ecologicamente devastados. Esse problema se agrava pela exploração pura e simples de imensos blocos territoriais, na forma de mega projetos hidroelétricos, agropecuários e de mineração.

Segundo Leff (2001), essas formas drásticas de organização das relações de trabalho e produção deslocam milhares de camponeses, expulsam nações indígenas inteiras e grupos extrativistas de seus locais tradicionais de assentamento, gerando um ônus social que não é contabilizado por esse modelo de produção ecologicamente irresponsável.

Portanto, é necessário revermos o conceito de desenvolvimento, o modelo atual do modo de produção firmado em postulados insustentáveis, como a fé no crescimento das forças produtivas, na desarticulação das relações de trabalho, no caráter inesgotável dos recursos naturais, na capacidade perene de acomodação de resíduos físico-químicos por ecossistemas; na crença na ciência e na técnica como categorias fundamentais na relação homem/natureza, no menosprezo pelas diferenças e na resignificação de práticas tradicionais ambientalmente responsáveis.

Nesse sentido, é fundamental combater a lógica desenvolvimentista, articulada à exploração do homem pelo homem, que legitima projetos como o Grande Carajás e hidrelétricas de Balbina (Amazonas), Tucuruí (Pará), condenados por seus impactos socioambientais. Além da expulsão e espoliação de camponeses, indígenas e ribeirinhos e liquidação, pelo fogo, de seringais e castanhais, savanas, bosques sobre os quais pouco conhecimento científico foi acumulado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, devemos ter clareza de que as forças que atuam na destruição do meio ambiente não dispõem apenas de um arsenal composto de expressões tecnocráticas. (LEFF, 2001). Essas manipulam, também, o verdadeiro caráter do meio ambiente, caso patente no apelo à natureza saudável, promovido por setores imobiliários ou à "pureza" das marcas comerciais da indústria de águas minerais, cuja existência é amparada na comercialização de um produto, a "água natural" que se torna economicamente viável devido à poluição de rios, lagos e mananciais, lógica predominante também no âmbito da região amazônica.

Por último, é preciso estar atento às estratégias articuladas pelas grandes empresas e pela tecnocracia estatal, que mesmo liberando verbas para demandas ambientais ou manifestando a sua "preocupação com o atual modo de produção" não escapam à sua lógica predatória, que para transformar a natureza em mercadoria é necessário primeiramente, destruí-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Notas para uma interpretação não-ecologista do problema ecológico*, Anais do IV Encontro Nacional de Geógrafos, Rio de Janeiro, 1980.

CARNEIRO, A. C. *A história do ambientalismo*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Vozes, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. *O que é a história da sociedade humana*. São Paulo: Ed. Global, 1986.

LEFF, Henrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade e poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOPES, J. Sérgio e outros. *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARX, Carl. *O Capital*. São Paulo: Ed. Melso Ltda, 1985.

MOREIRA, Ruy. *Geografia, ecologia, biologia: a totalidade homem-meio, in, Geografia: Teoria e Crítica*. Petrópolis: Editora Vozes 1982.

TRIGUEIRO, André. *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VERNIER, Jacques. *Meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1994.

WALDMAN, Maurício. *Ecologia e lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E CONQUISTAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Wlasgthon Aguiar de Almeida¹

Universidade do Estado do Amazonas
(waa.mec@uea.edu.br)

RESUMO

O texto defende que, para o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais na sociedade obtenha êxito é necessário que ele se inicie ainda no âmbito escolar. Retratando o percurso histórico da Educação Especial no Brasil e a consolidação das políticas públicas a ela referida a partir da promulgação da Carta Magna e mais especificamente na nova LDB. Comentamos também as diversas deficiências a que são acometidos os portadores de necessidades especiais e como elas devem ser trabalhadas na sala de aula levando em consideração o papel do professor na condução do processo de ensino-aprendizagem num ambiente escolar com educandos portadores de necessidades especiais.

Palavras-chave: educação especial; políticas públicas; formação do professor; inclusão.

ABSTRACT

The text defends that for the process of inclusion of the special carriers of necessities in the society it gets success is necessary that it if still initiates in the pertaining to school scope. Portraying the historical passage of the Special Education in Brazil and the consolidation of the public politics related it from the promulgation of the Great Letter and more specifically in the new LDB. We also comment the diverse deficiencies the one that are acometidos the special carriers of necessities and as they must be worked in the classroom leading in consideration the paper of the professor in the conduction of the process of teach-learning in a pertaining to school environment with carrying educandos of necessities special.

Key words: special education; public politics; formation of the teacher; inclusion.

¹ Mestrando em Ensino de Ciências pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

INTRODUÇÃO

O direito à educação por parte dos portadores de necessidades especiais, é uma conquista recente de nossa sociedade. No entanto, grande parte das leis e sugestões relacionadas à Educação Especial continuam apenas no campo teórico, distante do contexto real da sala de aula. Toda a problemática relacionada a esta temática se reflete no professor, que por sua vez interfere no aprendizado do educando especial. Este educando, seja ele portador de necessidades especiais de cunho mental, visual, auditivo ou físico, precisa ser recebido por um profissional especializado em sua necessidade para que o seu desempenho educacional seja satisfatório, pois só desta forma o processo de inclusão será consolidado no âmbito escolar.

1. A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A educação especial no Brasil passou a ser tratada com seriedade a partir da segunda metade da década de 50, quando ocorreu a sua inclusão na política educacional brasileira. Mazzota (2003) divide a história da educação especial no Brasil em dois períodos: o primeiro de 1854 a 1956, onde ocorreram as primeiras iniciativas, porém isoladas. E o segundo, de 1957 a 1993, quando foram realizadas iniciativas oficiais de âmbito nacional.

Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a educação para portadores de necessidades especiais teve início no Brasil quando, através do Decreto Imperial nº. 1.428 D. Pedro II criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro. Entretanto, foi só a partir de 1957 que se intensificaram as campanhas voltadas para a educação especial, como a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro – CESB, Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME – entre outras.

É importante ressaltar que todo esse processo de transformação pelo qual passou a Educação Especial no Brasil foi resultado da luta

de diversos segmentos da sociedade, liderados principalmente por pais de pessoas portadoras de necessidades especiais que se organizaram e passaram a propor e pressionar as autoridades, por medidas públicas que viabilizassem a inclusão do portador de necessidades especiais no sistema educacional. Para Mazzota (2003), os pais dos portadores de necessidades especiais, a partir de sua mobilização política, foram os responsáveis pelas mudanças ocorridas ao longo da história.

Todas as conquistas obtidas a partir das propostas da sociedade civil organizada resultaram na criação de políticas públicas que garantiram o acesso do portador de necessidades especiais à educação.

2. OS AVANÇOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A Constituição Brasileira, promulgada em 1988, garantiu inúmeros direitos individuais a todos os cidadãos, dentre eles o acesso irrestrito à educação. Este acesso também se refere aos cidadãos portadores de necessidades especiais, os quais deverão ser aceitos e respeitados em todas as escolas do ensino regular sem qualquer distinção em relação aos outros alunos, evitando assim a fomentação de preconceitos.

Após a promulgação da Carta Magna, suas determinações foram estendidas a outras esferas federais, a legislações estaduais e municipais vigentes. Segundo Góes (2004), a Lei nº. 7853 de 1989 obrigou as instituições públicas de ensino a oferecer a educação especial definindo como crime o ato de recusa. No entanto, como a lei determinava que a escola tratasse de forma equitativa todos os estudantes, os portadores de necessidades especiais não tinham qualquer acompanhamento que facilitasse sua aprendizagem.

Em 1999, um decreto federal regulamentou esta lei definindo que as escolas públicas ou particulares devem oferecer programas de apoio para seus alunos especiais ou disponibilizar um ambiente especializado, caso o seu ambiente escolar não satisfaça suas necessidades educativas. A nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de

1996, também reafirma a responsabilidade da escola regular integrar os portadores de necessidades especiais no seu quadro de alunos, independente da necessidade especial do educando.

Em 1994 a organização das Nações unidas (ONU) realizou, na cidade de Salamanca - Espanha, a conferência denominada "Declaração de Salamanca", a qual traçou algumas metas e sugestões para a inclusão dos portadores de necessidades especiais. O Brasil, como um dos signatários desta conferência, comprometeu-se em promover a inclusão dos educandos especiais no ensino regular e conseguiu aumentar em cerca de 150% de 1998 a 2002 o número de alunos especiais em salas de aulas do ensino regular. Mesmo com este considerável aumento do número de educandos portadores de necessidades especiais nas salas de aulas de todo o país, a qualidade do ensino para estes estudantes é deficiente, haja vista a falta de estrutura desses estabelecimentos de ensino para receber os estudantes portadores de necessidades especiais.

3. NECESSIDADES ESPECIAIS PRE-SENTES NA SALA DE AULA

Quando se fala em diversidade no âmbito escolar, não se deve pensá-la apenas numa dimensão étnica, religiosa ou sexual, mas também nas necessidades especiais do indivíduo, sejam elas físicas ou mentais, oriundas de altas habilidades ou de dificuldades de aprendizagem. Dentre outras necessidades podemos citar: a superdotação, condutas típicas, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência visual, deficiências múltiplas etc. Respeitar as peculiaridades físicas e mentais do indivíduo é uma forma de promover a diversidade no ambiente escolar, pois só desta forma será amenizado o preconceito perante os portadores de necessidades especiais no ambiente escolar.

A superdotação está relacionada à facilidade do indivíduo em assimilar determinados conteúdos, a ter grande criatividade em temas específicos e potencial elevado para artes. Estes indivíduos necessitam de escolas que explorem os seus conhecimentos

especiais a fim de facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Quanto às condutas típicas, elas se caracterizam pelas síndromes neurológicas e psiquiátricas que atrasam o desempenho escolar do aluno e suas interações sociais, sendo que o educando portador deste tipo de necessidade especial precisa do acompanhamento constante de um especialista para conseguir um bom desempenho escolar.

Uma das deficiências mais presentes no ambiente escolar é a auditiva, a qual pode ser total ou parcial, moderada ou profunda. Na surdez moderada o deficiente tem uma perda de até 70 decibéis, o que não o impede de comunicar-se oralmente, apesar das dificuldades enfrentadas. Já na surdez profunda o indivíduo tem uma perda superior a 70 decibéis que o impede de ouvir qualquer som. A forma de comunicação mais usada pelos surdos é a linguagem de sinais e mesmo já havendo cursos de formação e de especialização de professores em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), os estudantes surdos ainda encontram grande dificuldade para terem acesso à educação em LIBRAS, devido ao reduzido número de profissionais capacitados.

As deficiências físicas que afetam o indivíduo na sua mobilidade, locomoção, coordenação motora e fala, preservam a sua capacidade mental. Já a deficiência mental é caracterizada por um desempenho intelectual abaixo da média, onde a idade mental não corresponde à idade cronológica, afetando o desempenho escolar do educando, sendo necessários cuidados especiais de acordo com a deficiência diagnosticada.

No que se refere à deficiência visual, ela divide-se em dois tipos: baixa visão ou visão subnormal e cegueira. O portador de baixa visão consegue ler textos através do uso de certos recursos, como pincel com tinta mais densa, caderno com pautas maiores, lupa de aumento etc. Já o cego usa o método Braille como recurso de leitura e escrita, sendo necessário que a escola disponibilize um ambiente escolar adaptado para os deficientes visuais, com material didático específico que supram suas necessidades especiais.

Outra deficiência que pode ser encontrada na sala de aula são as deficiências múltiplas, que é a combinação de duas ou mais

deficiências no mesmo indivíduo, seja ela mental, visual, auditiva ou física. Vale ressaltar que todas essas deficiências ao se estabelecerem no ambiente escolar, devem ser tratadas como necessidades educacionais especiais. De acordo com Marquezine (2003), o conceito de deficiência deixa de ser centrado no indivíduo e passa para uma abordagem interacionista em que os grupos sociais se sobrepõem às patologias e diferenças. É importante que o professor tenha acesso a cursos de capacitação relativos à educação especial, mesmo depois da sua formação superior, para que ele crie estratégias que proporcionem um melhor desempenho escolar por parte dos alunos portadores de necessidades especiais, facilitando o processo de inclusão.

4. O PROFESSOR COMO AGENTE DA INCLUSÃO

Para que o processo de inclusão educacional seja realizado com sucesso, é necessário que o atual sistema de ensino seja reformulado, não apenas no campo teórico, mas também no prático. Transformar o ambiente escolar em um ambiente que promova a diversidade é tarefa do educador. Para que estas situações de fato ocorram é preciso capacitar os professores do ensino regular, a fim de que eles tenham acesso às novas teorias relacionadas à Educação Especial, as quais auxiliariam na sua práxis educativa. No entanto, o que de fato percebemos no contexto escolar são professores despreparados para o ato de educar o portador de necessidades especiais. De acordo com Góes (2004), os professores, por não participarem de um processo de formação continuada, não estão preparados para atender um educando portador de necessidades especiais.

Vale ressaltar que cabe ao professor reconhecer as necessidades especiais de seus alunos, bem como proporcionar atividades que os motivem no ambiente escolar e também facilitem a interação com os alunos ditos “normais” e com o próprio professor. É importante atentar-se para o fato de que o processo de inclusão é gradual e interativo, sendo necessário que o próprio educando especial participe da construção de suas atividades na sala de aula sem sofrer

nenhum tipo de pressão para se enquadrar no ambiente escolar convencional, pois só assim ele será respeitado e o processo de ensino-aprendizagem alcançará os objetivos propostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, ainda há um longo caminho a ser percorrido rumo à consolidação do processo de inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais em salas de aulas de escolas regulares. Mesmo com a valorização de políticas públicas específicas à Educação Especial nas últimas décadas, percebe-se grande desconhecimento e desconforto dos professores em relação aos educandos especiais. Daí a necessidade de capacitar esses professores antes dos mesmos receberem em suas salas de aula alunos portadores de necessidades especiais, só assim o processo de inclusão obterá o sucesso esperado, bem como o desempenho escolar do educando especial será alavancado, amenizando o preconceito existente no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares*. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/SEF/SEES, 1999.

GÓES, Maria Cecília Rafael de LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. (org). *Políticas e Práticas de Educação Inclusiva*. Campinas –SP: Autores Associados, 2004.

MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; TANAKA, Eliza Dieko Oshiro et al. (org). *Inclusão*. vol2. Londrina-PR: Edel, 2003.

MAZZOTA, Marcos J.S. *Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE UMA NOVA PERSPECTIVA DA NATUREZA DA VIDA

**William Costa da Silva¹; Norma Aparecida Lopes de Oliveira²
e Amarildo Menezes Gonzaga³**

Universidade do Estado do Amazonas

¹will_sca@yahoo.com.br; ²nlopes@uea.edu.br; ³amarildogonzaga@vivax.com.br

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos uma resenha científica do livro *A Teia da Vida* (Cultrix) de Fritjof Capra. O livro foi baseado em dez anos de pesquisas do próprio autor e discussões com cientistas de vanguarda em todo o mundo como Ilia Prigogine, Francisco Varela, Humberto Maturana, Ralph Abraham, James Lovelock, Heinz Forester, entre muitos outros. Em primeiro lugar, apresentamos a trajetória do texto que nos propicia uma síntese brilhante de descobertas científicas recentes como a teoria da complexidade, a teoria Gaia, a teoria do caos e outras explicações das propriedades de organismos, sistemas sociais e ecossistemas. As análises surpreendentes de Capra confrontam os paradigmas mecanicistas e darwinistas aceitos e, proporcionam uma extraordinária nova base para políticas ecológicas que nos permitam projetar a construção e a sustentação de comunidades sem colocar em risco as oportunidades para futuras gerações. Em segundo lugar, traçamos seu percurso metodológico apontando suas técnicas e métodos utilizados para desenvolver um olhar crítico sobre esta obra.

Palavras-chave: sistemas vivos; pensamento sistêmico; auto-organização; complexidade; alfabetização ecológica.

ABSTRACT

The work presents a scientific review of the book *The Web of Life* (Cultrix) from Fritjof Capra. The book is based on ten years of research of the author and discussions with leading scientists from around the world as Ilia Prigogine, Francisco Varela, Humberto Maturana, Ralph Abraham, James Lovelock, Heinz Forester, and others. First, the present trajectory of the text before us provides a brilliant synthesis of recent scientific discoveries like the theory of complexity, the Gaia theory, the theory of chaos and other explanations of the properties of organisms, social systems and ecosystems. The analysis of Capra confronts the paradigms mechanistic and darwinistas, provides an extraordinary new basis for environmental policy that allows us to design the construction and support of communities without jeopardizing opportunities for future generations. Then, presenting the course methodology of the author, his technique and method used, developing a critical eye on this work.

Key words: living systems; systemic thinking; self-organization and complexity; ecological literacy.

¹Graduado em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas e Mestrando do Curso de Mestrado em Ensino de Ciências na Amazônia - UEA.

²Graduada em Pedagogia pela UFAM, Especialista em Educação Infantil e Mestranda do Curso de Mestrado em Ensino de Ciências na Amazônia- Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

³Doutor em Educação pela Universidade de Valladolid – Espanha. Prof. do Programa de Mestrado em Ensino de Ciências da UEA.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta uma resenha científica do livro *A Teia da Vida* (Cultrix) de Fritjof Capra que foi baseado em dez anos de pesquisas do próprio autor e em discussões com cientistas de vanguarda em todo o mundo. A relevância desta resenha está em apresentar de forma sintética e analítica uma obra de difícil compreensão, mas que nos propicia uma síntese brilhante de descobertas científicas recentes. *A Teia da Vida* apresenta novas e estimulantes perspectivas sobre a natureza da vida e abre caminho para a autêntica interdisciplinaridade. As descobertas citadas por Capra confrontam os paradigmas mecanicistas e darwinistas aceitos e proporcionam uma extraordinária nova base para políticas ecológicas que nos permitam pensar em construir e sustentar comunidades sem colocar em risco as oportunidades para futuras gerações. Realizamos leituras e fichamento desta obra para traçar um percurso metodológico do autor e desenvolver um olhar crítico sobre seu livro.

1. CONHECENDO FRITJOF CAPRA

Fritjof Capra nasceu em 01 de fevereiro de 1939 na Áustria. Após ter recebido seu PH.D. em física teórica pela Universidade de Viena em 1966, Capra fez a pesquisa em física de partículas na Universidade de Paris (1966-68), esteve na Universidade de Califórnia em Santa Cruz (1968-70), no Accelerator linear do Centro de Stanford (1970), na faculdade imperial, na Universidade de Londres (1971-74), e no laboratório de Lawrence Berkeley na Universidade de Califórnia (1975-88). Ensinau também na Universidade do Estado de Santa Cruz, de Berkeley, e de São Francisco.

O austríaco Fritjof Capra é, sem dúvida, um dos nomes mais significativos na divulgação da vanguarda dos progressos da Ciência, da Filosofia e, unindo tudo isso com consciência, principalmente da ecologia em nossos dias, indo,

porém, sua contribuição muito além da mera popularização dos avanços da ciência moderna, o que, entre outras coisas, lhe tem custado a inveja e resistência por inúmeros acadêmicos convencionais. Seu nome está intimamente vinculado, de modo explícito, ao surgimento de uma nova maneira de se entender a ciência e, desta forma, de se compreender a realidade que surge, espontaneamente, do questionamento atual presente em várias vertentes da ciência e da arte, envolvendo o modo como interpretamos a realidade e de como esta interpretação afeta nosso comportamento frente a nós mesmos e à natureza. Além de sua pesquisa na Teoria da Física e dos Sistemas, Capra foi acoplado em uma examinação sistemática das implicações filosóficas e sociais da ciência contemporânea nos últimos 30 anos e tem dado palestras e escrito extensamente sobre as aplicações filosóficas da nova ciência. Atualmente vive com a esposa e a filha em Berkeley, Califórnia, onde é o diretor do centro de educação ecológica.

Capra escreveu vários livros como *Sabedoria Incomum* editado no Brasil pelo Círculo do Livro em 1992, e, *Pertencendo ao Universo* pela Editora Cultrix em 1995. Mas, tornou-se mundialmente famoso com seu *O Tao da física* (Cultrix), traduzido para vários idiomas. Nele, traça um paralelo entre a física moderna (relatividade, física quântica, física das partículas) e as filosofias e pensamentos orientais tradicionais, como o taoísmo de Lao Tsé, o Budismo (incluindo o zen) e o Hinduísmo. Surgido nos anos 70, *O Tao da física* busca os pontos comuns entre as abordagens oriental e ocidental da realidade. Outro livro seu tornou-se referência para o pensamento sistêmico: *O Ponto de Mutação* (Cultrix), cujo nome foi extraído de um hexagrama do I Ching. Nele, Capra compara o pensamento cartesiano, reducionista, modelo para o método científico desenvolvido nos últimos séculos, e o paradigma emergente do século XX, holista ou sistêmico (que vê o todo como indissociável, de modo que o estudo das partes não permite conhecer o funcionamento do organismo), em vários campos da cultura ocidental atual, como a medicina, a Biologia, a Psicologia e a Economia.

2. A CIÊNCIA E A QUEBRA DE PARADIGMAS: ENTENDENDO OS SISTEMAS VIVOS A PARTIR DAS DESCOBERTAS CIENTÍFICAS

O livro se estrutura da seguinte forma: são quatro partes compostas por 12 capítulos e cada capítulo possuindo vários subtítulos, onde o autor explica a teoria da auto-organização.

A primeira parte se denomina *Contexto Cultural* e contém apenas um capítulo que se chama *Ecologia profunda: um novo paradigma*. Nele, Capra proporciona uma extraordinária nova base para políticas ecológicas a partir do confronto entre os paradigmas darwinistas e mecanicistas.

O autor aborda a existência de uma “crise de percepção” - e para superação desta crise é necessário uma mudança radical em nossas percepções, nosso pensamento e nossos valores, diante dos problemas de nossa realidade, pois, estes não podem ser entendidos isoladamente por se tratarem de facetas de uma única crise.

Capra (1996) cita a idéia de Thomas Khun sobre a questão desta mudança. A quebra de paradigmas vem nos possibilitar a formular novas questões. Segundo Capra (1996), esta nova visão ou visão ecológica enfatiza a interdependência fundamental de todos os fenômenos e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza.

A quebra de paradigmas requer uma mudança de uma expansão não apenas em nossas percepções e maneiras de pensar, mas também de nossos valores. É preciso haver um equilíbrio dinâmico entre os nossos pensamentos e os nossos valores, pois, ambos podem ser vistos como mudanças de auto-afirmação e integração. O poder no sentido de dominação sobre os outros é sempre auto-afirmativo.

Na segunda parte, Capra nos traz como título *A Ascensão do Pensamento Sistêmico* contendo três capítulos. O capítulo 2º. (*Das partes para o todo*) enfatiza que a mudança do paradigma mecanicista para a ecológica vem ocorrendo em diferentes formas e com diferentes velocidades.

Desde os primórdios da filosofia e das ciências ocidentais já se discutia a questão da separação entre substância e forma. A visão de um mundo como uma máquina – visão quantitativa e cartesiana - na era moderna, veio pelas novas descobertas científicas da Física, Astronomia e da Matemática em Copérnico, Galileu, Descartes, Bacon e Newton e foi contraposto pelo movimento romântico no final do séc. XVIII e no séc. XIX com William Blake poeta e pintor místico, além de Goeth e Immanuel Kant. A visão romântica influenciou os cientistas a verem a Terra como um todo integrado e conseqüentemente este pensamento durou em toda a renascença. Na segunda metade do séc. XIX volta a visão cartesiana a partir do aperfeiçoamento do microscópio e dos avanços notáveis da biologia. No início do séc. XX os biólogos organicistas – Ross Harisson, Lawrence Henderson, Joseph Woodger - formularam algumas das principais características daquilo que chamamos de pensamento sistêmico. Na década de 20, a teoria quântica mostra que existem níveis subatômicos e interconexões, em que o todo é que determina o comportamento das partes enquanto que na mecânica clássica as propriedades e o comportamento das partes determinam as do todo. Por fim, a psicologia alemã contribuiu pela Gestalt e os ecologistas com o estudo das comunidades de organismos enriquecendo a maneira sistêmica de pensar.

No capítulo 3º. (*Teorias Sistêmicas*), Capra (1996) nos apresenta vários teóricos como Geoffrey Chew em sua filosofia “Bootstrap” – universo como uma teia de dinâmica de eventos interrelacionados, Alexander Bogdanov com a tectologia – ciência das estruturas- e Ludwig Bertalanffy com o pensamento processual. Assim o autor define que os critérios para resumir o pensamento sistêmico ou a linha do pensamento contextual. O primeiro critério, e o mais geral é a mudança das partes para o todo - sistemas vivos como totalidades integradas. O segundo critério seria a sua capacidade de deslocar a própria atenção de um lado para o outro - diferentes níveis, sistemas dentro de sistemas, propriedades diferentes. O que vale no pensamento sistêmico não é o objeto mais suas relações em seu contexto.

No capítulo 4º. (*A Lógica da mente*),

Capra explica que todas as principais realizações da cibernética originaram-se de comparações entre máquinas e organismos - de modelos mecanicistas de sistemas vivos - que levaram a concepção de realimentação, auto-regulação e, mais tarde, de auto-organização a partir de teóricos como Norbert Wiener e Ross Ashby. Entender a lógica da mente e expressar em linguagem matemática sempre foi um desafio e levou a invenção dos computadores digitais - John Von Neumann. Porém, a inteligência humana é totalmente diferente da inteligência de uma máquina ou inteligência artificial e se tornaria um lado sombrio - autônomas e totalitárias - tornando as culturas subordinadas a tecnologia - computadores e educação, violência, cultura etc.

A terceira parte apresenta *As peças do quebra Cabeça*, dividindo-se em dois capítulos. O quinto capítulo Capra nomeou como *Modelos de auto-organização* e nos explica que o pensamento sistêmico aplicado a princípio foi trabalhado para atacar complexos problemas organizacionais de âmbito militar e depois administrativos, que evoluiu até chegar ao modelo de Saint Gallen que baseia-se numa concepção de organização de negócios como um sistema social vivo e que ao longo dos anos incorporou muitas idéias vindas da Biologia, da Ciência cognitiva, da Ecologia e por último da teoria evolucionista.

Outro ponto abordado pelo autor é a crítica do pensamento sistêmico, embora o pensamento sistêmico sofresse críticas por não ter sido aplicado com sucesso em nenhum campo, devido a carência de técnicas matemáticas para se lidar com a complexidade dos sistemas vivos; mas, as abordagens sistêmicas desenvolveram em vez de uma teoria sistêmica formal, uma série de modelos sistêmicos bem sucedidos que descrevem vários aspectos do fenômeno da vida.

Em outro tópico, Capra explica a emergência da concepção da auto-organização que nessa concepção emerge dos modelos matemáticos que representava a lógica inerente nas redes neurais.

Ainda neste capítulo, Capra contou com a contribuição da teoria de Ilya Prigogine que é a *Estrutura dissipativa*, que foi a primeira ou talvez a mais significativa descrição detalhada de

sistemas auto-organizadores. Outros pontos de apoio que fundamentaram Capra são a teoria do Laser, a teoria dos hiperciclos e a teoria Gaia - Terra viva.

No sexto capítulo, o autor nos traz uma nova matemática de relações e padrões denominada a *Matemática da Complexidade*. Essa é mais qualidade do que quantidade e desse modo, incorpora a mudança de ênfase característico do pensamento sistêmico - de objetos para reações, da quantidade para a qualidade, da substância para o padrão.

Ainda neste capítulo, Capra (1996) nos apresenta o *Efeito Borboleta* que aparece na década de 60 pelo meteorologista Edward Lorenz que descobriu que o efeito borboleta na teoria do caos seria as "mudanças diminutas no estado inicial do sistema" que levarão ao longo do tempo a consequências em grande escala, ou seja, ele constatou que as soluções de suas equações eram extremamente sensíveis às condições iniciais e isto provocaria a impossibilidade de qualquer previsão em longo prazo, podendo levar a situações caóticas.

Outro ponto abordado neste capítulo é a geometria fractal que na década de 70, pois, aparece uma nova geometria inventada independente à teoria do caos, pelo francês Benoit Mandelbrot, que forneceu uma linguagem matemática para escrever uma estrutura em escala fina dos atratores caóticos, que nos permitiria descrever e analisar a complexidade das formas irregulares no mundo natural que nos cerca. Capra nos explica melhor ao dizer que: "a propriedade mais notável dessas formas (fractais) é que seus padrões característicos são repetidamente encontrados em escala descendente de modo que suas partes, em qualquer escala, são, na forma semelhante ao todo" (1996, p.118).

Capra (1996) intitula a quarta parte do livro *A Teia da Vida*, como a *Natureza da Vida*, subdividindo-a em seis capítulos. No capítulo sete *Uma nova Síntese*, Capra a ponta uma nova maneira de perceber os sistemas vivos, sua proposta é através da concepção de padrão (forma, ordem e qualidade) e estrutura (substância, matéria e quantidade). Ele acredita que a chave para uma teoria abrangente para os

sistemas vivos reside nestas duas abordagens e fundamenta-se em Humberto Maturana e Francisco Varela - a autopoiese (o padrão de organização dos sistemas vivos)-, ou seja, um sistema, mesmo encontrando-se em situação de desequilíbrio tem condições de auto-organização.

Capra (1996) retoma a teoria de Maturana e Varela para nos revelar que a autopoiese é o padrão de vida na qual a função de cada componente consiste em participar de produção ou transformação dos outros componentes da rede, ou seja, é um sistema organizacionalmente fechado em que sua ordem e seu comportamento são estabelecidos pelo próprio sistema. Isso não significa que os sistemas vivos sejam isolados no seu meio ambiente, mas interagem com ele por intermédio de um intercâmbio contínuo de energia e de matéria.

No capítulo oitavo, Capra nos fala sobre as estruturas dissipativas retomando a estrutura de Prigogine para explicar que existe uma estrutura, mas que essa vive em constante mudança, ou seja, uma mudança de percepção, da estabilidade para instabilidade, de ordem para desordem, do equilíbrio para o não equilíbrio, do ser para o vir a ser.

Essa nova concepção de ordem e desordem, segundo Capra, representa uma invasão das novas concepções científicas tradicionais, de modo que a desordem nos leva a um ponto de equilíbrio, portanto, no ponto crítico de não-equilíbrio que parece caótico, há mais probabilidade de se auto-organizar demonstrando que a desordem gera uma ordem.

No capítulo 9º, Capra explica que Maturana, Varela e Ilya Prigogine optaram por simulações de modelos simples que podem ser descritos matematicamente. Os autômatos celulares inventados por Jhon Von Neuman foram as técnicas matemáticas apropriadas para simular uma rede autopoietica. Seriam células que podem assumir vários valores diferentes, podem desaparecer se movendo aleatoriamente e interagindo uns com os outros.

Além de desenvolver soluções por computadores de redes autopoieticas, ou não, a vida em sua forma mínima pode ser comprovada a partir da sintetização de sistemas químicos em laboratório por Varela e Luigi Luisi. Isso contribuiu

para a discussão sobre o que constitui a vida em uma forma mínima.

Apesar de ser ainda especulativa, o estudo da autopoiese em organismos multicelulares, de ecossistemas e de sistemas sociais, Capra (1996) confirma que o que é comum a todos os outros seres vivos são seus menores componente da célula. Portanto, todos os sistemas vivos são autopoieticos. Não existe uma clara resposta para que organismos, sociedades e ecossistemas sejam autopoieticos, pois, diferem em grande medida, nos graus de autonomia de seus componentes.

Nos sistemas sociais humanos existem domínio físico e também um domínio social simbólico, um "mundo interior" de conceitos, idéias e dos símbolos, que surgem com o pensamento, com a consciência e com a linguagem humana. O comportamento no domínio social é governado por regras geradas pelo sistema social e estas regras podem ser quebradas, mas as leis naturais não podem. É uma questão em aberto se no domínio físico podemos aplicar a concepção de autopoiese. Maturana e Varela divergem em suas visões. O primeiro não considera o sistema social humano como autopoietico. Varela acredita existir um "fechamento organizacional", sem ser um processo de produção. Niklas Luhmann, sociólogo alemão, é um dos que afirmam que na rede autopoietica pode ser definida se a descrição de sistema social humano permanece dentro do sistema social como processos de comunicação e estes são o modelo particular de reprodução autopoietica.

No capítulo 10º, cujo título é o desdobramento da vida, Capra explica a diferença entre a teoria da evolução clássica (darwinismo) e a nova teoria emergente (neodarwinismo). O autor faz uma crítica mediante estas teorias quando afirma que nem maturação sucessivas de genes e nem uma seleção natural podem explicar a rede entrelaçada sobre a perspectiva sistêmica. Afirma, o que vai prevalecer é a criatividade do sistema vivo.

O capítulo 11º (*Criando o mundo*) aborda o estudo científico da mente e do conhecimento a partir de uma perspectiva interdisciplinar sistêmica conhecida como ciência cognitiva.

Capra (1996) retoma a teoria de Santiago que afirma que nesta nova visão de criação de mundo a cognição envolve todo o processo da vida, incluindo a percepção, a emoção e o comportamento, não há necessidade de um sistema nervoso, haja vista que as bactérias percebem certas características no seu meio ambiente, desse modo, em todo o “processo cognitivo a percepção e a ação são inseparáveis, uma vez que mudanças estruturais e as ações associadas que se desencadeiam no organismo dependem da estrutura do organismo” (Capra, 1996, p. 211).

Portanto, a cognição não reage aos estímulos ambientais de forma linear de causa e efeito, mas responde com mudanças estruturais em sua rede autopoietica não linear, organizacionalmente fechada, permitindo que organismos continuem sua organização autopoietica e, desse modo, continue a viver em seu meio ambiente em uma interação inteligente que na teoria de Santiago a inteligência se manifesta na riqueza e na flexibilidade do acoplamento estrutural de um organismo.

Nas palavras de Capra, a cognição humana envolve muito mais que a simples informação externa. Ela abrange linguagem e pensamento abstrato, símbolos e representações mentais, mas isso é apenas uma parte da cognição humana que não é exclusivamente a base para nossas decisões e ações. As decisões humanas não podem ser concebidas de formas lineares, pois são recheadas de emoções, e o pensamento humano esta embutido nas sensações e nos processos corporais que contribuem para o pleno aspecto da cognição. Então, podemos concluir que o computador nunca poderá ser comparado à mente humana.

No capítulo XII, Capra nos explica que a consciência é caracterizada pela auto-percepção e a autopercepção é extremamente interligada à linguagem, e o entendimento da linguagem é abordado por meio de uma cuidadosa análise da comunicação. O autor cita Maturana ao dizer que a comunicação não é uma transmissão de informações, mas é uma coordenação de comportamento entre os organismos vivos por meio de um “acoplamento estrutural” mútuo. Capra afirma que a

comunicação lingüística surge quando há comunicação a respeito de comunicação, ou seja, quando se tem consciência que sabemos que sabemos, que nada mais é do que a autoconsciência.

O autor afirma que nos primórdios da evolução humana o homem começou a se desenvolver pela capacidade de cooperar, que tem como instrumento crucial a linguagem. Com o aumento da diversidade da riqueza das nossas relações humanas a humanidade se desenvolveu e chegou à capacidade do pensamento abstrato. À medida em que esse mundo interior (abstrato) se tornava cada vez mais diversificado e complexo, começamos a perder o contato com a natureza e a nos transformar em personagens cada vez mais fragmentados.

Capra (1996) nos revela que o pensamento abstrato nos leva a perceber o meio ambiente natural como parte separada, sendo o mesmo explorado comercialmente em benefício próprio por diferentes grupos, além disso, esta fragmentação se estende à sociedade humana, dividindo-a em raças, grupos religiosos e políticos, ou seja, fragmentando a nós mesmos no nosso meio ambiente e em nossa sociedade. Para uma inversão dessa situação nas palavras de Capra: *“temos que recuperar nossa experiência de conexão com toda a teia da vida”*. Portanto, o ponto crucial desta concepção fragmentada encontra-se na autoconsciência - consciência que sabemos que sabemos - de modo que ela nos proporcionará uma interconexidade com o sistema vivo.

No epílogo de seu livro que tem como título *Alfabetização Ecológica*, o autor explica e conclui enfatizando que se reconectar com a teia da vida significa construir, nutrir e educar comunidades sustentáveis nas quais podemos satisfazer nossas aspirações e nossas necessidades sem diminuir as chances das gerações futuras. Precisamos nos tornar ecologicamente alfabetizados, isso significa, entender os princípios de alfabetização das comunidades ecológicas (ecossistemas) e usar esses princípios para criar comunidades humanas sustentáveis. A teoria dos Sistemas vivos discutida neste livro fornece um arcabouço conceitual para um elo entre comunidades ecológicas e humanas.

Capra (1996) conclui seu livro apontando seis princípios básicos da ecologia - a *interdependência, reciclagem, percepção, flexibilidade, diversidade e sustentabilidade*. A interdependência ecológica significa entender relações existentes na teia da vida; a reciclagem é o replanejamento no nível fundamental de nossas atividades comerciais e nossa economia; a percepção seria uma característica essencial das comunidades sustentáveis a partir de uma cooperação generalizada; a flexibilidade de um ecossistema é uma consequência de seus múltiplos laços de realimentação que tendem a levar o sistema de volta ao equilíbrio sempre que houver um desvio em relação às normas; a diversidade significa muitas relações diferentes onde uma comunidade é capaz de se adaptar a situações mutáveis.

3. O PERCURSO METODOLÓGICO DE FRITJOF CAPRA

Durante o percurso de suas análises para desenvolver uma teoria dos sistemas vivos que compreenda a nossa realidade, o autor recorre, em primeiro lugar, a várias teorias científicas concordando e discordando de vários pontos, procurando superar a visão mecanicista que por muitos anos vigorou dentro de algumas descobertas científicas, sendo essas o seu objeto de investigação. Esse conjunto de teorias não deixa de ser uma pesquisa histórica que se iniciou há dez anos a partir de uma busca bibliográfica muito extensa de áreas como Biologia, Física, Química, Matemática, Astronomia e de muitas outras afins como neurologia, microbiologia, sistemas dinâmicos etc.

O autor aplicou a técnica de conversas informais pois, enquanto trabalhava neste livro, teve oportunidade de apresentar suas idéias aos próprios autores das teorias estudadas por ele. Apresentou também a colegas e estudantes para uma discussão crítica. Debateu, também, com vários cientistas e professores que o ajudaram a aprimorar suas concepções. Participou de conferências e de palestras, além de três cursos seguidos sobre a "A Teia da Vida" na Inglaterra.

Em segundo lugar, trabalha utilizando certos Métodos, entendendo-se por método o caminho pelo qual se atinge um fim (POLITZER, 2002, p. 25). Capra, no seu livro *A Teia da Vida*, faz suas análises utilizando os Métodos da Hermenêutica e da Fenomenologia.

De acordo com Ghedin (2005), a construção de um texto relaciona-se com o contexto produzindo uma forma de dizer o mundo, por isso, Capra utiliza a reflexão Hermenêutica sobre uma extensa bibliografia científica, no sentido de captar uma determinada visão de mundo dentro de cada uma das teorias estudadas, pois entende que as partes podem compor todo um enunciado a partir de toda uma construção composicional. Ao utilizar um gênero de discurso secundário (cultura escrita) para análise, o autor procura estabelecer um processo de pensamento sobre o discurso, por esta ação ser importante. Segundo Ghedin (2005), poderíamos dizer que este modo de explicitar os sentidos implica um duplo movimento de pensamento, isto é, pensa-se e repensa-se o próprio objeto pensado. O que não é possível na fala. Nesse primeiro momento de contato com outras concepções, Capra procura nos livros teóricos o significado que se dá pela palavra e que é sempre carregado de sentido.

Segundo Triviños (1987), a Fenomenologia é o estudo das essências e de todos os problemas que segundo ela tornam a definir essência: a essência da percepção, essência da consciência, sendo sua idéia básica a noção de intencionalidade. Em função desta busca pela essência o autor, em determinados momentos de sua obra, consegue abstrair a essência da intencionalidade das teorias estudadas, como, por exemplo, quando afirma existir uma crise de percepção, quando ele afirma existir a autopoiese em todos os sistemas vivos, quando afirma existir uma visão cartesiana da realidade e quando afirma existir a necessidade de se procurar a unidade de todas as coisas – visão ecológica da vida - que seria a conclusão final de seu livro. Portanto, percebe-se que ele utiliza o aspecto fenomenológico para abstrair a essência das teorias estudadas indicando, assim, uma alfabetização ecológica como uma nova essência que garanta o prolongamento dos sistemas vivos.

Em terceiro lugar, podemos afirmar que o autor chega à síntese dessas teorias científicas a partir do método dedutivo, pois parte de teorias gerais para explicar um aspecto particular que seria a sua teoria de uma visão ecológica do mundo.

As teorias que serviram de embasamento foram apresentadas a partir de uma sequência cronológica das descobertas, sendo que, umas foram mais relevantes que as outras, sem perder seu grau de importância para a busca da essência da teia da vida. Elas exigem um conhecimento prévio de algumas teorias como noções de Biologia, de Física Quântica, a teoria do Caos, Fractais e Conjunto de Mandelbroit, noções de Química, Cálculos Binários e Equações matemáticas não-lineares.

Capra (1996) contou com a contribuição dos estudos de Alexander Bogdanov e Ludwig Bertalanffy sobre princípios de organização de sistemas vivos. Buscou nas teorias de McCulloch e Pitts - neurocientistas da década de 40 - suporte teórico da concepção de emergência da concepção da auto-regulação. Contou, também, com a contribuição da teoria de Ilia Prigogine sobre *Estrutura dissipativa* e que foi a primeira ou talvez a mais significativa descrição detalhada de sistemas auto-organizadores. Da teoria da simbiogênese de Margulis desenvolvida na década de 60, trouxe uma mudança radical do pensamento evolutivo. Manfred Eigen, bioquímico na década de 70, se baseou na concepção de auto-organização para explicação da origem da vida na Terra - teoria dos hiperciclos. Todas estas teorias foram um elo de ligação para sustentar a teoria da auto-organização que encontra seu ponto crucial na teoria da Maturana e Varela: a Autopoiese - é o padrão de vida na qual a função de cada componente consiste em participar de produção ou transformação dos outros componentes da rede.

4. OLHAR CRÍTICO SOBRE A OBRA

O autor apresenta uma postura crítica em relação às teorias estudadas, demonstrando que muitas delas criavam dogmas científicos

errôneos que não valorizavam a unidade das coisas a partir de uma visão sistêmica da vida. Durante o texto, ele discorda de algumas teorias, como, por exemplo, das descobertas científicas amparadas pela visão mecanicista e linear, bem como, da visão extremamente positivista. Em outro momento, ele concorda com algumas teorias, utilizando-as como uma ponte conceitual para o entendimento de uma nova descoberta sobre a questão da auto-organização.

Em relação às correntes filosóficas apresentadas em sua obra, o autor concorda com a questão da unidade e do todo – Aristóteles – e da questão do Budismo – o homem deve estar em harmonia com o todo e discorda da visão antropocêntrica onde o homem é o centro do universo.

Sobre correntes culturais, o autor evidenciou a necessidade de uma mudança de percepção diante dos problemas de nossa realidade, propondo uma nova visão de ecologia social a partir de uma Alfabetização Ecológica. Vivemos num mundo de uma cultura que produz miséria, fome e guerra provocada pelo próprio homem. Para que haja uma mudança dessa condição humana, o autor propõem uma autoconsciência – consciência que sabemos que sabemos – usando a autonomia humana para promover o bem universal.

No momento em que o autor escreveu seu livro, o mundo passava por mudanças sociais, econômicas e históricas levando-o a refletir sobre estes acontecimentos imbricados na organização social, tendo um reflexo no comportamento dos sistemas vivos. Fatos como a Guerra Fria, o desmantelamento da URSS, a Perestroika, o desenvolvimento dos Tigres Asiáticos e a obtenção de tecnologia nuclear por países fundamentalistas, trouxeram resultados positivos e negativos para alguns países.

Uma das maiores contribuições da obra foi nos trazer reflexões baseadas em dez anos de pesquisas e discussões com cientistas de teorias pioneiras em todo o mundo, sobre uma nova concepção da vida diante de um contexto social, cultura e científico como a teoria da complexidade, a teoria Gaia, a teoria do Caos e outras explicações de propriedades de organismos, sistemas vivos e ecossistemas.

Outra contribuição seria a proposta de

despertar uma mudança de percepção sobre os sistemas vivos a partir de uma visão de que nada pode ser visto isoladamente, mas de uma forma interligada.

Uma contribuição revolucionária em sua obra trata da natureza do conhecimento chamada de Teoria de Santiago, formulada por Humberto Maturana e Francisco Varela. Capra (1996) afirma que a mente não é uma coisa, mas um processo. A mente é a aquisição do conhecimento e está dentro da própria vida concreta da natureza: as interações de um sistema vivo com o seu meio ambiente são interações cognitivas, isto é, de conhecimento e o próprio processo da vida é um processo cognitivo. Nas palavras de Maturana e Varela, viver é conhecer.

As idéias apresentadas pelo autor são originais por serem revolucionárias e criativas, pois são respaldadas por teorias interligadas a outras e que servem como arcabouço central para uma abordagem diferente dos sistemas vivos. As idéias do autor em alguns aspectos são verdadeiras, pois estão embasadas em descobertas científicas comprovadas. E outras, são apenas de cunho filosófico, pois ele não encontra respostas que se aproximam da confirmação de suas hipóteses. Ele próprio reconhece que não dispomos de tecnologias para a comprovação de certas teorias científicas como a autopoiese do Universo e os segredos da natureza da mente.

O estilo que o autor utilizou foi objetivo até um certo ponto, por exemplo, ao fazer uma sequência lógica das teorias, ele facilitou o entendimento da teoria dos sistemas vivos; devido ele precisar constantemente retornar para as mesmas teorias já mencionadas, a leitura, às vezes se torna repetitiva e cansativa. Às vezes, o autor consegue ser bastante claro em algumas de suas explicações devido a simplicidade da teoria, mas em outras ocasiões, e devido à complexidade da teoria por se apresentarem de uma forma bastante resumida.

Quanto à forma do conteúdo do livro, ela segue uma estrutura lógica: cronológica e histórica em determinados momentos. Porém, não aparece equilíbrio na disposição das partes, pois a primeira parte apresenta um

capítulo e a quarta parte apresenta seis capítulos. Podemos perceber que isso ocorreu conforme a complexidade dos temas abordados, mas, para o leitor, é fatigante a mesma temática ser abordada em seis capítulos.

Indicamos esta obra a todos os seres humanos, às pessoas em geral e de todas as áreas afins da Ciência como forma de se poder superar a visão fragmentada das descobertas científicas, mesmo sabendo das limitações impostas pela necessidade de conhecimentos prévios que a obra exige. A partir desta leitura, esperamos que se possa ocorrer o rompimento de certos paradigmas e entendermos que o conhecimento se dá de uma forma entrelaçada com todo sistema vivo. Como bem escreveu Ted Perry citado no livro: “O homem não tece a Teia da Vida; Ele é apenas um fio. Tudo que ele faz a Teia ele faz a si mesmo”.

REFERÊNCIAS

CAPRA, Fritjof. *A teia da Vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. 11 ed. SP: Editora Cultrix, 1996.

GHEDIN, Evandro & FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Pesquisa em Educação. Questões de Método*. São Paulo: Cortez, 2005.

POLITZER, Georges. BESSE Guy. CAVEING, Maurice. *Princípios Fundamentais da Filosofia*. Curitiba, HEMUS, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987.

MINAYO, M. C. De S. (Org.) *Pesquisa Social*. 16 ed. Petropolis, Vozes, 2000.

MEKSENAS, Paulo. *Pesquisa Social e ação pedagógica: conceito, método e práticas*. São Paulo, Ed. Loiola, 2000.

AS INTERFERÊNCIAS DO SETOR PRODUTIVO NA EDUCAÇÃO FORMAL E CONTEMPRÂNEA DO BRASIL

David Gonçalves Gatenha Neto¹

Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas
pedagogo3@hotmail.com

RESUMO

O atual contexto educacional brasileiro, que a exemplo de outros contextos educacionais de países da América Latina, está comprometido com o sistema capitalista, onde o que prevalece é a formação para atender o mercado de trabalho, mas não uma educação para promover uma transformação social concreta, que possibilite a capacidade de criação, conjuntamente com uma formação para a cidadania, ao contrário de uma instrução para operacionalizar o que já está determinado. Neste trabalho, encontraremos uma explanação de como está e de como deveria ser a educação, tendo em vista promover a formação de cidadãos. O texto também relata de forma sintética, as investidas dos donos do Capital no campo da educação. A elaboração deste trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica de obras de autores com vasta contribuição para o campo da educação.

Palavras-chave: educação; formação; trabalho.

ABSTRACT

The current Brazilian educational context, as example of other educational contexts of countries in Latin America, is compromised to the capitalist system, where what it prevails is the formation to take care of to the work market and an education not to promote social a transformation concrete, that makes possible creation capacity, jointly with a formation for the citizenship to I oppose it of an instruction for operationalization of that already is determined. In this work we will find a communication of as it is and as would have to be the education, in view of promoting an education for the formation of citizens. The text also tells of synthetic form, the onslaughts of the owners of the Capital in the field of the education. The elaboration of this work was based on bibliographical research of workmanships of authors of recognized ability and vast contribution for the field of the education.

Key words: education; formation; work.

¹Graduado em Pedagogia. Pós-Graduado em Administração Escolar. Pós-Graduado em Elaboração de Projetos pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM).

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da Revolução Industrial, os trabalhadores tiveram a necessidade de um breve treinamento, para manuseio das ferramentas e das máquinas no exercício de tarefas laborais.

Com o passar dos anos, e a evolução das tecnologias empregadas nas produções fabris, os operários, que ainda não foram substituídos pela automação, continuam sendo submetidos à formação profissional. Esse tipo de formação aligeirada não proporciona a cidadania e só prima pelo trabalho produtivo.

Em se tratando do cenário brasileiro, as políticas públicas para essa área têm sofrido interferências dos donos do Capital, através dos seus legítimos representantes, citados neste trabalho.

Diante deste contexto, a juventude brasileira vem sendo submetida a este tipo de formação para o trabalho, que não oferece a oportunidade dos mesmos receberem na mesma formação, uma educação para a cidadania, deixando o educando em uma esfera da alienação.

1. NO INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Com o advento da Revolução Industrial, os camponeses e artesãos que dominavam todo o processo de produção (transformação da matéria prima em produto pronto e acabado, que era destinado ao consumo) passaram a ser operários nas fábricas que pertenciam aos donos do Capital (recursos financeiros, dinheiro) e dos meios de produção, que compreendiam as matérias primas, as ferramentas, as máquinas e as instalações.

Atento para essa mudança que ocorria em sua época, Karl Marx analisou, teorizou e publicou a passagem do meio de produção artesanal para o meio de produção fabril. Marx detectou, já naquela época, a exploração a que o trabalhador era submetido por seus

empregadores. Trabalhavam em jornadas que variavam de 14 a 16 horas por dia, e as condições de trabalho eram precárias; recebiam um salário que mal dava para suprir a sua subsistência, e não tinham quase nenhum direito trabalhista. O sistema que colocava os trabalhadores daquela época nessas condições é o mesmo que oprime e explora os trabalhadores dos dias atuais, ou seja, o Capitalismo.

Teorizando o primado das forças produtivas sobre as relações de produção, Marx fez uma ruptura com os objetos empíricos ou naturais, e com diversas formas de representação idealizada, que até então ocupava o seu lugar.

Com essa mudança, o trabalhador (artesão) passou a ter uma tarefa específica, ou seja, participava apenas de etapa do contexto produtivo. Segundo Marx:

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, tem de acompanhar o movimento do instrumental.

Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles. (1971, p. 483).

Neste contexto, a explanação de Marx explicita que o trabalhador quando trabalhava como artesão em sua oficina, participava de todo o processo de fabricação de seu produto, desde a coleta da matéria prima até a transformação desta matéria prima em produto final para o consumo, utilizando-se de ferramentas (facas, pá, alicate, tesouras, martelos, etc) que lhes pertenciam. Neste caso o artesão planejava e executava a produção que depois seria posto em sua oficina para venda, cujo valor pago, seria a recompensa pelo seu trabalho.

Já o trabalho exercido na fábrica seria específico na operação de uma máquina, que executaria uma etapa também específica na matéria prima do produto a ser produzido. Desta

forma o operário perdia a noção da totalidade da produção na fábrica e, assim, o antigo artesão passou a ser apenas um operador de máquinas nas fábricas da Revolução Industrial.

Em seus estudos e observações desta situação, Marx detectou a alienação sofrida pelos trabalhadores, pois estes, que antes eram artesãos e camponeses, ao serem introduzidos no novo modelo de produção, perderam a visão global do processo de produção, e também ficaram cada vez mais afastados do produto final do seu esforço.

A Revolução Industrial não poupou a mão-de-obra feminina e infantil, pois além de receberem salários menores do que os pagos aos homens, as mulheres e crianças, devido a sua docilidade, tinham maior facilidade no “aprendizado” e cumprimentos das ordens. Notem que nessa época já era necessária uma aprendizagem para o exercício do trabalho, pois Marx afirma que:

O Verdadeiro significado da educação para os economistas filantropos é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais, de tal sorte que se é despedido de um trabalho pelo emprego de uma máquina nova, ou por uma mudança na divisão do trabalho, possa encontrar uma colocação mais facilmente possível. (Marx, 1983, p. 81)

Nesta exposição de Marx, nota-se que, como nos dias de hoje, a preocupação da Classe Dominante era de apenas oferecer uma formação para o trabalho, não se preocupando em dar condições de o trabalhador obter uma formação de compreensão de mundo, da situação e condição em que estava envolvido no mundo do trabalho e ao mesmo tempo conduzi-lo e mantê-lo nesta condição enquanto tivesse forças para trabalhar.

Com essa estrutura, o trabalhador teve seu trabalho desvalorizado, e passou a ter uma participação parcial e limitada na elaboração do produto final de seu trabalho.

Na época do “capitalismo moderno”,

esse tipo de desvalorização do trabalhador se aperfeiçoou. Pois, após alguns aperfeiçoamentos nos métodos adotados para a produção, onde a princípio, os intelectuais do capitalismo pensavam que se o trabalhador desenvolvesse de forma fragmentada a fabricação dos produtos, não teriam tempo de pensar na exploração a que estavam submetidos e mergulhassem de vez na alienação a que estavam sendo conduzidos. Mas com o andamento desse método de produção, perceberam que estavam errados e que esta metodologia de produção oferecia espaço sim para os trabalhadores pensarem e refletirem sobre sua real situação de exploração.

Diante desta constatação, os intelectuais orgânicos do capital criaram mecanismos para que os trabalhadores se contentassem com sua condição e não se revoltassem com as explorações sofridas, entre as quais a de mais valia, dentro do processo produtivo do capitalismo.

Atualmente os trabalhadores continuam produzindo sem ter o domínio total do processo de produção, o que contribui para a sua “desqualificação profissional” em benefício da multiplicação dos lucros dos detentores do capital, ou seja, a burguesia, a classe dominante, enfim, a elite.

Diante do que já foi abordado, podemos então notar que, desde o nascimento da Produção Capitalista até os dias atuais, todo o processo produtivo é pensado e planejado previamente, pela “gerência científica” das empresas. Não há interesse por parte das empresas (indústrias) que o trabalhador detenha o conhecimento de todo o processo de produção, pois isto poderia acarretar prejuízos.

Em o Capital, Marx cita um relatório em que a educação é avaliada como um mal para os trabalhadores, já que uma vez munidos dela, eles se tornavam independentes. Em outro momento, em suas análises sobre a sociedade dos séculos XVIII e XIX, Marx relata que, para o capitalista, era importante manter os trabalhadores sem educação, pois, quanto menos instrução os trabalhadores tivessem, menores condições teriam de reivindicar os seus direitos e realizarem greves.

Segundo FRANCO (1998), a questão da

desqualificação do trabalhador é de interesse do empresariado (burguesia), res-tando para o trabalhador a tarefa opera-cional de apertar botões das máquinas e, para isso, não se requer uma “qualificação de fato”, bastando ao trabalhador ter pouca ou nenhuma experiência, o que contribui para sua desva-lorização profissional e pessoal.

A situação do mundo do trabalho é tão maquiavélica que um dos mecanismos para manter a opressão aos trabalhadores, foi, (FRANCO, 1998), a qualificação de categorias de trabalhadores dos que concebem e planejam o processo de produção/trabalho, denominada de Gerência Científica, e da categoria daqueles que examinam se tal processo está sendo cumprido, denominada de Intelectuais Intermediários. Enquanto que em sua contrapartida, na desqualificação da maioria da força de trabalho e, conseqüentemente, na sua alienação e opressão.

Em outras palavras, o Capitalismo qualifica determinadas classes de trabalhadores; para alienar e oprimir, outras classes de trabalhadores. Todo este processo acontece com o apoio do Estado que funciona para garantir os interesses da Burguesia.

Diante deste contexto Marx mostra que a burguesia tem uma ciência, uma cultura e uma educação que são dominantes, porque ela é a classe economicamente dominante. Dessa forma, ele entende que a ciência, a cultura e a educação só estarão a serviço da classe trabalhadora quando esta detiver o controle dos meios de produção, conseqüentemente, do Estado e da sociedade. Fora da revolução social não há solução para a questão da educação da classe trabalhadora, que são os representantes da categoria dos menos favorecidos economicamente.

2. INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO

Em sua análise a respeito dos investimentos e investidas internacionais na área da educação brasileira Coêlho afirma:

Privilegiar a profissionalização dos alunos no ensino superior é aceitar os objetivos dos organismos internacionais na área da educação, estreitamente vinculados aos objetivos do mundo da produção e do mercado; em especial, assumir a lógica da competitividade, a ênfase no mundo do trabalho nas questões imediatas e úteis, no aprender a fazer, a operar a natureza e a sociedade, distorcidas e empobrecidas, negadas em seu próprio ser, em sua identidade, reduzidas a meio ambiente e comunidade, respectivamente. (2006, p. 45).

Esse tipo de formação para operacionalizar o que já está pronto e estabelecido não deveria ser a única via de educação a ser oferecida aos cidadãos que não fazem parte da Classe Dominante, pois a formação que todos, independente de raça, condição social e credo, deveriam ter acesso, era a que contribuísse de forma efetiva para que os estudantes aprendam a superar, a transcender o mundo sensível, o mundo da aparência, da imagem, do mutável, da opinião, da crença, das paixões, das emoções, da ideologia, dos limites do positivismo e da razão instrumental.

Neste sentido, segundo Coêlho (2006) a educação deve promover o cultivo da dúvida, da interrogação, do pensamento, da compreensão e a expressão rigorosa e crítica do que realmente são as coisas e os processos, de seu sentido. Devendo essa formação contribuir para a compreensão racional da existência humana e sua transformação no sentido de realizar a autonomia, a liberdade, a igualdade, a justiça, a excelência, a vida perfeita e feliz de homens e mulheres que, tendo-a como guia e critério, sejam capazes de reconhecer e julgar a validade das teorias.

Para que esta educação seja praticada ela deve estar descomprometida e livre de interferências políticas e econômicas, tendo em vista que tal comprometimento só limita o seu campo de ação, comprometendo a sua plenitude e capacidade de transformação. Como já

abordamos, a educação da América Latina sofre interferências de organismos internacionais, representantes legítimos dos donos do capital que financiam e interferem no funcionamento da educação. O Brasil não é exceção desta prática.

Para Freire (1996), os opressores, falsamente generosos, sentem necessidade de que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria.

Devido à introdução de inovações tecnológicas nas empresas industriais, que na sua maioria, são multinacionais, instaladas no território brasileiro, o Banco Mundial, que nada mais é que um dos organismos do Fundo Monetário Internacional (FMI), que durante muito tempo determinou as regras da economia brasileira e ditou também os rumos a serem tomados durante a elaboração da Nova LDB, vem se preocupando com o ensino profissionalizante, preocupação esta que remonta há duas décadas e, dentre seus projetos educacionais, esta modalidade de ensino recebeu uma maior participação na soma total de recursos a eles destinados.

Nos relatos de Cunha (apud FERRETTI, 2002, p. 97), há referências sobre um relatório do Banco Mundial, datado de 1989, relativos ao ensino médio e ao ensino técnico no Brasil.

O FMI é o representante legítimo da classe dominante no planeta terra, então é claro o seu interesse em investir na formação de mão-de-obra barata para manusear as máquinas das grandes corporações transnacionais que atuam na América Latina e conseqüentemente, no Brasil.

Oliveira (2003) relata que essas interferências são causadas através das constantes mudanças ocorridas nas leis da educação profissional brasileira ultimamente, por terem sido financiadas por organismos internacionais, tais como BID, BIRD e FMI que exige a contrapartida ditando como o sistema educacional para esta área deve funcionar.

Todas essas reformas visam basicamente colocar em prática a escola que atenda aos interesses das modernas sociedades industriais, onde alunos e professores não precisam saber muito sobre ciência e tecnologia, porque a nova função social da escola será a de formar homens parcelares cujo custo de reprodução é muito baixo, pois o Capital será o detentor do saber (PALHARES, 1986).

3. APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NA ESCOLA

O momento que a humanidade vive é o de recomposição econômica do capitalismo, ou seja, o de recomposição das taxas de lucro, que dão-se mediante a radicalização do neo-conservadorismo onde o mercado se constitui no “deus” regulador das relações sociais.

Em um exemplo claro de que a história se repete para manter o privilégio da Classe dominante Frigotto, (1995, p.82):

(...) Esta volta aos anos 90 e de sua crise, como mostram inúmeras análises, só pode dar-se mediante a exclusão das maiorias dos direitos à vida digna pela ampliação do desemprego estrutural, pela criação de desertos econômicos e do retorno aos processos de marginalização, dentro do denominado Primeiro Mundo como nos mostra Chomsky (1993), entre outros.

Como se pode notar, não interessa aos mandatários da humanidade promover a igualdade social, a melhoria de vida e a inclusão digna no seio da sociedade mundial. Para manter o privilégio de poucos é necessário a manutenção das desigualdades sociais em nível global, e um dos mecanismos utilizados pelos detentores do capital para manter esta situação é o campo da educação, onde está implantado o dualismo, ou

seja, a escola para os filhos da classe dominante e a escola para os filhos dos trabalhadores e menos favorecidos economicamente.

Atendendo às determinações dos “investidores” internacionais da educação, ocorreram várias mudanças nas formas de transmissão do conhecimento. Palhares (1986) relata as transformações que estão acontecendo ou já aconteceram no campo educacional, onde havia a figura do professor tradicional (artesão), que detinha todo o processo de produção, execução e transmissão do conhecimento aos educandos, por um “processo de subordinação formal do trabalho docente ao capital e não real”.

Nesta nova metodologia, o professor vêm suas atividades subdivididas com outros atores do processo educacional. Cada ator desse processo detém uma parcela do “todo”, o que contribui para o esfacelamento do processo educacional. Todos são trabalhadores independentes.

Uma ferramenta importante para esta transformação no campo educacional são as novas tecnologias também que oferecem esta nova roupagem de transmissão do conhecimento, “tornando a aula independente do professor”.

Ainda segundo Palhares (1986), existem hoje verdadeiras empresas do ramo escolar, TV Globo, Objetivo, Educativa etc., que recebem verbas dos governos estaduais e federais, que por sua vez, também recebem verbas de organismos internacionais, representantes da Classe Dominante. Para a adequação do campo educacional a essa nova realidade, houve um aprofundamento do trabalho pedagógico, o que possibilitou criar as condições para que essa esfera da produção passe a ser produtiva para o capital.

Diante destes fatos, constatamos que o que vem ocorrendo é uma verdadeira desvalorização do trabalho docente do professor e demais profissionais da educação, para que com o discurso do “Fracasso Escolar”, sejam introduzidas novas técnicas de transmissão do conhecimento (conhecimento, este, esfacelado na sua totalidade, onde predomina muita omissão), que atendam aos interesses do

Capital. Pois segundo Palhares (2000, p.26):

O que distinguia os trabalhadores da educação dos demais proletariados era o fato de concentrar em suas mãos uma condição essencial do processo do trabalho educativo – o saber escolar. Com a divisão do trabalho escolar, esse saber foi reduzido a uma parcela insignificante. Cada categoria profissional da esfera do trabalho educativo detém apenas uma parcela.

A totalidade do saber escolar encontra-se distribuído pela totalidade dos trabalhadores da educação.

Portanto, observamos nesta análise de Palhares (2000) que a educação transmitida sem a presença do professor se realiza de forma deficitária. Se ocorrer alguma dúvida sobre determinado assunto, o aluno não irá dispor, naquele momento, de uma orientação correta e necessária para o pleno entendimento da questão abordada. O que ocorre em várias ocasiões onde esta metodologia é colocada em prática é que, ao invés da presença do professor, está a figura do instrutor ou monitor que não dispõe de formação plena e necessária (acadêmica), para que a transmissão do conhecimento ocorra.

Apesar de todas as investidas do Capitalismo na área da educação, há alguns anos alcançamos uma clara consciência política, em que percebemos o poder que temos em mãos (o conhecimento) e o quanto um currículo determinado por influência de campos alheios ao da educação, poderá manipular a formação da sociedade.

Essa consciência nos faz adotar posturas mais cautelosas diante de exigências que vinham do meio externo da escola, e assim passamos por um longo tempo em que o “purismo pedagógico” nos impedia de olharmos para as exigências das empresas, pois não queríamos, nem achávamos correto receber regras externas de como deveríamos conduzir nosso trabalho pedagógico. Pois, uma coisa é termos um currículo manipulador, determinista, que desenvolve cidadãos acríticos e

passivos diante dos ditames da política e do poder capitalista, outra é termos um currículo que pode e deve formar o cidadão crítico, mas que se molde e desenvolva as competências necessárias para poder competir e sair-se bem no mercado de trabalho, conquistando assim um emprego que lhe permitirá um digno sustento, a sobrevivência e a busca da plena felicidade como ser social.

Em oposição a uma educação manipuladora e mantenedora das desigualdades sociais, Freire afirma:

Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante [...]. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isso reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógico. (1996, p. 46)

Apesar de todas as determinações que estão postas para manter a situação da educação em que se encontra atualmente, o educador comprometido com sua missão de promover o certo, o esclarecimento, uma educação plena e irrestrita para que, com esta atitude, possa promover o fim das desigualdades sociais.

A formação para o trabalho não conjugada com uma formação crítica, formadora de cidadania, não acontece apenas na formação da Educação Básica. Esta prática também ocorre na esfera do Ensino Superior, conforme Coêlho:

[...] A partir do final dos anos 1960, e sobretudo dos anos 1990, a universidade tem se afastado da busca de seu ser e manifestado pouco interesse em perguntar por sua natureza. Desde então, tem caminhado, a passos largos, no sentido de desenvolver conhecimentos por encomenda, saberes práticos, atividades

que respondem a objetivos imediatos do Estado, das empresas e de grupos. São deixadas em plano secundário e inferior as atividades de ensino e pesquisa que, nas várias esferas do saber e da expressão humana não visam o prático, o utilitário, a solução de problemas específicos, sobretudo as humanidades, ou seja, a filosofia, as letras e tudo o que se refere ao sentido da existência humana e de suas criações, no plano dos indivíduos, da sociedade e da humanidade. (2006 p. 44).

Como podemos notar, as instituições de ensino no Brasil não têm se preocupado em formar um cidadão integral, com uma formação crítica concomitantemente com a formação profissional, e quando isso ocorre, acontece de forma fragmentada e com isso limitando, banalizando e empobrecendo a educação, a escola, a universidade e a formação do estudante “circunscrevendo-as ao mundo da prática, da operação, do funcionamento ágil, eficiente e seguro [...]”. COÊLHO (2006 p. 45).

Funcionando desta forma, o ensino contribui para que o conhecimento científico e o saber prático sejam distribuídos de forma desigual, contribuindo ainda mais para aumentar a alienação dos futuros trabalhadores, somando-se às relações sociais e produtivas que já contribuem para esta realidade se concretizar.

Diante destes fatos, não podemos ficar desatentos às necessidades do mercado de trabalho, mas também não podemos jamais deixar de oferecer uma formação crítica aos alunos.

CONCLUSÃO

A doutrina neoliberal visa transformar as nações em um mercado livre na econômica, ou seja, onde o Estado tenha a menor ou nenhuma intervenção na economia, facilitando aos detentores do capital multiplicá-lo da melhor maneira possível e conseqüentemente aumentando os seus lucros.

A área educacional é um importante mecanismo para que essa intenção venha a se

concretizar. Os neoliberais pretendem privatizar a rede pública de educação e, uma vez privatizada, eles querem que o Estado pague para o aluno (cliente) estudar na escola que antes era pública e passou a ser privada, com isso gerando lucro aos novos proprietários da educação.

O Neoliberalismo pretende, também, ajustar os currículos de acordo com seus interesses, pois sua intenção é formar mão-de-obra para atender as necessidades da indústria e do mercado, sem a intenção de formar o cidadão crítico.

Além de intervir nas grades curriculares da educação, eles também pretendem transformar o ambiente escolar em ambientes similares ao de trabalho, onde os atuais estudantes e futuros trabalhadores serão facilmente “doutrinados”.

Diante desse contexto, os pensadores neoliberais para a educação pretendem também, implantar (reforçar) o sistema dual na área educacional, onde haverá a escola para os membros da classe dominante e a escola para a formação dos futuros trabalhadores (mão-de-obra).

A doutrina neoliberal criou vários termos, entre eles o de “Qualidade Total na Educação”, o qual vem se infiltrando na escola e na universidade pública brasileira. O discurso neoliberal para privatizar a educação pública (escolas e universidades) é de que elas são ineficientes, mas nesse mesmo discurso ele não diz que o Estado seguindo a cartilha imposta por eles, através do Banco Mundial e FMI, obriga o Brasil a não repassar recursos financeiros suficientes para que esta área possa se desenvolver em sua plenitude.

Em 2006, foi assinada pelo presidente Lula a famigerada Reforma Universitária, notícia esta, amplamente divulgada na imprensa brasileira, que contempla todas as reivindicações da classe dominante (donos do capital) em relação a educação superior.

Nós, educadores, temos que assumir nosso espaço na educação e não permitir que tais mecanismos neoliberais venham “alienar” nossa juventude, descendente da classe trabalhadora, porque ainda não chega-mos ao Fim da História, como prega o neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

COELHO, Ildeu M. Universidade e Formação de Professores. In: GUIMARÃES, Valter Soares. *Formar para o mercado ou para a autonomia*. Campinas, SP: Papirus, 2006.

CUNHA, L. A. R. Ensino Médio e Ensino Profissional: da fusão a exclusão. In FERRETTI, Celso João. *Empresários, Trabalhadores e Educadores*. Campinas, SP: Papirus, 2006.

FRANCO, Antonio de Carvalho. *Capitalismo e Trabalho in A escola do trabalho e o trabalho da escola*. São Paulo; Cortez: Autores Associados, 1988.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 29ª ed., São Paulo; Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo; Cortez, 2003.

MARX, Karl. *O Capital: extratos por Paul Lafargue*. São Paulo; Conrad, 2004.

MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. São Paulo; Expressão Popular, 2006.

PALHARES SÁ, Nicanor. *O aprofundamento das relações capitalistas no interior da escola*. UFMG, Cad. Pesq., 1986.

SAVIANE, Dermeval e outros. *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas; Histedbr, 2002.

COMPREENDENDO OS PROJETOS DE TRABALHO COMO POSSIBILIDADE DE GLOBALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Sônia Cláudia B. da Rocha¹; Denílson Diniz Pereira² e Amarildo Menezes Gonzaga³

Universidade do Estado do Amazonas - UEA/FAPEAM.

¹sonyaclaudya@yahoo.com.br; ²denilsondinizp@bol.com.br;

³amarildogonzaga@vivax.com.br

RESUMO

O trabalho em questão é resultado da análise da obra *A organização do currículo por projetos de trabalho*, dos autores Fernando Hernández e Montserrat Ventura, cujo objetivo foi compreender como os projetos de trabalho podem tornar-se uma possibilidade de globalização do conhecimento. Recorreu-se a autores como Meksenas (2002), Gressler (2003); Ghedin e Gonzaga (2006) além de outros, que possibilitaram perceber o percurso metodológico dos autores da obra em questão, verificando a corrente de pensamento que está na base da construção desse conhecimento. O estudo possibilitou perceber os projetos de trabalho como uma alternativa para diminuir a fragmentação do conhecimento, mas apresenta limitações quando prioriza os aspectos cognitivos e disciplinares (currículo), deixando em segundo plano o contexto social, no que se refere à reflexão crítica sobre a realidade dos estudantes e em que o conhecimento escolar pode contribuir para as mudanças necessárias na sociedade.

Palavras-chave: projetos; currículo; aprendizagem.

ABSTRACT

The work in subject is resulted of the analysis of the work the organization of the curriculum for work projects, of authors Fernando Hernández and Montserrat Ventura, where the objective went understand as the work projects they can become a possibility of globalização of the knowledge. It was fallen back upon authors as Meksenas (2002), Gressler (2003); Ghedin and Gonzaga (2006) besides other, that they facilitated to notice the authors' of the work methodological course in subject, verifying the thought current that is in the base of the construction of that knowledge. The study facilitated to notice the work projects as an alternative to decrease the fragmentation of the knowledge, but it presents limitations when it prioritizes the cognitive aspects and you discipline (curriculum) leaving in second plan the social context, in what refers the critical reflection about the students' reality and in that the school knowledge can contribute to the necessary changes in the society.

Key words: projects; curriculum; learning.

⁽¹⁾⁽²⁾ Mestrandos em Ensino de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia – Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

³ Doutor em Educação (Currículo e Avaliação Educacional) pela Universidad de Valladolid – Espanha, Professor do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Ensino de Ciências da Amazônia – Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

INTRODUÇÃO

A obra em questão foi produzida por dois autores espanhóis. O primeiro, Fernando Hernández, é Doutor em Psicologia e professor de História da Educação Artística e Psicologia da Arte na Universidade de Barcelona, tem 50 anos e há 20 se dedica a lutar pela inserção dos projetos de trabalho na escola. É vinculado ao grupo de pesquisa “Processos discursivos, mediação e representações sociais” na linha de pesquisa “Histórias de vida e (re) construção identitária” da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Sobre a segunda, Montserrat Ventura, não foram encontradas informações sobre sua biografia.

Quando Hernández trabalhava no Instituto de Educação da Universidade de Barcelona, foi apresentado a um grupo de professores, que tinha interesse em descobrir se a escola, onde trabalhavam, estava ensinando a estabelecer relações, ou seja, a globalizar. A partir dessa demanda, foi-se delineando a pesquisa, com duração de cinco anos (1984-1989), na Escola Pompeu Fabra de Barcelona – Espanha, que teve como objetivo principal comprovar se estava sendo realizado um ensino globalizado.

A obra em questão visa mostrar o percurso realizado por professores e pesquisadores, na busca de responder se a escola estava ensinando a globalizar. Apresentaremos a seguir, as principais idéias da obra.

1. CONHECENDO A OBRA

O livro *A organização do currículo por projetos de trabalho* está organizado em oito capítulos e três conjuntos de anexos distribuídos em cento e noventa e nove páginas. A apresentação da maioria dos capítulos se dá por subdivisões, além da utilização de recursos, como esquemas e tabelas de síntese das informações, e ilustrações de trabalhos,

avaliações, relatórios e índices realizados durante os projetos que ajudam a entender como estes ocorreram na prática.

Quanto ao conteúdo, de modo geral, os autores procuram apresentar uma experiência sobre a implantação de uma proposta inovadora de organizar o conhecimento a partir de Projetos de trabalho. Mais que isso, a reflexão gerada sobre a relação da experiência com as teorias que a fundamentaram, e como isso influenciou a tomada de decisão do professorado. De modo mais específico e resumidamente, apresentemos, a seguir, as idéias principais de cada capítulo.

No primeiro capítulo (pp.13-16), os autores comentam como foi o trabalho de registro da experiência, destacando que a intenção era introduzir, em um texto, o que constituiu uma experiência pessoal dos que trabalham na escola, marcada pela complexidade das situações vividas. Apresentam o objetivo do trabalho: entender como se deu a relação ensino-aprendizagem na escola, nos cinco anos da pesquisa.

Os autores, no segundo capítulo (pp. 17-18), se preocuparam por caracterizar a escola Pompeu Fabra de Barcelona, destacando suas singularidades, contextualizando o universo da pesquisa. Acreditavam que partindo desse contexto singular, poder-se-iam abrir possibilidades de trabalho a partir das referências comuns, que afetam a educação escolar em outras instituições (p. 17).

No terceiro capítulo (pp.19-43), os autores apresentaram como se deu o processo de introdução e desenvolvimento do campo do currículo na escola. Destacaram que, o início do processo de reflexão coincidiu com a primeira etapa da reforma educacional da Espanha (1983-1986). Detalharam o caminho percorrido por professores e pesquisadores no processo de implantação dos projetos, e esclareceram quais as bases teóricas que fundamentaram a proposta inovadora dos projetos. São elas: a proposta de Ausubel da Aprendizagem Significativa; as propostas construtivistas referente ao desenvolvimento (principalmente Piaget), especialmente as revisões elaboradas a partir dos anos setenta; a teoria de desenvolvimento sócio-

genético, referente ao conceito de zona de desenvolvimento proximal elaborada por Vigotsky; a Teoria da elaboração de Reigeluth e Merrill (1980), que busca relacionar as propostas cognitivas (Piaget, Bruner, Ausubel) com o modelo de processamento de informação, além da teoria da assimilação de Mayer, e outras, como referência para sistematizar a seqüência de instrução no currículo.

Os autores dedicaram o quarto capítulo (pp. 45-60) para trabalhar a questão da globalização do conhecimento, apresentando o processo de reflexão realizado pelos professores, com o objetivo de verificar o modelo de globalização, didático e psicológico que se praticava. Desse modo, pôde-se estabelecer uma série de considerações mais amplas que ilustram o ponto de partida sobre a globalização que se introduziu na escola, e da quais os Projetos foi uma das expressões; as pessoas estabelecem conexões a partir daquilo que já sabem, e a aprendizagem se dá pelo estabelecimento de relações entre diferentes fontes e procedimentos para abordar a informação.

O quinto capítulo (pp. 61-83) apresenta os projetos de trabalho como uma forma de organizar os conhecimentos escolares, destaca a função destes em ajudar o estudante a criar estratégias e organizar os conhecimentos escolares a partir da pesquisa, proporcionando a construção de um conhecimento próprio. Buscou-se refletir sobre os Projetos, comparando-os com a estratégia até então desenvolvida na escola, conhecida como Centros de interesse. E explicaram as etapas dos projetos: escolha do tema, a busca da informação, construção do índice (estratégia de aprendizagem) e a construção do dossiê (relatório final do projeto). Traz ainda, detalhadamente, as atribuições do professor e dos estudantes no desenvolvimento do projeto.

O capítulo seis (pp. 86-91) é dedicado à avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes, que é realizada com bases no desenvolvimento de estratégias de simulação, que favoreçam inferências do aprendido a outras situações. A avaliação é percebida como

um processo que trata de acompanhar e explicar, e não medir os processos de ensino-aprendizagem. Esta se realiza a partir de uma seqüência formulada em três momentos: inicial, formativa e somatória, que considere os conhecimentos prévios, e a verificação do aprendido com o que se pretendia ensinar, para o professor planejar, a partir das respostas dos estudantes.

No sétimo capítulo (pp. 93-146), são apresentados quatro exemplos de projetos realizados na escola, onde a principal intenção é mostrar como se deu o processo de tomada de decisões em cada um deles. Nesse momento, os autores apresentaram o que são e como ocorrem os projetos nas salas de aula. Percebe-se que mais do que estudar um conteúdo ou um conjunto de conteúdos, o professor detecta um problema de ordem procedimental que será trabalhado no desenvolvimento do projeto. Um exemplo, o projeto desenvolvido com o nível B, da Escola Infantil, teve como tema “os felinos”, mas além de conhecer sobre estes e realizarem uma série de relações (ensino globalizado), os estudantes iriam aprender a “ser objetivos”. Esse problema esteve presente na tomada de decisão da professora, durante todo o processo.

O capítulo seis (pp. 86-91) é dedicado aos autores esclarecem que os projetos não tomam todo o tempo de aula, que é completado com outras atividades (cantos, oficinas...) em que se trabalham os conteúdos das disciplinas não contempladas nos projetos.

2. AS CONCLUSÕES DOS AUTORES

O oitavo e último capítulo do livro nomeado A título de conclusão, ao contrário do que sugere o nome, não traz conclusões fechadas a respeito da experiência implantada na escola, uma vez que este processo de inovação ainda não terminou. Os autores tecem algumas considerações a respeito da experiência vivida, e do porquê divulgá-la. Declaram a limitação da obra, em dar conta de todos os aspectos da experiência, mas, acreditam na importância de deixar essas indagações sem respostas, como

possibilidade de despertar no leitor a busca por novos conhecimentos e possibilidades.

Destacam que as inquietações que motivaram o projeto, ainda carecem continuar como ponto de reflexão do professorado. Estes continuam em busca de elementos para respondê-las.

3. OPÇÕES METODOLÓGICAS E TEÓRICAS

Os autores procuraram dois tipos de fundamento teórico. Um para sustentar a proposta inovadora de organizar o currículo por projetos de trabalho, que eles chamam de fundamentação curricular, e outro para fundamentar o modo como a pesquisa foi desenvolvida, ou seja, o percurso metodológico.

Quanto à fundamentação curricular, buscam legitimar a proposta de Ausubel da Aprendizagem Significativa, apesar das limitações apontadas pelos professores: “A teoria de Ausubel permite articular muitas situações que facilitam os processos de aprendizagem; no entanto, não explica totalmente os processos internos de aprender no aluno.” (p. 32). Buscou-se superação dessa limitação nas propostas construtivistas referente ao desenvolvimento (principalmente Piaget), considerando as revisões daquelas elaboradas a partir dos anos setenta, que discutem sua relação com a sala de aula. Como exemplo dessas revisões, os autores citam Carretero (1987), que a respeito das pesquisas sobre desenvolvimento e a aplicação destas na sala de aula, conclui:

Por um lado, que as inferências que foram realizadas sobre a aprendizagem se baseiam numa série de provas realizadas pelos psicólogos em situações especiais e não em sala de aula, motivo pelo qual, ainda que costumem ser representativas de algumas das capacidades intelectuais básicas dos alunos, os problemas surgem quando se estabelecem suas implicações para o ensino. Por outro lado, que a leitura sobre os estágios como

indicadores da maturidade dos alunos torna-se restritiva, pois esta não é uma entidade isolada, e sim conectada com as condições sociais e a forma de organizar e estabelecer as relações comunicativas e as de ensino-aprendizagem (p.34).

Em vista dessas conclusões, a teoria de desenvolvimento sócio-genético referente ao conceito de zona de desenvolvimento proximal elaborada por Vigotsky, surge como uma alternativa (apesar de a escola não ter dado a essa proposta a mesma importância das duas primeiras) que considere essas questões:

Os princípios educativos baseados na psicologia de Vigotsky colocaram em relevo, tal como assinalou Wertsch (1988), a necessidade de superar as propostas “psicologistas” (o indivíduo aprende e se adapta a partir de “si mesmo”) em favor de uma explicação de desenvolvimento “sócio-genética” (o indivíduo aprende em interação com a cultura) (p. 36).

A Teoria da elaboração de Reigeluth e Merrill (1980), que busca relacionar as propostas cognitivas (Piaget, Bruner, Ausubel) com o modelo de processamento de informação, além da teoria da assimilação de Mayer, desenvolvimento das aptidões, etc., foi tomada como referência para sistematizar a sequência de instrução no currículo, esta: “Tenta prescrever a melhor forma de selecionar, estruturar e organizar os conteúdos de instrução para provocar e facilitar sua ótima aquisição, retenção e transferência.” (p. 35-36).

No tocante ao método, os autores tomam como base a linha proposta por autores como Carr e Kemmis (1988) e Stenhouse (1987) ou Elliot (1984) para quem, são os que ensinam, e não os especialistas, as figuras centrais de toda atividade curricular, por estarem vivenciando diretamente as situações na escola (p. 15). Os autores desenvolveram a pesquisa sempre considerando a percepção do professorado, estes se colocaram como interpretes da

experiência.

Desse modo, pode-se dizer que o método utilizado foi a pesquisa-ação. Numa síntese do trabalho de Carr e Kemmis (1990), Gonzaga (2006) procura definir essa modalidade de pesquisa da seguinte forma:

[...] a obra de Carr e Kemis (1990), denominada Teoria Crítica do Ensino: Pesquisa-ação na Formação de Professores, [...] define a sistematização da Pesquisa-ação como um termo usado para descrever uma família de atividades no desenvolvimento do currículo, desenvolvimento profissional, programa de melhoria escolar, planejamento de sistemas e desenvolvimento de políticas (GONZAGA, 2006, p. 208).

Essa definição está relacionada ao trabalho de Hernández e Ventura (1998), cuja característica é percebida desde a chegada dos pesquisadores na escola: “De fato, sua intervenção inicial implicou negociação sobre suas funções e reformulação dos problemas e necessidades que motivaram sua presença no centro (...)” (p. 23). Verifica-se uma correspondência com o que disse Elliot (1998) sobre o início do trabalho de pesquisa-ação: “a colaboração e a negociação entre especialistas e práticos (professores) caracterizam a forma inicial do que se tornou, mais tarde, conhecido como pesquisa-ação” (ELLIOT *apud* FRANCO e GHEDIN, 2006, p. 177).

A partir desse momento procuraremos descrever o percurso metodológico da pesquisa que resultou na obra em questão.

O primeiro passo foi a insatisfação do professorado da escola Pompeu Fabra de Barcelona com os centros de interesse, sistema utilizado para trabalhar os conteúdos. Os professores, num processo de reflexão e análise da própria prática profissional, estavam preocupados em saber se os estudantes estavam globalizando e, após participação em cursos, seminários e visitas a outros centros na busca de respostas, optaram por pedir ajuda a um

assessor (pesquisador) do Instituto de Ciências e Educação da Universidade de Barcelona, correspondendo ao segundo passo (p. 20-21).

A intervenção de um assessor marca a segunda etapa do percurso e o início efetivo da pesquisa-ação. Este iniciou o processo, negociando sua função no projeto e a reformulação dos problemas e necessidades do professorado e do centro.

O próximo passo foi a revisão da prática educativa a partir da experiência profissional no campo do currículo. Iniciou-se um conjunto de oficinas, palestras, cursos organizados pelo pesquisador, para se refletir sobre as referências teóricas na fundamentação psicopedagógica que sustentava a prática da globalização, cujo processo se aproxima da concepção de mudança proposta por Kurt Lewin que sugere as fases de:

a) desestabilização a partir de questionamento dos fundamentos da prática; e b) reordenação a partir da introdução de novas fontes de referência, seria possível preparar, na seguinte fase do processo, uma alternativa, uma organização diferente do currículo para a estruturação dos conhecimentos escolares em cada uma das classes (p. 25).

O quarto passo, portanto, foi o desenvolvimento do plano de ação, os projetos de trabalho que:

A partir desse momento, no qual se conta com uma bagagem conceitual comum, começam a ser introduzidos os Projetos como forma de organização dos conhecimentos na escola. O trabalho conjunto do professorado e do assessor se estabeleceu em torno do acompanhamento dos diferentes elementos que reclamava a introdução dessa nova forma de organização (Hernández, 1998, p. 27).

No terceiro e quarto ano da pesquisa

iniciou-se um processo de reflexão a respeito da experiência que pretendeu refletir sobre o conceito da prática de pesquisa educativa e da necessidade de incorporar, como parte da atitude profissional, a reflexão e a pesquisa de modo contínuo da prática docente. Esse pode ser considerado o quinto passo da pesquisa.

Pode-se estabelecer como sexto e último passo a divulgação da experiência (considerando que os professores continuam investigando sobre a prática educativa e o campo do currículo), da qual participaram os professores. A divulgação se deu (e se dá) por palestras realizadas pelos professores, e pelo assessor em outros centros, sobre a organização do currículo por projetos de trabalho, e os resultados de suas reflexões sobre a prática educativa. E pela organização e publicação dessa obra.

Quanto às técnicas de pesquisa, podemos destacar a partir da leitura da obra, a utilização da observação participante, que de acordo com Gressler (2003, p. 172) “Consiste na participação ativa do pesquisador como membro do grupo ou comunidade estudados. O observador vivencia a realidade do observado”. Os próprios autores expressam “Fomos a memória participante do que foi acontecendo em cinco anos de vida da escola” (p. 14).

Utilizaram-se ainda as entrevistas semi-estruturadas e os depoimentos de professores que foram adquirindo a forma de um texto (livro), que segundo os autores, “... foi realizado a partir das diversas vozes que participaram nele (p. 14)”. Estes relatam como se deu a coleta dos dados: “Fomos fazendo com que os professores falassem, e, a partir de suas manifestações, fomos introduzindo pautas de reflexão que abriram novas possibilidades para a inovação [...]” (p. 14).

Após as considerações a respeito do modelo teórico que serviu de base para os autores, procuraremos destacar alguns aspectos da obra, a título de apreciação.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A OBRA

A partir da caracterização da obra, do percurso metodológico e do contexto da pesquisa, podemos inferir que os autores são adeptos da corrente de pensamento denominada Fenomenologia, que teve sua origem com o filósofo Husserl (1858-1938), que, de acordo com Silva (2004, p. 12), estava preocupado “... em entender as coisas a partir das vivências dos indivíduos e como estes estabeleciam os significados para suas vivências”. Em Sartre, de acordo com Ghedin (2003, p. 211), podemos entender que “a ação que o homem/mulher exerce sobre si diz o que ele é, como ele está sendo e por que se faz assim. Possibilita-lhe construir, não só a sua essência humana, mas significar e dar-lhe sentido a existência no mundo.” Acreditamos, ser essa a intenção dos protagonistas dessa pesquisa, resignificar-se a partir de suas práticas profissionais.

A experiência, apresentada na obra em questão, aproxima-se da pesquisa de cunho fenomenológico no âmbito educacional, caracterizada por Meksenas (2002, p. 103):

[...] na fenomenologia, mais importante que o sistema escolar seriam as escolas concretas e as vivências reais dos sujeitos inseridos em instituições localizadas. [...] Não ousaria indicar leis gerais para aquilo que ocorre na realidade focada. O objetivo primordial seria a descrição e não a análise.

A pesquisa foi desenvolvida na Espanha, coincidindo com o início da reforma educacional deste país, ocorrida na década de 80. Quanto aos aspectos políticos, deve-se levar em consideração que a Espanha viveu um processo de redemocratização ainda recentemente. A partir do Pacto de Moncloa, quando todas as correntes políticas – incluindo as que estavam na clandestinidade, sentaram-se à mesa com as lideranças franquistas para definir as bases do processo de construção de uma nova

institucionalidade política. Pode-se dizer que essa é uma marca central na Espanha: o respeito às normas democráticas e a recusa radical da sociedade de uma nova experiência autoritária.

Nesse contexto se desenvolveu a pesquisa, que tem como mérito ser uma inovação pedagógica com resultados positivos, no campo da organização do currículo. Mostrou ser possível organizar o currículo sem compartimentalizar o conhecimento. Por meio dos projetos de trabalho, foi possível aos estudantes desenvolver mecanismos para perceber o conhecimento de maneira global, estabelecendo relações. Os estudantes também, aprenderam a desenvolver estratégias para aprender, para se organizar e sistematizar o conhecimento.

Apresenta limitações quanto à globalização, pois se prende aos aspectos cognitivos, não levando em consideração os aspectos mais amplos que envolvem a formação integral (social, afetiva, cognitiva, política...) do estudante, centram-se em ajudar o estudante a desenvolver estratégias cognitivas que o possibilite perceber as relações entre as informações, possibilitando o conhecimento.

Com uma linguagem simples e correta, de maneira objetiva e clara, os autores, a partir da experiência demonstrada nessa pesquisa, apontam a necessidade de os professores refletirem sobre a práxis, num processo contínuo de formação docente.

Quanto a sua forma, a obra é sistematizada, com seqüência lógica. E como característica dos trabalhos realizados na linha da fenomenologia, inicia-se por descrever o processo de escrita da obra, as características de singularidade do campo da pesquisa, como foi o processo, os conceitos e definições sobre globalização e sobre os projetos, assim como, o que são os projetos de trabalho, como são avaliados, e por fim, mostra como se deram na prática tais projetos. Enfim, destaca o processo em detrimento dos resultados.

A obra é dirigida a professores, como um convite a reflexão a cerca da prática educativa e das possibilidades que se apresentam diante das limitações do processo educativo. Apesar de ser uma leitura fácil, não é

possível captar a riqueza de sua contribuição em uma leitura superficial, é preciso se adentrar nas entrelinhas buscando perceber todos os matizes dessa rica experiência de cinco anos, descrita em 199 páginas deste livro, pois, segundo os autores da obra: "Só assim poderão ser escritas novas histórias a partir de seus protagonistas".

REFERÊNCIAS

FRANCO, Maria A. Santoro; GHEDIN, Evandro in GHEDIN, Evandro; GONZAGA, Amarildo Menezes (orgs.). *Epistemologia da pesquisa em educação*. Manaus: UEA/BK Editora, 2006.

GHEDIN, Evandro. *A filosofia e o filosofar*. São Paulo: Uniletras, 2003.

GONZAGA, Amarildo Menezes in Evandro in GHEDIN, Evandro; GONZAGA, Amarildo Menezes (orgs.). *Epistemologia da pesquisa em educação*. Manaus: UEA/BK Editora, 2006.

HERNANDEZ, F., Ventura, M. *A organização do currículo por projetos de trabalho*. Artmed Editora, 1998.

GRESSLER, Lori Alice. *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. São Paulo: Loyola, 2003.

MEKSENAS, Paulo. *Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SILVA, Paulo Sérgio in: LAURENTI, Roseli Bacili. *Psicopedagogia: um modelo fenomenológico*. São Paulo: Vetor, 2004.

A CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL QUANTO AO ENSINO DE BOTÂNICA ASSOCIADO À PRÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

¹Rina Fátima Maranhão de Oliveira e ²Lucilene da Silva Paes

Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas

¹plantae_rina@hotmail.com; ²luci@cefetam.edu.br

RESUMO

Nas escolas, enquanto o tema Meio Ambiente deveria ser tratado de forma interdisciplinar, é apresentado de forma transversal. O estudo dos vegetais apresenta-se como uma proposta ideal para fazer esse intercâmbio de conhecimento com a educação ambiental no ensino fundamental, no entanto, apresenta considerável dificuldade de ser compreendido por grande parte dos alunos. Por este motivo, tem sido cada vez mais freqüente a criação de recursos didáticos com objetivos de melhorar o ensino e aprendizagem referente a esse conteúdo. O levantamento das idéias prévias dos alunos é de grande importância na elaboração de práticas pedagógicas que visam proporcionar uma nova perspectiva no ensino dos vegetais, principalmente quando se trata de estabelecer vínculo com outra disciplina.

Palavras-chave: estudo dos vegetais; Educação Ambiental; Ensino Fundamental.

ABSTRACT

At school, environmental awareness has been introduced as a transversal issue, and it should be managed as an interdisciplinary subject. The study of vegetables is presented as an ideal proposal to make an interchange of knowledge with environmental awareness at junior-high school, meanwhile, it rather presents difficulties to be understood by most of the students. On account of this, it has been more frequent the creation of didactic resources aiming at to unprove the teaching and learning refering to this subject. The survey of student's previous ideas is of great importance in how to draw-up pedagogic practices that target to provide new perspectives in the study of vegetables, mainly when was tried to establish a link with other subject.

Key words: vegetable studies; environmental awareness; junior high school.

¹Licenciada em Ciências Biológicas pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM).

²Mestre em Ciências Biológicas (Botânica) pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA. Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas do CEFET-AM.

INTRODUÇÃO

Diante da situação alarmante na qual vivemos, preservar o meio ambiente é um dever de todos. As catástrofes naturais são cada vez mais agressivas no mundo inteiro e somente agora a humanidade se deu conta das reações da natureza como resposta a ação antrópica.

Por estes e outros motivos, se torna de extrema importância entender a natureza e seus processos, através do conhecimento de sua diversidade e da interação das espécies entre si e com o meio físico, tornando-se indispensável que essas questões estejam inseridas no contexto social.

A Amazônia é considerada a maior reserva de plantas do planeta. Assim sendo, por que não utilizar este cenário para trabalhar a formação da consciência ecológica por meio de abordagem direta dos conteúdos de Ciências?

É de suma importância que o Reino Vegetal assuma um papel de destaque no ensino dos amazonenses, como forma de valorizar e proteger e garantir o equilíbrio do planeta. Somente por meio de estratégias pedagógicas inovadoras poderemos promover o repasse deste conhecimento em sala de aula, tendo em vista o descaso dos alunos pelo conteúdo de botânica.

A proposta deste trabalho foi apontar a importância dos vegetais para o meio ambiente em geral, na tentativa de despertar a consciência ecológica nos estudantes do ensino fundamental e conseqüentemente o interesse pelo conteúdo.

Foi realizada uma pesquisa, na qual foram verificados os conhecimentos prévios dos alunos acerca do reino vegetal. A pesquisa bibliográfica e elaboração de estratégias foram desenvolvidas com o intuito de auxiliar o professor na prática pedagógica relacionada, também, ao ensino de botânica.

1. METODOLOGIA

1.1. A Pesquisa

Foi realizado um estudo de caso que, segundo Gonzaga (2007, p. 76), “dedica-se a estudos intensivos do passado, presente e de interações ambientais (sócio-econômica, política, cultural) de uma unidade: indivíduo, grupo, instituições ou comunidade, selecionada por sua especificidade”.

A pesquisa foi realizada com 60 alunos de 5ª a 6ª séries de uma Escola Estadual da rede pública de ensino do Município de Manaus-AM, localizada no bairro de Aparecida, durante o mês de maio de 2007. Duas etapas diferenciadas deram seguimento à pesquisa:

- a) Sondagem por meio de questionários
- b) Construção de Oficinas didáticas

Aplicação do questionário

Foi elaborado um questionário com perguntas objetivas cujo principal objetivo era reunir questões que abrangessem informações sobre meio ambiente e vegetais repassadas pela escola. Este procedimento foi escolhido porque de acordo com Frankfort et al. (1992), o questionário é um instrumento sistemático, organizado e desenvolvido para obter informações de entrevistadores sobre vários assuntos.

Participaram da pesquisa 30 alunos de cada uma das quatro séries. O estudo com os alunos da 5ª e da 6ª séries foi realizado no turno vespertino. Para este estudo, o questionário foi dividido em duas partes: a primeira abrangendo questões sócio-econômicas do perfil do aluno; e a segunda, um questionário sócio-ambiental, abrangendo perguntas sobre meio ambiente e a visão dos alunos sobre o papel dos vegetais no meio ambiente.

Aplicação de atividades didáticas

Baseada na literatura de Krasilchik (2005); Barros & Paulino (2002); Oliveira et al

(2006) foram realizadas atividades didáticas com os alunos da 5ª e da 6ª série. Estas atividades tiveram como objetivo analisar as diversas concepções sobre o meio ambiente de uma forma mais específica.

Foram solicitados aos alunos da 5ª série que representassem em uma folha de papel em branco, da forma que quisessem, cinco elementos básicos que compõem os ecossistemas: o solo, a água, o ar/atmosfera, os vegetais e os animais. Aos alunos da 6ª série foi solicitado que montassem cartazes sobre cinco tipos de materiais que vão para o lixo: plástico, papel, metal, vidro e lixo orgânico.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quanto aos conhecimentos específicos sobre a importância dos vegetais para o meio ambiente, verificou-se que, de acordo com os resultados obtidos na segunda parte do questionário, no que diz respeito à forma como o aluno enxerga o meio ambiente no qual ele vive, a maioria possui conhecimentos básicos acerca destas questões, porém esse conhecimento é limitado.

Grande parte dos alunos, (83,3%) concordaram que a criação de áreas verdes é importante, justificando, em sua maioria, que as áreas verdes implicam na limpeza e purificação do ar. De fato, "as plantas, de modo geral, e as árvores, em particular, removem grandes quantidades de dióxido de carbono (CO₂), contribuindo para reduzir o efeito estufa – responsável pelo aquecimento global do planeta" (KINOSHITA et al., 2006, p. 57).

No entanto, as questões que abordavam temas explorados pelos meios de comunicação em massa tiveram um índice de acertos maior em relação às questões básicas e regionais como polinização, causas de doenças tropicais como a malária e funções de partes das plantas. O índice de acerto foi abaixo de 50%. (Fig. 1) Estes dados revelam um fator desfavorável para a compressão total das questões ambientais.

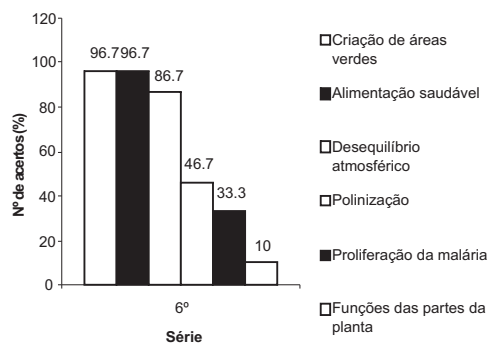


Figura 1 – Porcentagem de acertos sobre a importância dos vegetais para o meio ambiente entre alunos (5ª série).

Etapa I: A Influência da paisagem no cotidiano do aluno

Foi constatado que grande parte dos alunos possui plantas em casa, sendo que a maioria (43%) é usada para fins ornamentais. Segundo Lorenzi (1999), as plantas ornamentais desempenham no mundo moderno, o contato mínimo possível do homem com a natureza. Isso torna possível afirmar que é importante promover a convivência dos vegetais com os seres humanos, sendo necessário somente a valorização e o despertar para sua importância, o que vem a ser um papel da escola.

Etapa II: Aplicação de Atividades Didáticas

A maioria dos alunos que já participaram de atividades didáticas na própria escola, como oficinas, palestras e feiras de ciência, foram da 8ª série (73.3%), e os que menos participaram foram da 6ª série, apenas 30%.

Avaliação da concepção dos alunos da 5ª série quanto ao meio ambiente

A grande maioria dos alunos elaborou desenhos, o que pode ser justificado pela faixa etária na qual se encontram.

Nos desenhos em que não foram inseridas a figura humana e suas intervenções, Reigada e Reis (2004) afirmam que as crianças

consideravam o ambiente como um espaço onde os seres vivos, excluindo o homem, habitam, juntamente com a presença dos elementos abióticos (Fig. 2). Entretanto, no desenho feitos com humanos e elementos construídos por eles, significa que “a compreensão dos elementos da primeira natureza (natureza intocada) foi ampliada pela introdução de elementos da natureza secundária (natureza modificada), com ênfase no aspecto social” (p. 155).



Figura 2 – Desenho dos alunos da 5ª série representando o solo.

Outro aspecto interessante é que em relação aos alunos que descreveram as plantas, foi observado que a concepção de ambiente dessas crianças é restrita a plantas em vasos, que segundo Reigada e Reis (2004, p. 154), tem como referência “a utilidade imediata da natureza para o ser humano”. Esta visão antropocêntrica tem sido reforçada na educação tradicional, onde somente há transmissão de conhecimentos, que na maior parte das vezes apresentam-se desvinculados da realidade (MEYER, 1991; GRÜN, 1996).

Com relação a confecção dos cartazes verificou-se que existe um total desconhecimento das questões sobre a função dos vegetais e os impactos sofridos por estes durante o intenso processo de deposição de lixo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envolvimento e a participação ativa dos alunos nesta pesquisa confirmaram a importância das atividades dinâmicas em sala de aula e apontam caminhos para o processo educativo. As contribuições pessoais, como o talento artístico e outras experiências revelam a capacidade dos alunos em compreender o valor do tema. Este tipo de motivação deve ser explorado como recurso para que o aluno se integre ao mundo como um ser atuante nas modificações ambientais.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Carlos. Caderno de experiências. Ciências. Coleção Quero Aprender. Vol.:4. Ed. Ática. São Paulo, 1995.
- BARROS, Carlos; PAULINO, Wilson Roberto. Caderno de Experiências. Ciências: O meio ambiente. 5ª série. São Paulo: Ed.Ática, 2002.
- FRANKFORT, Nachmias; NACHMIAS, C. E. D. *Research Methods in the Social*. 4 th ed. New York: St. Martins Press, 1992.
- GONZAGA, Amarildo Menezes (org.). *Abordagens sobre a Pesquisa Científica*. Manaus: CEFET – AM / BK editora, 2007.
- GRÜN, M. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. São Paulo: Papirus, 1996.
- GÜLLICH, Roque Costa. *As práticas de ensino de botânica e a SBB*. In: Congresso Nacional de Botânica, 57. 2006, Gramado (RS). *Anais*. Porto Alegre: Sociedade Botânica do Brasil, 2006. pp. 695-699.
- KINOSHITA, Luiza Sumiko; TORRES, Roseli Buzanelli; TAMASHIRO, Jorge Yoshio; FORNI-MARTINS, Eliana Regina. *A botânica no ensino básico: relatos de uma experiência transformadora*. São Carlos: RiMa, 2006.
- KRASILCHIK, Myrian. *Prática de ensino de biologia*. 4ª ed. rev. e ampl., 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- LORENZI, Harri; SOUZA, H. M. *Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras*. São Paulo: Ed. Nova Odessa, 1999.
- MEYER, M. A. A. *Educação ambiental: uma proposta pedagógica*. In: *Em Aberto*, Brasília, v.10, n.49, p. 40-45, jan./mar. 1991.
- OLIVEIRA, Rina Fátima M. de; SOARES, M.ª de Lourdes da Costa; AMARAL, Iêda Leão do. *Araceae Juss. Ocorrentes na Área de Prospecção Petrolífera da PETROBRÁS no Rio Urucu, Coari – AM*. Manaus, 2006. Relatório Final do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (INPA).
- REIGADA, Carolina; REIS, Marília Freitas de Campos Tozoni. *Educação Ambiental para Crianças no Ambiente Urbano: Uma Proposta de Pesquisa-Ação*. In: *Ciência & Educação*, v.10, n.2, 2004, pp.149-159.

TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

PROPOSTA PARA MELHORIA DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DE EMPRESAS CONSTRUTORAS DO SUBSETOR DE EDIFICAÇÕES EM MANAUS

Antonio Venâncio Castelo Branco¹

Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas
ensino@cefetam.edu.br / avenancio7@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo trata de uma proposta para melhoria da qualidade e da produtividade de empresas construtoras do subsetor de edificações da Indústria da Construção Civil na cidade de Manaus. Surgiu a necessidade de se conhecer a execução dos processos produtivos deste segmento industrial, principalmente no subsetor de edificações. Para tanto, se efetuou inicialmente uma abordagem sobre o assunto, em nível regional, um estudo setorial do referido segmento industrial, com visitas *in loco* em diversos canteiros de obras de construtoras que atuam na região metropolitana de Manaus na execução de edifícios de múltiplos pavimentos, sendo aplicado um dispositivo investigativo visando à sinalização de indicativos que representassem a problemática vivenciada pelas empresas construtoras, entre as quais se verifica a necessidade de capacitação de mão-de-obra, programas de melhoria da qualidade e da produtividade, minimização de problemas relacionados com a logística de materiais, redução de desperdícios e implementação de novas tecnologias. Em função da sinalização de tais indicativos, foram efetuadas proposições no sentido de mitigar tais problemas, sendo concebidos sob a formatação de programas.

Palavras-chave: construção civil; qualificação profissional; capacitação de recursos humanos.

ABSTRACT

This work is a proposal to improve the quality and the productivity of construction enterprises from the construction sub-sector of the Civil Construction Industry in Manaus city. Our necessity of knowledge about the productive process performance of this industrial segment, mainly in the construction sub-sector, aroused this proposal. To do so, our first step was to focus the subject in our region and to do a sector study of the industrial segment mentioned above. We visited several sites from construction enterprises dealt which work in Manaus. During these visits we observed the multiple floor building constructions, and applied an investigation tool in order to signal indications which represented the problems the construction enterprises dealt with. Among these ones we mention the need for labour improvement, mainly regarding professional qualification and re-qualification; the need of universality on the construction site teaching; programs to improve the quality and productivity; reduction of problems related to material logistics, waste reduction and new technology implementations. Based on the results of the investigative tools applied, our propositions were turned into programs which were designed to reduce these problems.

Key words: civil construction; professional qualification; human resources improvement.

¹ Professor e Diretor de Ensino Médio e Técnico do CEFET-AM, Engenheiro Civil e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

INTRODUÇÃO

Dado às dimensões continentais do Estado do Amazonas e sua efetiva contribuição para o norte do país do ponto de vista econômico, observa-se a necessidade de dividi-lo visando uma melhor compreensão. De acordo com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas, SINDUSCOM-AM (2003), o setor da construção civil no Estado está subdividido nos seguintes segmentos: imobiliário, de obras públicas e de empreitadas (comerciais e industriais). O segmento imobiliário responde por aproximadamente 65% da movimentação do setor, ficando 30% com o setor de obras.

Considerando a indústria da construção civil como parte constituinte deste processo, bem como a sua contribuição para a economia local, fez-se necessário um estudo do setor.

O presente artigo discorre sobre a construção civil em Manaus, preocupando-se com a sua posição e importância à nível regional.

1. PANORAMA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM MANAUS

Em 04/09/1856, através da Lei nº. 068, no governo de Herculano Ferreira Pena, a Assembléia da província do Amazonas nomeia o lugar da Barra com o nome de Manaus.

Em 1866, a vida econômica da região começa a prosperar, resultando no início de uma nova fase de vida para a localidade: o período áureo da borracha.

De acordo com Bacellar (2001), as construções em Manaus foram resultados da utilização da alvenaria como elemento estrutural, face ao desconhecimento da utilização do cimento, e do aço industrializado. Manaus passou a obter projeções no mercado internacional, conquistando reconhecimento mundial, através da exportação da borracha para vários países da Europa.

Andrade (1996) afirma que pedreiros, carpinteiros, marceneiros, eletricitistas, encanadores e demais profissionais da construção civil eram importados de Portugal para trabalhar nas construções que se multiplicavam na cidade.

As construções passaram a fazer parte do cenário da cidade, que com ela ganhava serviços públicos, tais como: transporte coletivo (bondes elétricos), telefonia, eletricidade, rede de esgotos, canalizações de água, galerias pluviais, tratamento de água e esgoto, construções de pontes sobre igarapés da cidade, aberturas de vias públicas, surgiram várias construções imponentes e históricas.

Segundo a Fundação Municipal de Turismo, FUMTUR (2003), da imponência arquitetônica da época em função da tecnologia dos processos construtivos executados nos grandes centros da Europa, pode-se citar como principais obras daquele período: o Teatro Amazonas, a Alfândega, o Palácio Rio Negro, o Porto de Manaus, a Biblioteca, o Palácio da Justiça, o Mercado Adolpho Lisboa, a Igreja Matriz e o Centro de Artes.

1.1. Período áureo da borracha

De acordo com a Prefeitura Municipal de Manaus, PMM (2004), o crescimento de Manaus atingiu o seu apogeu entre 1890 e 1920. O governador Eduardo Ribeiro elaborou um audacioso plano de monumentalização da cidade, trazendo da Europa engenheiros, arquitetos e paisagistas, que elaboraram um ousado projeto paisagístico para a cidade, dotando-a de imponentes edificações.

1.2. Período Zona Franca de Manaus

Com o declínio das riquezas propiciadas pelo período áureo da borracha, o progresso somente retornou ao Estado na década de 60, com a implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Com a instituição da ZFM, Manaus passou a vivenciar um intenso comércio de importados e um Distrito Industrial (DI). Consta desta época, a construção dos principais edifícios locais, como por exemplo: o prédio do IAPETEC, atual INSS, os edifícios Cidade de Manaus, Palácio do Comércio, Socilar e Receita Federal.

Na atualidade, segundo fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2000), o Estado do Amazonas é constituído de uma área de 1.558.897 km², com um total de 2.083.504 habitantes. Suas principais cidades são: Manaus (centro econômico do Estado), seguido dos municípios de Manacapuru, Tefé, Parintins, Itacoatiara, Humaitá e Coari.

1.3. Município de Manaus

A cidade de Manaus está localizada à margem esquerda do Rio Negro, sendo sua extensão territorial de aproximadamente 14.337,00 km². Conforme informações do IBGE (2004), sua população está estimada em 1.592.555 habitantes.

Segundo o Instituto de Planejamento Urbano, IMPLURB (2003), tramitou naquele órgão um quantitativo de 32.534 processos de regulamentação, foram 41.095 fiscalizações realizadas. Foram construídas e regulamentadas 3.256.020,70 m² de área, aprovada e com emissão do *Habite-se*. Junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Amazonas, CREA-AM (2004), constatou-se um registro de 3842 empresas atuantes nos mais diversos segmentos da Indústria da Construção Civil; somente em 2004 foram registradas, naquele órgão, 316 novas empresas.

2. PRINCIPAIS PROBLEMAS ASSOCIADOS À INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM MANAUS

Avaliando o panorama histórico da ICC do Estado do Amazonas, verifica-se a sua crescente verticalização. Porém juntamente com este crescimento, observa-se a existência de

barreiras neste segmento, tornando-se necessária a sua superação.

2.1. Déficit Habitacional

No Amazonas, o problema não é diferente do encontrado nas demais regiões brasileiras. Segundo a Fundação João Pinheiro (2001), a região Norte possui um total de 84,9% de famílias que ganham até três salários mínimos com carência de moradias.

De acordo com informações da Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Amazonas, SEINF (2003), 400 mil pessoas em Manaus vivem em palafitas espalhadas sobre igarapés (Igarapé do Quarenta, de São Raimundo, do Mestre Chico, dos Franceses, do Educandos e outros). Tais igarapés constituem a bacia hidrográfica da capital.

2.2. Mão-de-obra

De acordo com o Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/UNICAMP (1999), a População Economicamente Ativa (PEA) no período de 1992 a 1997, no setor da indústria da Construção Civil em todo o estado gerou um Crescimento de 2,2%, sendo que na capital esse índice alcançou um total de 2,8%, sendo este último, o ano de maior crescimento econômico do setor a nível nacional.

Conforme informações do SINDUSCON-AM (2003), a Construção Civil empregou no Amazonas, no ano de 2003, algo em torno de 14.000 operários, tornando-se eminente uma melhor qualificação daqueles operários.

2.3. Qualificação profissional

A Construção Civil é tida como um setor industrial detentor de mão-de-obra desqualificada, fato que tem gerado sérios problemas, inclusive barreiras às inovações.

A mão-de-obra do referido setor é advinda, na sua maioria, do êxodo rural, sendo insignificante a sua escolarização, principalmente no subsetor de edificações.

No entanto, tal preocupação tem chegado às Instituições do Estado onde verifica-se disposição em contribuir para a melhoria do setor, entre as quais se pode destacar:

a) O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas, atua na área de Construção Civil, com cursos de nível técnico: Construção Predial, Planejamento e Projeto Predial, Instalações Prediais e Edificações. Atua na qualificação, requalificação de trabalhadores para ICC-AM, destacando-se os cursos de: instalador hidráulico predial, eletricista predial e residencial, pedreiro; carpinteiros; armador de ferragens, pedreiro de acabamento, manutenção na construção civil, laboratoristas de concreto e solos, pintor residencial, etc. Atua também no 3º. grau, com o Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios.

b) A Universidade Federal do Amazonas possui, em seu quadro, o curso de Engenharia Civil sendo pioneira na formação de profissionais de nível superior para a ICC no Amazonas.

c) A Universidade Estadual do Amazonas – UEA, criada em 2001, desenvolve cursos de Engenharia Civil através da sua Escola Superior de Tecnologia.

d) As universidades privadas: UNINORTE, ULBRA, UNINILTON LINS e UNIP são instituições de ensino superior pertencentes ao setor privado, oferecem cursos superiores voltados para a ICC, tais como Engenharia Civil e Arquitetura.

e) SENAI e SINDUSCON-AM têm oferecido cursos de formação profissional básica para a qualificação e requalificação dos operários.

3. ESTUDO SETORIAL DO SUBSETOR DE EDIFICAÇÕES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM MANAUS

Com a finalidade de efetuar coleta de indicadores representativos da Construção Civil no Estado do Amazonas, em especial na cidade de Manaus, elaborou-se a presente pesquisa, a qual subsidiou um estudo setorial do processo produtivo do subsetor de edificações da ICC-AM, desenvolvido pelas construtoras que atuam em canteiros de obras, localizados em pontos

diversos da região metropolitana da cidade de Manaus.

A pesquisa, visando o diagnóstico do subsetor de edificações, pautou-se na elaboração de um instrumento para a coleta de dados junto às empresas construtoras. Na sua elaboração, levou-se em conta a observação dos seguintes aspectos:

- a) Caracterização das empresas;
- b) Recursos;
- c) Indicativos de produtividade;
- d) Inovações tecnológicas.

Para a realização de tal pesquisa, optou-se por uma representatividade de 20 (vinte) empresas, estratificadas da seguinte maneira:

- a) Inclusão de empresas atuantes no subsetor de edificações certificadas com programas de qualidade tipo ISO série 9000 ou similar;
- b) Construtoras que atuam no processo, representando as micro, pequenas, médias e grandes empresas.

3.1 Ramo de atividade

Do total de empresas participantes do universo pesquisado, Figura 1, o equivalente a maioria das entrevistadas 100% afirmaram desenvolverem atividades no âmbito da construção de edifícios, caracterizando-se pela execução de processos construtivos.

No entanto, 90% das empresas atuam exclusivamente na construção de edificações.

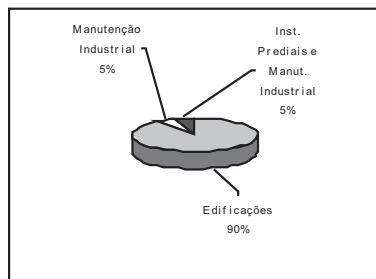


Figura 1 – Ramo de atividades da ICC-AM.

3.2 Recursos humanos

No quesito referente a recursos humanos, Figura 2, verifica-se que estão divididos sob dois aspectos: na parte administrativa (no escritório ou no canteiro de obras) e a equipe operacional, que atua diretamente nos canteiros de obra, colaborando na construção civil.

Das atividades consultadas pelo instrumento de pesquisa, não considerando a contratação de subempreiteiras, com exceção de duas construtoras que não informaram o número de seus funcionários, perfazem um total de 1668 colaboradores, sendo 287 na parte administrativa e 1381 na produção.

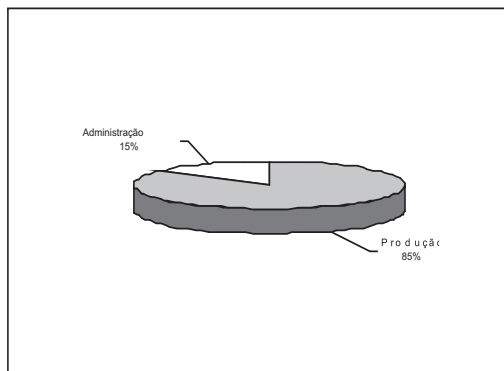


Figura 2 – Distribuição de RH na ICC - AM.

3.3. Escolaridade

Considerando o nível de escolaridade dos profissionais da construção civil indicados na Figura 3, chegou-se a seguinte estratificação: **45%** das empresas são detentoras de mão-de-obra com formação escolar de 1ª a 4ª série do ensino fundamental denominada de educação básica, **85%** estão situados entre a 5ª e 8ª série do ensino fundamental,

De acordo com a pesquisa, todas as empresas consultadas (**100%**) possuem profissionais de nível superior em seus quadros, em especial engenheiros e administradores.

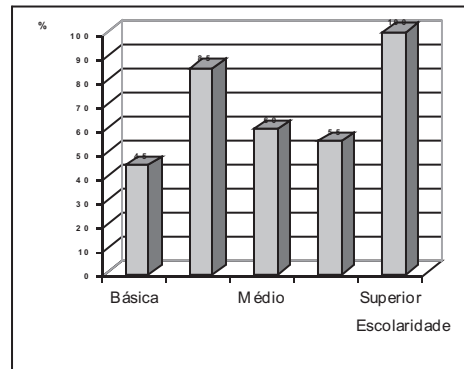


Figura 3 – Níveis de Escolaridade na ICC - AM.

Apesar de não se verificar relato direto da existência de funcionários não alfabetizados em seus quadros, percebe-se que **20%** das construtoras informaram que desenvolvem ou desenvolveram programas de alfabetização de seus funcionários.

Outro fato interessante a ser observado é que **75%** das empresas informaram serem detentoras de funcionários que aprenderam suas funções nos próprios canteiros de obra.

Em referência aos programas de classificação profissional desenvolvido na própria empresa, **70%** das empresas consultadas afirmaram fazer uso.

Em relação às dificuldades encontradas para a contratação de mão-de-obra, observam-se conforme figura 4, os seguintes problemas:

- 50%** refletem a falta de qualificação profissional, principalmente para lidar com novas tecnologias bem como a execução de trabalhos específicos;
- 5%** colocam seus problemas advindos da rotatividade de mão-de-obra e;
- 45%** informaram não haver problemas quanto à contratação de seus funcionários.

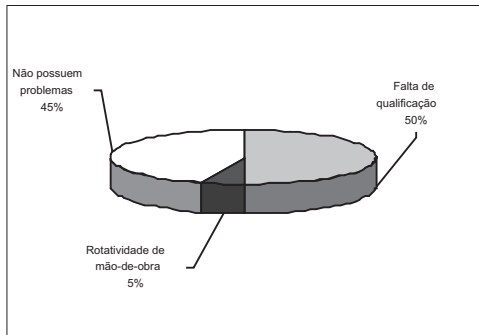


Figura 4 – Barreiras que interferem na contratação de mão-de-obra na ICC no Amazonas.

3.4. Produtividade

Na Figura 5, referente à produtividade, verificam-se aspectos que influenciam na produção: **30%** relacionaram seus problemas à falta de qualificação profissional de seus funcionários; **20%** limitaram-se aos aspectos relacionados à logística de materiais, rotatividade de mão-de-obra, resistência às mudanças e planejamento das atividades desenvolvidas nos canteiros.

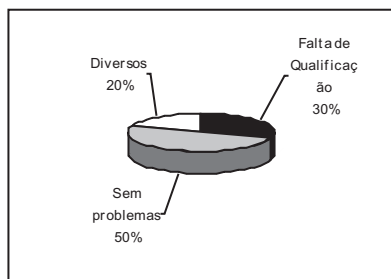


Figura 5 – Fatores que interferem na produtividade na ICC no Amazonas.

Quanto aos indicativos de desperdícios representados na Figura 6, verificados nas empresas, não foram definidos critérios específicos, visando detectar *in loco* tais desperdícios, bem como a sua mensuração.

No entanto, as empresas construtoras listaram itens que são indicativos de desperdícios

nos canteiros de obras. Acredita-se que tais problemas foram informados em função das experiências vivenciadas do dia a dia dos canteiros.

De acordo com a Figura 6: **35%** indicam as fôrmas como um item de elevado desperdício. Porém, **60%** apontam os tijolos como geradores de desperdícios, agravando-se conforme o número de vezes que se tenha de transportar, configurando-se como o produto de maior incidência.

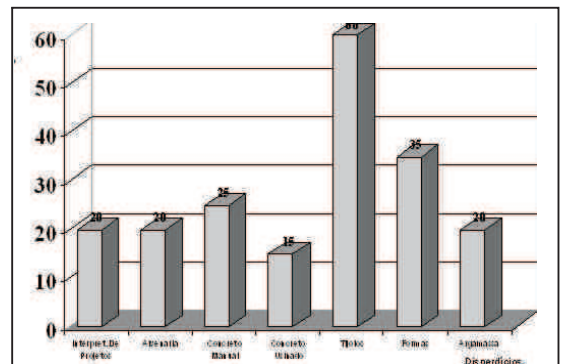


Figura 6 – Referências de desperdício na ICC no Amazonas

3.5. Inovações

3.5.1. Tecnologias

Referente à implantação de novas tecnologias utilizadas pelas empresas participantes do estudo setorial nos últimos 3 anos, chega-se a seguinte constatação: Na região metropolitana de Manaus, as construtoras locais têm utilizado as tecnologias adotadas nas regiões sul e sudeste do país, podendo-se mencionar: o uso de lajes pré-moldadas, lajes planas, concreto celular utilizado nas habitações populares juntamente com as fôrmas tipo Gethal e concretos especiais, utilizados em recuperação e reforço estrutural. O uso da alvenaria estrutural tem crescido sensivelmente, caso similar tem ocorrido com as construções de paredes a seco através do sistema *dry waal*.

As construtoras locais, na sua maioria, têm realizado investimentos resultando na implantação de programas computacionais, utilizando uma grande diversidade de softwares, seguido pelo CAD utilizado nos projetos.

Considerando o universo de empresas pesquisadas e verificando que tais empresas trabalham com diversos indicadores representativos de inovações tecnológicas na ICC-AM, de acordo com a Figura 7, constatou-se que: os softwares representam **90%** do universo pesquisado, são variados e utilizados para o planejamento, o orçamento e os projetos, na maioria dos casos, trabalha-se com o Excel e o CAD; **55%** das empresas utilizam em suas obras *fôrmas especiais* revestidas com filme fenólico e conhecidas como *fôrmas Gethal*.

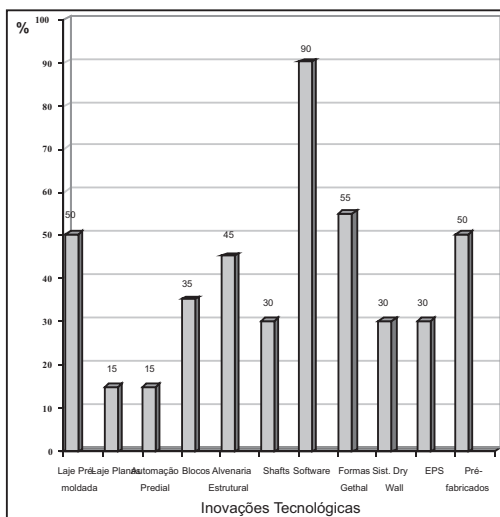


Figura 7 – Inovações Tecnológicas na ICC-AM.

3.5.2. Processos de Gestão

Apenas 35% das empresas consultadas possuem programas de gestão da qualidade implantados, tipo ISO 9002 e PBQP-H. Quando consultadas sobre os benefícios advindos da implantação de tais programas, observa-se o seguinte:

- Redução de desperdícios** – as empresas informam que com a implantação e certificação de programas de qualidade, ocorreu sensível redução de desperdícios em seus canteiros de obras;
- Aumento da produtividade** – as construtoras certificadas desenvolveram programas de capacitação e treinamento de seus funcionários.
- Redução dos custos** – a partir das atividades mencionadas percebe-se um efeito em cadeia, pois a redução de desperdícios passou a influenciar diretamente na redução de custos.
- Satisfação dos clientes** – com o advento das políticas da qualidade, constata-se que o foco de atividades empresariais passou a ser o cliente.

4. CONSIDERAÇÕES

O retrato da Indústria da Construção Civil no Estado do Amazonas, em especial na cidade de Manaus, não difere do verificado no restante do país. A problemática é geral para todas as regiões do Brasil, quer seja em maior ou menor incidência, inclusive na região Norte.

4.1. Melhorias para o setor produtivo da Indústria da Construção Civil da cidade de Manaus

Da análise dos dados coletados, face ao diagnóstico obtido, buscou-se a proposição de alternativas que resultassem em melhorias a serem aplicadas no processo produtivo de obras verticais.

Diversos aspectos relacionados a processos tecnológicos adotados na produção de edifícios foram avaliados, constatando-se a necessidade da utilização de medidas que visam mitigar problemas existentes neste subsetor recomendadas a seguir:

4.1.1. Programa de Educação de Jovens e Adultos

O presente programa deve ser articulado entre as empresas da área de construção civil e instituições de ensino, estando focalizado no desenvolvimento de medidas que visem a recuperação da escolaridade perdida, tendo como base a contextualização das atividades desenvolvidas.

O número de analfabetos e semi-analfabetos nos canteiros é elevado. Na maioria das vezes tais profissionais aprenderam seus ofícios por imitação, representando 75% das empresas pesquisadas.

4.1.2. Programa de qualificação e requalificação profissional

Outra alternativa proposta neste trabalho diz respeito à qualificação e requalificação dos profissionais da construção civil. Tais atividades visam não só a preparação para o desenvolvimento de atividades a contento, dentro de padrões normativos, mas também à reinserção do profissional no mundo do trabalho.

A empresa deve buscar apoio de instituições de ensino, CEFET-AM, SENAI, UFAM, UEA, representações patronais e classistas, a fim de juntos realizarem parcerias, visando à preparação de seus funcionários para atuarem decisivamente no mercado de trabalho.

4.1.3. Certificação Profissional

A certificação profissional poderá ser a saída para aqueles que aprenderam seus ofícios nos canteiros de obra sem o devido reconhecimento formal.

De acordo com o MEC (2005), é um processo que permite a identificação, avaliação e conseqüente validação formal dos conhecimentos, saberes, competências, habilidades e aptidões profissionais, desenvolvidas através de programas de qualificação profissional ou nas experiências laborais.

4.1.4. Programa de Melhoria da Produtividade

Os indicadores descritos podem ser considerados para medição do processo produtivo das construções na região metropolitana de Manaus. Tais levantamentos nortearão, tomados de decisões que resultarão na melhoria da produtividade, servindo como instrumento de monitoramento de todo o processo produtivo. A proposição de um *layout* funcional para uma obra atua decisivamente na redução do tempo de trabalho, fato diretamente ligado ao aumento da produção.

4.1.5. Programa básico de melhoria da qualidade para pequenas e médias empresas da Indústria da Construção Civil de Manaus do subsetor de edificações

A sociedade industrial tem passado por constantes mudanças, principalmente do ponto de vista gerencial. Os processos de gestão, em seus mais diversos aspectos, gerencial, logístico e de recursos materiais e humanos têm determinado diferenciais, colocando empresas em condições competitivas em relação às regras impostas pelo mercado nesta importante cadeia produtiva.

a) 5S no canteiro de obra

A implantação dos cinco sentidos desenvolvidos por Ishikawa teve papel preponderante no processo de crescimento do Japão. Segundo Costa (1999), os sentidos de *seiri* (utilização ou descarte), *seiton* (organização), *seito* (limpeza), *seiketsu* (higiene) e *shitsuke* (disciplina ou manutenção) são de extrema necessidade a ICC, logo a sua utilização no âmbito da ICC no Amazonas atuaria decisivamente na reformulação e redefinição do canteiro de obras.

b) Manual da Qualidade

O Manual da Qualidade de uma empresa é um documento representativo da política de qualidade da construtora e deve abranger todas as prescrições normativas relacionadas ao

sistema. A elaboração do manual da qualidade deve ser realizada de maneira cuidadosa, devendo constar todas informações necessárias ao bom andamento dos trabalhos, seguido de sua divulgação, a fim de que o objetivo seja alcançado.

Segundo Melhado (2001), o ato de implantar programas de gestão e de certificação da qualidade na empresa construtora visa à padronização, o controle e a melhoria dos processos produtivos.

c) Manual do Proprietário

Pautando-se na informação de que quando o cliente adquire um equipamento, um aparelho eletrodoméstico, etc, recebe do fabricante um manual que lhe fornecerá todas as informações pertinentes aquele equipamento.

Em analogia a tal manual, considera-se que medida similar deva ser ampliada e colocada em prática na área de construção civil abrangendo-se a todos os níveis do setor o que garantirá a eficácia e a eficiência da empresa construtora, a sistematização de tais processos e informações sobre o futuro empreendimento resulta no que denominamos de “manual do proprietário”.

d) Serviço de Atendimento ao Cliente

Os clientes e usuários dos serviços das empresas construtoras devem ter posição assegurada nos programas de qualidade da empresa, pois, afinal, será ele o responsável pela aprovação ou não de seus serviços. Desta forma, deve-se garantir os requisitos necessários à entrega e o pós-uso da futura edificação.

e) Certificação de qualidade

O alto custo dos programas de certificação da qualidade, condição que nem sempre é viável para as pequenas e médias empresas, é uma das circunstâncias que conduz as

empresas do subsetor de edificações a se organizarem, formando um bloco visando à constituição de medidas que resultem em uma certificação coletiva.

A Confederação Nacional da Indústria – CNI, juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, deram início ao desenvolvimento de tais trabalhos através do programa “Qualidade na Indústria da Construção Civil”, resultando na formação de consultores para atuação na preparação de empresas construtoras para a implantação e certificação com o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat - PBQPH. Sugere-se que medidas desta natureza sejam implementadas de forma mais constante.

f) Planejamento Estratégico

Para uma completa evolução junto ao setor, a empresa deve elaborar o seu Planejamento Estratégico, devendo ser prático e funcional, que a diferenciará das demais. No âmbito estadual faz-se necessária à implantação de sub-programas que visem o crescimento e desenvolvimento econômico do setor da Construção Civil.

O SEBRAE deverá estar junto nesta empreitada, bem como diversas instituições de ensino da capital.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia. CREA-AM. *Empresas registradas*. 2004. Disponível em: <http://www.crea-am.org.br>. Acesso em: 20/07/05.

ANDRADE, Moacir Couto de. *Manaus 100 anos de Arquitetura*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 217 p. 1996.

BARCELAR, Atlas Augusto. *A Competitividade da Alvenaria Estrutural na cidade de Manaus*: 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Faculdade de Tecnologia. Universidade Federal do Amazonas.

BRASIL. IBGE. *Projeção da População do Brasil. Comunicação Social*. 2004. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impres... Acesso em: 20/07/05.

BRASIL. MEC/MTE. *Sistema Nacional de Certificação Profissional: Proposta Governamental*. Brasília: 2005.

CASTELO BRANCO, Antonio Venâncio. *Estudo Setorial do Subsetor de Edificações da Indústria da Construção Civil em Manaus*: Pesquisa de Campo. 2003.

COSTA, M. L. da S. & ROSA, V. L. do N. *Primeiros Passos da Qualidade no Canteiro de Obras. 5S no Canteiro*. 2ª Edição SP: O Nome da Rosa, 1999.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. (FJP). *Déficit Habitacional no Brasil*. Belo Horizonte. Dezembro de 2001.

MANAUS. FUMTUR. *Fundação Municipal de Turismo*. Disponível em: <http://www.fumtur.com.br/>. Acesso em: 20/11/2003.

MELHADO, Silvio Burratino. *Gestão, cooperação e integração para um novo modelo voltado à qualidade do processo de projetos na construção de edifícios*. São Paulo: 2001. 254p. Tese (Concurso de Livre-Docência) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

PMM. *Prefeitura Municipal de Manaus. Conheça Manaus*. Disponível em: <http://www.euamomanaus.com.br/historia.html>. Acesso em: 13/07/04.

PMM. *Prefeitura Municipal de Manaus. Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB*. Disponível em: <http://www.euamomanaus.com.br/historia.htm>. Acesso em: 13/07/04.

SEINF - Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Amazonas. *Infra-estrutura. A Crítica*. Manaus, 30 fevereiro. 2003. Caderno de Economia. cad. A9.

SINDUSCON-AM. *Sem FGTS, construção para*. *Jornal do Comércio*. Manaus, p.5, 15 outubro. 2003. Economia.

UNICAMP.IE. *Tabulações especiais de projetos urbanos. População Ocupada (PEA restrita) em atividades não-agrícolas, residentes em áreas urbanas. Área censitária da Amostra e ramos de atividades*. Amazonas 1992-1997. julho/1999.

MÍDIA E POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A TELEVISÃO DIGITAL NO ESTADO DO AMAZONAS

¹Carlos Victor Montefusco Pereira; Éverton Moura Arruda²

Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas

¹cmontefusco@gmail.com; ²everton@cefetam.edu.br

RESUMO

As discussões procedentes da convergência tecnológica vêm alcançando a Zona Franca de Manaus em diversos setores produtivos, assim como mobilizando um processo político-sociológico de defesa das áreas demandadas e da prospecção de produtos para novas tecnologias dentro do contexto brasileiro, sendo uma delas a Televisão Digital que engloba a produção de caixas conversoras de sinal, os denominados set-top-box e seus componentes agregados. Com história marcada pela produção em componentes eletrônicos, a propaganda do pólo industrial, como instituição política, ultrapassou fronteiras do estado e, atualmente, acompanhar essa movimentação constitui objeto de estudo ideal para investigação, a nível de Pós-Graduação, da novidade em políticas da comunicação dentro do ambiente amazônida. Assim, reflexões iniciais para a TVD também quer identificar pontos de discussão na sociedade, desde a exportação de tecnologia e do desenvolvimento tecnológico a políticas regionais e da competição dos pólos industriais brasileiros.

Palavras-chave: televisão digital; política da comunicação; política no Amazonas; comunicação publicitária no Amazonas.

ABSTRACT

The discussions initiated by technological convergence are reaching the Free-Trade Zone of Manaus in various productive sectors, as well as mobilizing a political-sociological defense process of the areas required and the prospecting of products to new technologies within the Brazilian context, one of which is the Digital TV which includes the production of boxes signal conversions, the so-called set-top-box and their aggregated components. With history marked by the production in electronic components, the propaganda of the Manaus Industrial Sector as a political institution exceeded borders of the state and, currently, to monitor this movement drives is an ideal aim for research study, to the Post-graduation level, about new policies on communication within amazônida environment. Thus, initial thoughts for DTV also wants to identify points of discussion in society, from the export of technology and technological development to regional policies and the competition of Brazilians industrial sectors.

Key words: digital television; political communication; policy at Amazon state; advertising communication at Amazon state.

¹Tecnólogo em Criação e Produção Publicitária pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – CEFET-AM. Integrante do Grupo de Pesquisa “Núcleo de Estudos de Comunicação e Tecnologia (NECT)”.

²Doutorando em Comunicação Publicitária pela Universidad de Valladolid, Espanha. Professor e Coordenador do Curso de Tecnologia em Produção Publicitária do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – CEFET-AM.

INTRODUÇÃO

A Televisão Digital já é manchete pelo Brasil, formando opiniões contrárias, a favor, ou irrealistas do significado de sua implantação no país e da recente adoção do modelo japonês de programação.

Contrárias por surgirem como já em fase de expressivo avanço das discussões a nível governamental, e, principalmente, por alarmar uma população ainda inconsciente do poder e influência da televisão e do conhecimento do lobby das comunicações no país. Passado o alarme, a mídia jornalística despertou uma crítica à questão, evidenciando a não participação, seja ela democrática, da sociedade como não somente espectadora, mas como público-alvo da televisão digital. Esse pensamento desenvolvido em grande parte pelas organizações promotoras da democratização da comunicação – movimento este que procura abrir a discussão para várias classes da sociedade para melhor percepção das futuras conseqüências e preparação para tais – instalou-se na mídia posteriormente ao estado de pasmo que a sociedade encarnou sobre a inovação e a tecnologia agregada à digitalização da televisão.

O âmbito mundial passa por transformações nem tão esperadas com o advento da globalização, como crise da hegemonia, mudanças no dólar, alterações no capitalismo. Assim, essas direções têm vértice voltado às mudanças nos meios de comunicação, na área de publicidade, no marketing político, na TV Digital, diferenciada ou convergindo a comunicação de massa e as indústrias culturais. (RALLET & BOLAÑO, s.d.)

Segundo RALLET E BOLAÑO, as TICs (tecnologias da informação e comunicação) passaram de novidade para influente nos processos sociais e, estudá-las é necessário para compreensão dessa mudança, para isso, dizemos que essa junção entre informática, telecomunicações e audiovisual formata um impacto econômico, preocupando principalmente em relação a seus efeitos nas políticas públicas, no desenvolvimento de novos mercados e nas transformações organizacionais.

Em relação ao desenvolvimento de mercados, as TICs, consideradas por alguns autores como já mercados em consolidação, ainda são vistas como difíceis de lidar quanto a transações comerciais por seu intermédio, pois são instrumentos para o desenrolar dos mercados existentes. Contudo, é uma linha tênue ainda afirmar esta realidade, pois aparentemente não seria este o propósito de convergência tecnológica e da televisão digital? Talvez, mas atualmente, são vistas como “eficazes no caso de transações de tipo imaterial cujas características e parceiros são conhecidos com anterioridade ou certificados institucionalmente”. Logo, exemplos são observados nos hábitos culturais, trazendo por exemplo grande atuação do banco a domicílio na Inglaterra ao contrário da França. RAILLET E BOLAÑO (s.d.) ainda afirmam que a pesquisa deve observar fatores que ditam limites, propondo quais serviços serão desenvolvidos, “quais serão os ofertantes? Como eles vão se articular com os ofertantes dos serviços tradicionais? Que transformações dos modos de consumo isso implica?”

Trazendo a globalização como influente, a convergência tecnológica e as TICs ditam outro ponto de interesse da pesquisa, sendo esta a transformação no contexto organizacional e empresarial, onde uma reorganização é indicada em função do mercado, tratando a televisão digital como potencial modificador destes fatos aqui ditos como até estruturantes de novos âmbitos para a política e economia da comunicação.

1. ECONOMIA E POLÍTICA DAS COMUNICAÇÕES

Fluindo dessa interatividade em que o papel da Comunicação assim se estabeleceu significativo, um vínculo maior com as Ciências Econômicas e Políticas foi percebido de forma singular para questões atuais e em voga para discutir-se sobre os efeitos resultantes.

A partir de análises econômicas das Artes Cênicas e seus problemas de finan-

ciamento, nos EUA e Europa, na década de 60, alguns estudiosos perceberam a inter-relação da Sociologia, por assim dizer, com os fatores da teoria econômica.

Com a convergência do audiovisual com a informática e telecomunicações, concluíram-se algumas abordagens, citadas por HERSCOVICI E BOLAÑO (s.d.):

- a abordagem microeconômica que privilegia o estudo das externalidades ligadas à redes e aos processos de compatibilização entre os diferentes sistemas técnicos;
- as análises ligadas ao papel da informação e das indústrias da Comunicação no funcionamento do sistema. Essas podem ser teóricas ou empíricas;
- os trabalhos que, a partir de uma abordagem multidisciplinar e no âmbito de uma visão crítica, privilegiam as lógicas sociais da Cultura e na Comunicação.

Sendo esta última abordagem, uma veia da Comunicação importante a ser explorada neste trabalho. Pois a disputa pelo espaço provido pela inovação tecnológica é parecida com o descrito por Habermas quanto ao espaço público, onde a burguesia era prioritária, contudo a questão não se volta mais ao espaço seja geográfico, porque a tecnologia é disposta sim ao acesso, contudo é neste ponto que a disputa se dá, em que, por exemplo, as classes sociais estão conscientes do poder e abrangência da Internet, mas lhes faltam oportunidades de igualdade dos alfabetizados digitalmente e diminuição de uma classe onde não há contato com a tecnologia, a partir da separação das conexões propensas ao sistema tecnológico.

2. TV DIGITAL: MUNDO E BRASIL – DIFERENÇAS DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

O Brasil prevê para os próximos 10 anos um gasto de US\$ 20 bilhões em investimentos na televisão digital, na definição de fatores para sua implementação como a digitalização, a

convergência com a informática e com as redes de comunicação, a integração dos meios, a multiplicação da oferta, conteúdos e serviços *on demand*; (CASTRO & BARBOSA FILHO, 2005) provocando mudanças na publicidade e nos comerciais interativos, ou seja, na visualização do espectador como consumidor flexível e sujeito ao que puder ser oferecido ou disponibilizado em relação à tecnologia e comércio de produtos e serviços.

A amplitude da televisão e de seu conceito aumenta, pois se ultrapassava a concentração do controle remoto, da concorrência das mídias de armazenamento – do mais recente DVD –, ou da variedade de canais da televisão por assinatura. Uma propensão para diversificar a TV e dá-lhe mais e mais roupagens, fez com que produtoras obtivessem interação da TV com o celular, do comércio de produtos pela TV. Então essa transformação transcende a mudança nos serviços, mas principalmente na mudança de toda a infraestrutura para propiciar esta tecnologia, onde se observa pesquisa e melhoramento em *“decodificação com, disco rígido, conexões em rede de alta velocidade e programa para detecção inteligente de perfis de consumo.”* (idem)

Ter a televisão digital como realidade é inaugurar novas faces e promover novas oportunidades de negócios, ainda provendo novas formas de socialização e interação social. Em 2001, como menciona Castro e Barbosa Filho (2005), a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) recebe um projeto de socialização do modelo de televisão digital americano para implantação em todo o hemisfério, o ATSC - *Advanced Television Systems Committee* - que traria um mercado de 830 milhões de pessoas para um modelo hegemônico estadunidense, cujo intuito era de poder oferecer posteriormente serviços distintos mas a preços menores já que o sistema operacional seria o mesmo para as Américas.

Em testes com metodologia do órgão estadunidense União Internacional de Telecomunicações (UIT), a Agência Nacional de Telecomunicações do Brasil (ANATEL) demonstrou falhas no sistema sobre os aplicativos e mobilidade deste, trazendo dúvidas para outros países que até mesmo já haviam concordado com

a proposição de reunião americana. (idem)

Com a eleição presidencial de 2003, o governo brasileiro resolveu criar um sistema com aplicativos próprios, através do apoio de institutos de pesquisa e universidades, sendo este movimento feito através do Decreto Presidencial nº. 4.901 de 26 novembro de 2004, que criava o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) (MAYER, 2005). Sendo o SBTVD priorizador da interatividade e do desenvolvimento de novas aplicações que ofereceriam entretenimento à população, promoção da educação, cultura e da inclusão social.

O Sistema deveria adotar a convivência harmoniosa dos modelos digital e analógico, através da caixa conversora de sinal, denominada *set top box*, provendo soluções de menor custo à população e facilidade da inclusão da tecnologia. O SBTVD foi um marco histórico do Brasil, reunindo 73 universidades e 1200 pesquisadores, além de dar esperanças para redução de *royalties* pelo baixo uso de suprimentos estrangeiros e ainda de contar com apoio das políticas industriais para o desenvolvimento de receptores, transmissores e periféricos digitais, além da possibilidade de calma na conversão dos televisores brasileiros de analógico para digital, assim como os sistemas chinês e indiano pretendem adotar.

Especulações à parte, o modelo japonês ISDB - *Integrated Services Digital Broadcasting* - foi escolhido, de acordo com o governo, após análise dos relatórios que o convênio nacional do SBTVD e oito ministérios que compunham o Conselho Deliberativo sobre a TV Digital executaram. A posição da imprensa, na época, era que “o modelo japonês (ISDB) leva vantagens sob os ângulos técnico e político; o europeu (DVB), por ser mais adotado no mundo, é mais interessante sob o ponto de vista comercial; o americano (ATSC) não vem sendo cogitado.” (CABRAL, 2007)

É claro que cada um possuía seus interesses e posições, como menciona o artigo de CABRAL (2007):

“A escolha do padrão europeu pelas empresas de telefonia se deve ao fato de que ele exige uma torre de transmissão à parte para que as imagens transmitidas na TV digital cheguem a receptores móveis, como os celulares. Isso implicaria no

aparecimento do operador de rede, responsabilidade que seria repassada às operadoras de telecomunicações, que se tornariam distribuidoras dos sinais. Além disso, o Brasil não ficaria dependente de poucos fornecedores de equipamentos”.

No modelo japonês, as redes de TV fariam a transmissão direta, mantendo a concentração dos grupos de comunicação e o controle sobre todo o processo. Algo proibido em lei no Brasil, mas que vem sendo mantido no país, através dos *lobbies* dos grandes conglomerados em Brasília. Com esse grande risco, as empresas de telefonia vêm se organizando para lutar, caso o modelo japonês seja adotado, para garantir na regulamentação a exploração do “canal de retorno” (que proporcionará interatividade).

3. AMAZONAS: INFLUÊNCIA TECNOLÓGICA X ZONA FRANCA DE MANAUS – QUAL O DETALHE?

A Amazônia é uma parte do Brasil ocidental, mas inclui também outros 8 países, onde a biodiversidade é conhecida mundialmente, e justamente por isso, motivo de cobiça. A gestão dessa almejada área tornou-se prioridade, principalmente, no governo Vargas quando “com percepção estadista, Getúlio Vargas costumava dizer que o Brasil deveria preocupar-se apenas com três assuntos: aço, petróleo e Amazônia” (LOUREIRO, 2003) e o “pensar” dessa questão, pendendo de pólos industriais a uma paralela convivência com a gestão sustentável, traz conseqüências e é responsabilidade mesmo daqueles geograficamente distantes.

Para a Amazônia, a globalização foi dada com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), instituída pelo Decreto-Lei nº. 288, de 28 de fevereiro de 1967, com o objetivo de estabelecer um pólo de desenvolvimento industrial, comercial e agropecuário. Ousamos dizer que a ZFM é um marco regulatório para o desenvolvimento industrial e mesmo à percepção da região amazônica ocidental dentro da gestão territorial brasileira, pois aumentou e diversificou as áreas de propensão a investimento na região Norte, considerando Belém, capital do estado do Pará e Manaus,

capital do Amazonas, como eixos de ampliação comercial.

A ZFM foi definida com incentivos muito atrativos para aqueles em busca de representação dentro do país, e, desta forma, impostos como o II – Imposto de Importação, IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros tiveram sua identidade modificada, de certa forma, por isenções e reduções, a fim de amenizar as desvantagens e inaugurar a competitividade industrial ali. (LOUREIRO, 2003)

Contudo, esses fatores levaram a um quadro de dependência quanto à evolução da ZFM, ou seja, se há prejuízos ou fuga das indústrias ou concorrência internacional e nacional, os reflexos na economia são igualmente enormes, devido à ligação em sua totalidade econômica e arrecadação tributária. (idem)

Ao fim de 2003, o então presidente brasileiro, Luís Inácio “Lula” da Silva, ex-integrante do Sindicato Paulista dos Metalúrgicos, assina a Emenda Constitucional nº 43, prorrogando os incentivos da ZFM até 2023, gerando uma polêmica entre aqueles que discutem a reforma tributária. Contudo os incentivos, na conjuntura atual, estão firmados até 2013 e quanto a 2023, houve aprovação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 509/06, do Senado. (JORNAL DA CÂMARA, 2006).

As áreas abrangidas pela ZFM são diversas, e talvez por isto, constitua outro atraente que é justamente a percepção de sucessão de produção, não importando a área produtiva. Contudo, até hoje questões como capacitação e aplicação do investimento na região são discutidas, para não tornar a ZFM como pólo de produção, excluindo o desenvolvimento de produtos, capacitação tecnológica e produção de tecnologias de ponta. Entre os destaques, cita-se a produção de televisores com tela de cristal líquido (LCD), as de tela de plasma, os fabricantes de *home theater*, microcomputadores, inclusive portáteis, monitores de tela LCD para uso em informática, fornos de

microondas, condicionadores de ar com sistema split; e altas de produção também para o setor de duas rodas, motocicletas e bicicletas, totalizando um faturamento das empresas do PIM – Pólo Industrial de Manaus em US\$ 1,695 bilhão em janeiro de 2007. (SUFRAMA a, 2007).

A Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus, órgão responsável pela administração da ZFM – de acordo com notícias sobre estudos dos gargalos do PIM, formula um plano estratégico, visando ao desenvolvimento da indústria, mas percebendo certas questões, como o auxílio às empresas de micro e pequeno porte e de cunho regional, investimento para a área de software, em estudos de viabilidade para Gás Natural e Petróleo, criação de programa de formação em graduação e pós-graduação para área de interesse, como Biotecnologia, Engenharia de Produção, Automação, Telecomunicações e Desenvolvimento Regional. (SUFRAMA b, 2007)

Nesta perspectiva de agregar um valor industrial às regiões mais verdes do planeta, a ZFM avalia novos negócios de interesse nacional como a transmissão digital dos sinais de TV, trabalhando para a intenção de produzir a HDTV e o *set top box*, sendo esta uma das intenções deste trabalho em chamar a atenção para a caracterização desta região como partícipe no plano de discussão sobre TV Digital no Brasil.

Aspectos da globalização como a ZFM ainda não estão completamente reconhecidos, o que nos leva a um ponto, citado por MAYER (2005), onde esta supracita a diretora da União dos Metalúrgicos em Manaus, ou seja, “*Globalization means going South. Capital knows no nation*”.

A ZFM, formatada por capital predominantemente estrangeiro no começo de sua realização, tornou-se para alguns um símbolo de nacionalismo, com a produção nacional, somente que com insumos e capital nem um pouco investidos do país, prejudicando a imagem do pólo industrial e caracterizando o grande interesse dos países estrangeiros não somente na Amazônia como provedora de biodiversidade, mas na oportunidade de gozar de políticas fiscais privilegiadoras para atração externa.

Manaus saltou, com o advento da ZFM, para quarta maior cidade do Brasil, atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Contudo, a mudança da aparência da região Norte, principalmente amazonense e manauara, não se modificou. E, assim, MOTTA apud MAYER (2005), ao realizar um estudo sociológico em agências federais brasileiras revelou que estes compreendem a ZFM e seus industrialistas como capazes de gerar lucro e capital no Amazonas, mas sem chance de sobrevivência no Sudeste. E, ainda, SPINDEL apud MAYER (2005) menciona que mesmo com o aumento de engenheiros, a força de trabalho da Zona Franca é um novo proletariado, onde estes trabalham horas em uma função monótona. Embora os estudos citados sejam de 1995 e 1987, respectivamente, não demonstram caducidade dos seus resultados, pois seus reflexos ainda são pertinentes na atual conjuntura.

A Profa. Vicki Mayer da Universidade de Tulane, nos EUA, executou uma pesquisa no estado do Amazonas, na procura de demonstrar a influência da região para discussão tanto do aspecto político quanto do industrial para captação da produção de caixa conversoras de sinal digital, o *set top box* - a enfática arguição dos políticos amazonenses e o governo federal com a Medida Provisória 352/07. Ela cita que das 300 empresas do PIM não mais do que 30 delas participam da negociação e de discussão sobre a televisão no Brasil. Menciona ainda que um fato de destaque foi a exclusão do representante dos industriais no Amazonas, CIEAM - Centro da Indústria do Estado do Amazonas, na mesa de discussão na capital federal, enquanto houve admissão do representante de São Paulo, sendo esta escolha, de certa forma, já esperada por 3 gestores industriais entrevistados na pesquisa. Enquanto também, com o advento da expectativa mercadológica da TV Digital - TVD, o aumento da demanda de FLAT screen TV's, em modelos novos de aparelhos de DVD, software e componentes eletrônicos, atrai ainda mais a formação de *joint ventures* - associação de empresas, no caso até transnacionais, para exploração de um negócio, sem que estas percam sua personalidade jurídica.

Mayer fala de duas entidades que se

mostram atores: a união dos trabalhadores e os institutos técnicos e científicos. A primeira não apresenta previsões otimistas e mesmo com um presidente advindo do mesmo âmbito, não se evitarão as demissões e substituições, visando a rentabilidade do sistema; e a segunda, comenta sobre a participação significativa das instituições amazonenses no processo de pesquisa sobre o SBTVD - Sistema Brasileiro de Televisão Digital, onde participarão quatro instituições: o CTPI, que comandou estudos iniciais sobre interatividade; a FUCAPI - Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica definindo produtos e serviços para TVD, o Instituto Genius, desenvolvimento de tecnologias vinculadas a telecomunicações, que formulou projetos para *set top box* universal, *middleware* - sistema que "lê" a informação da caixa conversora para o consumidor - e estudo das interfaces digitais para o Brasil; e, o Instituto Samsung que submeteu à Suframa uma proposta para construção de um instituto voltado à pesquisa em televisão digital.

Os pontos de prorrogação da Zona Franca de Manaus, da admissão da produção dos conversores e outros componentes eletrônicos que, se forem considerados bens de informática, figurarão fora do alcance industrial da ZFM e mostrarão a falta de representatividade na conversa e na definição das políticas fiscais e industriais.

A Medida Provisória 352-07, previamente citada que integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) busca garantir um ambiente tributário favorável à ZFM quando da produção de TV Digital, contudo excetua as caixas conversoras, que agora é a preocupação dos políticos amazonenses, e dos políticos das outras regiões que pretendem adquirir os benefícios tributários para suas regiões, e ainda aqueles que são contrários à redução a zero dos impostos comerciais para eletroeletrônicos. (MPOG, 2007)

São tópicos relevantes e ainda reconhecidamente significativos e passíveis de análise por comunicólogos, sociólogos e cientistas políticos na busca de um equilíbrio ou pelo menos de paliativos que não sejam contra o desenvolvimento do país, muito menos do Amazonas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, A. & CASTRO, C. O caso brasileiro de Tv Digital e a proposta de nova plataforma de comunicação para os países emergentes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28. Rio de Janeiro. Anais.SãoPaulo:Intercom, 2005. CD-ROM.

DIZARD, W. A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação. 2ª. Edição. Tradução da 3ª. Edição por Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

MAYER, V. Digital Television in Brazil: The View from Manaus. In: Anais do Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação, 2005. Rio de Janeiro. São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

SANTAELLA, L. Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

CABRAL, A. Consolidado pelo cansaço: sociedade civil não resiste contra Decreto de implantação da TV Digital no Brasil. Informativo Eletrônico SETE PONTOS. Disponível em: <<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/decretoeccivil.htm>>

CABRAL, E. Sob pressão: escolha do modelo de TV digital no Brasil. Informativo Eletrônico SETE PONTOS. Disponível em: <http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/32/digital_tv.htm>

CABRAL, E. Sociedade brasileira fica de olho na TV. Informativo Eletrônico SETE PONTOS. Disponível em: <<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/deolho.htm>>.

CCJ acata prorrogação da Zona Franca de Manaus. Jornal da Câmara, Brasília, sexta-feira, 14 de julho de 2006 - Ano 8 N°. 1694. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/materia.asp?codMat=30042&codjo>>.

Comissão quer que ministro explique estratégias para Suframa. TI Inside Segunda-feira, 09 de Abril de 2007. Disponível em: <<http://www.tiinside.com.br/Filtro.asp?C=265&ID=72648>>.

Fim da Zona Franca foi prorrogado três vezes. IDG Now!, Mercado, Estratégias. Disponível em: <<http://idgnow.uol.com.br/mercado/2006/06/19/idgnoticia.2006-06-16.1067970127>>.

HERSCOVICI, A. & BOLAÑO, C. Economia Política da Comunicação. As novas tecnologias da Cultura, da Informação e da Comunicação: uma análise crítica. In: Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación – EPICT. Disponível em: <<http://www.eptic.com.br/sep.htm>>.

LOUREIRO, M. O papel estratégico da Zona Franca de Manaus no desenvolvimento da Amazônia. In: T&C Amazônia, Ano 1, nº 1, fevereiro de 2003. Disponível em: <https://portal.fucapi.br/tec/imagens/revistas/ed001_036_041.pdf> Acesso, 19 maio 2007.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – MPOG. PAC – Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010. Apresentação em Slides. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070122_PAC.pdf>.

MOTA, R. Tecnologia e deliberação política: A urgência da tomada de decisão do poder executivo e a ameaça à criação do Sistema brasileiro de televisão digital. In: Unirevista, Vol 1, no. 3 (julho 2006). Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_RMota.PDF>.

RALLET, A. & BOLAÑO, C. Economia das tecnologias de informações e da comunicação: algumas questões para a pesquisa. In: Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación – EPICT. Disponível em: <<http://www.eptic.com.br/projport.doc>>.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMAa. Desempenho do Pólo Industrial de Manaus. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/modelozfm_industria.cfm>.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMAb. Linhas Estratégicas: Tecnologia. Disponível em: <www.suframa.gov.br/suframa_l_estrategicas.cfm>.

O PODER DE PERSUASÃO DAS MENSAGENS PUBLICITÁRIAS: A INFLUÊNCIA DAS PROPAGANDAS DE TV

Flávya F. A. Magalhães¹; Raul de Souza Nogueira Filho²

Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas

²rsnf@cefetam.edu.br

RESUMO

Neste artigo são expressos os registros e percepções de que a propaganda, bem como seus efeitos sobre o consumidor, é extremamente importante na sociedade capitalista, pois é tida como agente ativador de consumo, através de uma abordagem lógica, racional, ou subjetiva e emocional. Assim, objetivou-se conhecer e entender melhor os elementos usados para persuadir os telespectadores através das propagandas de TV, uma das mídias que mais recebe investimento publicitário, exercendo uma força de comunicação para a propaganda. Os materiais utilizados na pesquisa refletem a abordagem utilizada para determinar a intenção dos publicitários no uso de certos elementos em suas peças publicitárias para TV, influenciando pessoas a respeito de alguma coisa. Desta forma, a pesquisa observa a importância de se estabelecer uma relação entre o processo de criação da propaganda e seus efeitos sobre o telespectador.

Palavras-chave: propaganda; televisão; processo de criação; persuasão.

ABSTRACT

In this paper are expressed the records and perceptions that the propaganda, as well as its effects on the consumer, is extremely important in a capitalist society, it is taken as an activator agent of consumption through a rational and logical, or subjective and emotional approach. So, in this paper the objectives are to know and a better understanding of the elements used to persuade the viewers through the TV advertisements, one of the mediums that receive more advertising investment, exerting a force of communication for the propaganda. The materials used in the research reflect the approach used to determine the intent of publicity in the use of certain elements in their advertising pieces to TV, that influence people about something. Thus, the survey notes the importance of establishing a relationship between the process of creation of propaganda and its effects on the viewer.

Key words: propaganda; television; creation process; persuasion.

¹Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Produção Publicitária do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM)

²Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas.

INTRODUÇÃO

O debate em torno do poder de persuasão das mensagens publicitárias tem sido um assunto constante entre os estudantes da área de comunicação e profissionais dessa área.

Seja qual for a propaganda, os aspectos a serem observados são: primeiro, as variadas mídias (impressa, rádio, TV, Internet, etc.); segundo, os elementos de comunicação: visual, verbal, musical. Para cada um deles haverá diferentes significados de acordo com o contexto em que for empregado.

Analisando o meio de comunicação TV, e os elementos usados em suas propagandas, temos uma visão mais específica sobre essa mesma mídia, e a força de comunicação exercida pelas mensagens publicitárias.

O fascínio causado por esse aparelho no Brasil vem desde sua introdução no país nos anos 50 quando era considerado símbolo de status, já que tinha preço muito elevado. Longe disso, hoje, no século XXI, ela já pode ser encontrada em quase todos os lares e por isso é um meio de comunicação tão cobiçado pelos publicitários.

As propagandas televisionadas são caras, e de grande impacto, pois são transmitidas para todo país. Toda essa “magia” da TV combinada com uma idéia criativa de publicidade pode gerar lucros para seus anunciantes.

Os comerciais televisionados exibem inúmeras formas de genialidade dos seus criadores. Tudo isso é possível graças não só ao profissional, mas também aos recursos utilizados por ele. Esses recursos, quando bem utilizados, podem tornar-se uma grande arma na luta pela atenção dos consumidores e, o mais importante, o diferencial na hora da escolha da compra.

Para convencer o consumidor, valores universais positivos são agregados aos atributos técnicos e físicos dos produtos, criando um mundo bonito, perfeito, no qual sentimos vontade de viver.

Segundo Schweriner (2006), os produtos disponibilizados no mercado consumidor nos proporcionam sensações de prazer, encontrados

num total de quatro quanto percebemos os pecados capitais, relacionados com a busca do consumir: luxúria, inveja, gula e avareza. Dessa forma, há uma comprovação do quanto o consumo está presente no cotidiano das pessoas.

Por se ter percebido essa relevância da propaganda, surgiram inúmeras formas de divulgação de produtos e de abordagens persuasivas, atribuindo a cada mídia características específicas daqueles meios.

O trabalho de identificação do perfil do telespectador realizado pelos publicitários e profissionais de marketing tem contribuído para o emprego dos elementos presentes nas propagandas de TV, na busca da persuasão do telespectador/consumidor, numa mudança de comportamento, conforme Martins (1997).

1. IMPORTÂNCIA DA PUBLICIDADE PARA A SOCIEDADE CAPITALISTA

Conforme Schweriner (2006), estamos sempre em busca de uma solução para nossos problemas, tanto no sentido de completar imperfeições ou aprimorar suas habilidades mais primárias através de produtos, ou seja, o indivíduo, no papel de consumidor, pode adquirir algo para satisfazer qualidades suas, ou para suprir a falta ou deficiência de alguma qualidade que deseja ter.

Vários e distintos são os comportamentos de consumos encontrados numa sociedade capitalista.

2. EFEITOS DA PROPAGANDA SOBRE O CONSUMIDOR

O fator personalidade é fundamental na abordagem adequada com o consumidor. O conhecimento dos fatores externos e internos que influenciam a decisão de compra é uma arma poderosa para os publicitários.

Com a aproximação dos padrões de qualidade alcançado na fabricação de produtos,

lança-se um desafio aos publicitários em mostrar aos consumidores as diferentes qualidades que um produto tem e que outros, tão parecidos, não têm.

Para produzir efeitos sobre o consumidor, valores universais positivos são agregados aos atributos técnicos e físicos dos produtos. Dessa forma, quando uma jovem compra um batom para destacar seus lábios, está buscando sensações prazerosas que são disponibilizadas através dos produtos; neste caso, a jovem busca beleza, sensualidade, e feminilidade.

3. ELEMENTOS USADOS PARA PERSUADIR OS TELESPECTADORES ATRAVÉS DAS PROPAGANDAS VEICULADAS NA TV

Vários aspectos da comunicação formam a abordagem do tema aqui tratado. Foram considerados os aspectos da comunicação publicitária: redação, psicologia, criatividade, conceitos teóricos, ideologia; dos quais se enfatizou os aspectos da psicologia, especialmente a persuasão, para este artigo.

A persuasão é empregada através do discurso estruturado da propaganda que faz uso do discurso argumentativo com a finalidade de convencer o consumidor por meio de apelos verbais ou visuais com o propósito de fazer acreditar naquilo que se propõe, não havendo margem para um processo criativo embasado no improviso e intuição. A força da mensagem publicitária pode ser ocultada no valor dos fonemas, no uso das palavras, nos recursos estilísticos da linguagem, subsidiados em informações coletadas pelos publicitários e habilmente combinadas por esses.

A função persuasiva da publicidade é a tentativa de mudar a atitude do receptor. A mensagem se baseia no vazio interior existente em cada ser humano para dizer-lhe o que falta. Por isso, utilizam-se palavras que despertam o desejo de ser feliz. Dessa forma, quanto mais direta, acessível, e original, mais eficaz será a linguagem utilizada pela publicidade.

Através dos meios de comunicação de

massa, um grande número de consumidores aceita passivamente as informações intencionalmente preparadas para que elas se transformem em consumidores passivos e formadores de conceitos passionais. E assim, a publicidade cria um mundo positivo para satisfazer o lado insatisfeito do consumidor, ciente ou não, exposto aos estímulos transmitidos pelos meios de comunicação.

4. ABORDAGEM UTILIZADA PARA DETERMINAR A INTENÇÃO DOS PUBLICITÁRIOS NO USO DE CERTOS ELEMENTOS EM SUAS PEÇAS PUBLICITÁRIAS PARA TV

Gestalt e Behaviorismo não são estudos específicos da Comunicação Social, porém possuem princípios que contribuem para uma reflexão sobre o assunto.

Cada teoria tem sua característica principal. A Gestalt entende a necessidade da investigação dos acontecimentos da experiência cotidiana, enquanto o Behaviorismo contribui para a Psicologia com sua visão sobre a influência do meio social no comportamento humano.

O estudo Behaviorista mostra que o fundamento dessa teoria e o comportamento observável servem de base para o condicionamento. Esses dois pontos fazem com que a ação consumista se encaixe no Behaviorismo, desenhando uma abordagem comportamental utilizada pelo criador publicitário no processo de inserção de elementos na elaboração de peças publicitárias.

5. RELAÇÃO ENTRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA PROPAGANDA E SEUS EFEITOS SOBRE O TELESPECTADOR

Ao decidir sobre a cor predominante presente na capa de uma revista científica, o criador do projeto gráfico deve perceber a cor verde como sendo aquela cor que faz pensar sobre o passado (todos os artigos publicados na revista já é passado), de guardar quase tudo (o

registro realizado pelos artigos de uma revista tem a função de ser público), refreadora do estrelismo e do exibicionismo, sem significar ser tímido ou extrovertido (ideal para o tom de cientificidade). Considerando o que foi dito, como exemplo da relação do momento de criação e o consumidor, a criação de uma peça publicitária pode ser dominada pela presença de elementos que garantam a eficácia do poder de persuasão das propagandas. Assim, acontece no processo de criação de peças eletrônicas para TV.

Após uma seleção de propagandas comerciais veiculadas através da televisão por um determinado período na cidade de Manaus, foram feitas análises buscando a percepção da eficácia da utilização de elementos persuasivos em propagandas de TV.

Observou-se que a mudança de humor é uma das tônicas dos textos roteiros das peças eletrônicas veiculadas. A entonação exclamativa, o trocadilho, a música, a técnica da transferência utilizando pessoas famosas, o testemunho ou avaliações feitas por instituições reconhecidas, são elementos envolvidos na elaboração de uma abordagem de persuasão.

Para o universo da pesquisa, foi considerado um público entrevistado que consistiu de telespectadores (adultos e crianças) e profissionais da publicidade (criador publicitário).

Sendo clara as distinções dos pontos de vista entre os que assistem às propagandas e aqueles que as produzem, foram aplicados dois tipos de questionários: com perguntas fechadas (para os telespectadores) e outro com perguntas abertas (para os criadores publicitários). Ainda assim, foram realizadas visitas técnicas em que foram coletadas informações institucionais, participação em eventos de propaganda e marketing.

Nos questionários destinados aos telespectadores, considerou-se a tabela margem de erro. A margem de erro escolhida foi de 5% para a população infinita, ou seja, 400 (quatrocentos) entrevistados. O número de entrevistados foi dividido em quatro partes iguais, para ser aplicado em quatro bairros diferentes da cidade de Manaus. Os questionários foram aplicados durante a segunda

semana de maio / 2005, na parte da manhã, nos bairros: Centro, São Lázaro, Cidade Nova e Planalto. Considerou-se o aspecto de que os telespectadores apontam opiniões e atitudes explícitas e conscientes na decisão de comprar um produto.

Para os publicitários, a escolha foi um universo de dez entrevistados, criadores publicitários de diferentes agências de publicidade da cidade de Manaus, visando aspectos subjetivos do processo de criação e produção publicitária, buscando diversos pontos de vista sobre o processo de criação publicitária e sua influência sobre os consumidores / telespectadores.

Quando observado que uma porcentagem de 50% dos telespectadores entrevistados muda de canal quando começam a ser veiculados os comerciais (peças publicitárias de TV), 15% não muda, e que 35% às vezes, podemos constatar que o publicitário enfrenta dificuldade para chamar a atenção dos telespectadores. A saturação provocada pela exposição excessiva a um grande número de propagandas televisivas provoca um desvio de atenção no telespectador.

As diferentes personalidades apresentadas pelos telespectadores proporcionam um resultado misto. A música e a participação de pessoas atraentes prendem em maior número a atenção do telespectador, o que leva as pessoas a consumir um produto, mesmo sem necessitar. Assim, a propaganda realiza a sua função: vender (sendo algo necessário ou não).

A propaganda parece assumir um discurso que supera o próprio produto, ou seja, convencendo o consumidor a adquirir um produto, independente de sua qualidade. E, comprovadamente, esse discurso é reproduzido pelo consumidor quando da utilização dos *slogans* veiculados na mídia pelas propagandas.

É verdade que um *slogan* não é suficiente para que o telespectador possa tomar como verdade a superioridade de um produto sem o ter experimentado.

A eficácia da propaganda está na afirmação da marca perante o consumidor.

Mesmo que ele não adquira o produto, a lembrança da marca é importante, pois pode até indicar o produto a um amigo, ou despertar o interesse de um dia experimentar. Isso é a eficiência da propaganda em exercer o seu papel estando presente na vida das pessoas.

Quando o consumidor possui o hábito de consumir determinado produto, a propaganda tem a função de quebrar esse paradigma. Ocorre a interferência no costume do consumidor através da utilização de táticas que intensificam os desejos básicos dos consumidores: comer e beber. O êxito está em provocar uma ação no telespectador.

Um conjunto de elementos são citados pelos profissionais de criação publicitária quando se fala sobre a qualidade da propaganda.

As cores são fundamentais na harmonia do comercial. Cores suaves prejudicam todo o trabalho de criação que visa transmitir um produto expressivo. As cores suaves ficam mais para os produtos que tendem a transmitir serenidade.

O *slogan* para o publicitário é vital na composição da idéia que se pretende passar. Ele tem a função de conceituar o produto perante o consumidor.

Muitos recursos são utilizados pelos criadores publicitários, não sendo forte o uso específico de um recurso ou tendência. A preferência por determinado elemento difere de acordo com o produto a ser oferecido.

Ao chegar em um resultado positivo na produção e execução de um trabalho publicitário, observa-se os tons de verdade e neutralidade utilizados pelos criadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o quadro geral do tema apresentado neste artigo, pode ser destacada a influência que a propaganda exerce sobre a sociedade da cidade de Manaus.

A propaganda está presente no dia a dia dos manauenses, nas conversas, pensamentos e

atitudes. Ela persuade os indivíduos de tal forma a provocar ações suggestionadas por suas idéias, evidenciadas na pesquisa aqui realizada.

A maioria dos telespectadores entrevistados demonstrou ser influenciável por propaganda de TV. Mesmo que seja só em alguns segmentos. Esse fato comprova uma hipótese abordada no início da pesquisa: a maioria das pessoas acaba adquirindo ou utilizando um produto que na verdade não tinha intenção de comprar.

Perceber esse fenômeno é rotineiro em uma sociedade consumista, pois as propagandas enfatizam tanto, e de tantas formas, a qualidade dos produtos, que fazem o consumidor confiar no que é dito. A grande quantidade de vezes que uma propaganda é transmitida pela TV, e a repetição do que é dito, acaba induzindo atitudes nas ações dos telespectadores. E é realmente isso que os publicitários desejam.

Muitas pessoas aceitam como verdade o que dizem as propagandas, incorporando no seu cotidiano as mensagens publicitárias.

Há uma interação por parte dos publicitários de agir no subconsciente dos consumidores.

Vale lembrar que 70% dos telespectadores entrevistados usam ou já usaram frases de comerciais em suas conversas. A maioria, também, já comprou produtos de marcas que não era habituado por causa das propagandas de TV. E em relação aos publicitários, a grande preocupação na criação do *slogan* e dos *jingles* está diretamente ligada com a intenção de inserir o produto na mente dos consumidores.

O perfil dos publicitários, em relação à criação, está voltado para a importância do sucesso das campanhas publicitárias. E para isso, o conhecimento das técnicas disponíveis e seus efeitos, são fundamentais. Os criadores se preocupam com a eficácia da propaganda em transmitir a idéia do anunciante, e assim, estão sempre atentos a buscar qualidade em suas criações.

As mensagens publicitárias possuem um papel importante na decisão de compra dos manauenses. Podem ser decisivas no quesito escolha do produto. E podem, ao mesmo tempo,

e elevar as vendas, como também, e estancar uma liquidação.

Os responsáveis pela propaganda de TV têm consciência do poder de comunicação e persuasão das mensagens. Com seus inúmeros recursos, a TV possibilita uma variedade para efetivar-se a persuasão sobre o consumidor.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Roberto Mena. *Criatividade em Propaganda*. São Paulo: Summus, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão – seguido de A influência do jornalismo e Os jogos olímpicos*. [S.l.]: Editora Jorge Zahar.

CALAZANS, Flávio. *Propaganda Subliminar Multimídia*. 6ª. ed. São Paulo: Summus, 1992.

CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: A Linguagem da Sedução*. São Paulo: Ática, 1996.

GADE, Christiane. *Psicologia do Consumidor e da Propaganda*. São Paulo: EPU, 1998.

GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica*. 3ª. ed. [S.l.]: Brasiliense, 1984.

GUARESCHI, Pedrinho. *A Comunicação e Controle Social*. Petrópolis: Vozes.

HOHLFELDT, Antonio. et al. *Teorias da Comunicação – Conceitos, Escolas e Tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

KOTLER, Philip. *Marketing de A a Z*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MARTINS, Jorge S. *Redação Publicitária: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 1997.

RAMOS, Ricardo. *Propaganda*. 4ª. ed. São Paulo: Global, 1998.

SAMPAIO, Rafael. *Propaganda de A a Z: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso*. RJ: Campus, 1999.

SANDMANN, Antônio José. *A Linguagem da Propaganda*. 7ª. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHWERINER, Mário E. René. *Comportamento do Consumidor*. Ed. Saraiva, 2006

VESTERGAARD, Torben. *A Linguagem da Propaganda*. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIEIRA, Stalimir. *Raciocínio Criativo na Publicidade*. São Paulo: Loyola, 1999.

ESCOLA E ARBORIZAÇÃO: UMA PRÁTICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Janari Rui Negreiros da Silva¹

Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas

janari@cefetam.edu.br

Diego Cunha de Albuquerque²

Secretaria Estadual de Educação do Amazonas

diegocunha@inpa.gov.br

RESUMO

O presente artigo é parte de trabalho de conclusão de curso e teve como objetivo pesquisar de que forma se apresenta a variável arborização em uma escola e seu entrelaçamento aos princípios da ferramenta educação ambiental. Este foi realizado em uma escola estadual localizada no bairro do Mauazinho, zona sul da cidade de Manaus-AM. Os resultados obtidos indicam que os discentes compreendem o valor do elemento árvore para o ambiente da cidade. Todavia, quando ocorrem danos materiais causados pelas mesmas, percentuais significativos apontam para sua exclusão do meio urbano. Estes resultados evidenciam, ainda, que a educação ambiental tem sido efetivada pelo viés da fragmentação. Ante o exposto, entendemos que a escola deve incluir a variável ambiental no seu planejamento, além de assumir programas educacionais, tendo a arborização com prática efetiva no seio escolar. Esta inserção deve assumir a educação ambiental, buscando-se a percepção dos problemas da natureza em sua totalidade, para a consolidação de valores socioambientais.

Palavras-chave: escola; meio ambiente; educação ambiental e arborização.

ABSTRACT

This study had like objective research how the arborization variable at school and the interlacement in the principle of the environment education like a tool. It was realized in a state school situated in the district of Mauazinho, south zone of the Manaus city. The results obtained shows that the people know the worth of a tree to the environment of the city. However, when some material damage happens caused for itself, significatives percentage point to the exclusion of the urban places. These results evidence that the environment education has been executed fissure fragmentation. With this, we understand that the school must include the environment, variable in its planning, and make educational programs, doing the arborization like permanent practice at school. This implantation must assume the environment education, trying to get the perception of the problems of the nature in itself totalities, to the consolidation of the environment number values.

Key words: school; environment; environment education and arborization.

¹Professor vinculado ao CEFET-AM. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

²Professor vinculado à Secretaria de Educação do Amazonas. Graduado em Biologia.

INTRODUÇÃO

As cidades são ambientes criados pelo homem para atender às suas necessidades de socialização, moradia, agregação de serviços, como: saúde, educação, cultura e lazer; e, nesse sentido, exigem ser administradas utilizando instrumentos que mantenham equilíbrio dessas necessidades, pois hoje constituem o ambiente da maioria da população mundial, um processo irreversível e tendencioso ao aumento consecutivo. Por isso, soluções devem ser buscadas para o restabelecimento das necessárias condições ambientais, que trarão, conseqüentemente, melhoria à qualidade de vida da população.

O Brasil padece de um crescimento populacional e industrial sem planejamento, o que ocasiona graves problemas ambientais e, conseqüentemente, à saúde e ao bem-estar da população.

No Estado do Amazonas essa realidade não é diferente. Manaus é uma cidade com crescimento desorganizado, apresentando vários problemas, dentre os quais: deficiência no abastecimento de água potável para parte da população; invasões e desmatamentos; praticamente ausência no tratamento de esgoto; falta de áreas verdes e de arborização nas vias públicas.

As árvores promovem também diversos benefícios nas áreas urbanas, tais como: regularidade do clima; redução da poluição atmosférica; melhoria do ciclo hidrológico (melhor regularidade de chuvas); redução da velocidade dos ventos; melhoria nas condições do solo urbano; aumento da diversidade e quantidade da fauna nas cidades, especialmente de pássaros; melhoria das condições acústicas, diminuindo a poluição sonora; opções de recreação e lazer em parques, praças e jardins; valorização dos imóveis; e embelezamento das cidades (LANGOWSKI & KLECHOWICZ, 2001).

Apesar de estar rodeada pela Floresta Amazônica, que agrega a maior biodiversidade do planeta, grande parte da população da cidade de Manaus desconhece a importância da flora, não obstante, a vê como um obstáculo a ser retirado do caminho.

Além disso, o poder público não planeja o crescimento da cidade, e muito menos das

possíveis áreas verdes para manter uma boa qualidade ambiental. As conseqüências disso são bairros desprovidos de vegetação, uma cidade em crescimento, mas sem variados espaços destinados a áreas verdes.

Vemos que a questão não está centrada somente no poder público em não arborizar a cidade, mas também na falta de consciência ambiental da população. O que redundará em árvores plantadas, porém depredadas, ocasionando em investimento perdido.

No processo de informação para que as pessoas se conscientizem da importância do papel das árvores, a educação ambiental se constitui em ferramenta fundamental. Todavia, esta variável ainda não é devidamente utilizada pela Escola, permeada por princípios holísticos, conforme descrito nos resultados contidos nas tabelas a seguir.

2. PERFIL DO UNIVERSO AMOSTRAL

Para caracterização do perfil do aluno foram considerados os seguintes itens: faixa etária, estado civil, escolaridade dos pais (ou responsáveis) e o tipo de moradia. A seguir poderá esses dados poderão ser melhor acompanhados através das tabelas n°. 1 e 2.

Tabela 1 - Perfil dos discentes pesquisados.

Sexo	Masculino	45%
	Feminino	55%
Idade	16-18	21%
	19-21	35%
	22-24	15%
	25-27	4%
	=28	3%
	Não informado	22%
Estado civil	Solteiro	82%
	Casado	14%
	Separado	15%
	Não informado	3%
Tipo de moradia	Casa	93%
	Apartamento	5%
	Não informado	2%

Fonte: Pesquisa de Campo

De acordo com a tabela nº. 1, vemos que há predominância do sexo feminino sobre o masculino. Já no item que trata do fator idade, percebemos a significância da faixa etária entre 19 e 21 anos. O que no entender de alguns autores clássicos constitui em boa condição fisiológica para apreensão dos códigos sociais. Além dos resultados mencionados, vemos que a grande maioria dos discentes reside em casas.

Tabela 2 - Escolaridade dos pais dos discentes pesquisados.

Escolaridade	Pai ou responsável	Mãe
Sem Instrução	11%	13%
Ens. Fundamental	53%	56%
Ens. Médio	27%	21%
Ens. Superior	6%	5%
Não informado	3%	5%

Fonte: Pesquisa de Campo

Em relação à escolaridade, há paridade entre pais e mães, mais da metade possui apenas Ensino Fundamental. O fator apresentado nos remete a refletir acerca da percepção qualitativa da questão ambiental, por discentes com pais com nível elevado de escolarização.

3. ANÁLISE DOS DADOS CONTIDOS NAS TABELAS

A tabela a seguir se refere ao desdobramento das respostas dadas à primeira assertiva, do questionário aplicado, que trata da importância das árvores para o ambiente urbano.

Tabela 3 - Primeira assertiva.

Questão	C	CP	D	DP
As árvores trazem benefícios para o meio ambiente urbano da cidade	84%	16%	0%	0%

Fonte: Pesquisa de Campo

Podemos verificar na tabela nº 3, que os alunos apresentam uma visão holística da função das árvores para o ambiente urbano. Gutiérrez & Prado (2002) afirmam que a dimensão holística é fundamental para superação dos problemas globais que hoje nos deparamos.

Segundo Sirks (2003), a cidade constitui um novo ecossistema, natureza transformada e modificada, diferente do ambiente natural, mas não fora dele, estando sujeita aos seus ciclos, dinâmicas e reações. Como, em geral, as ações do homem tendem ao desequilíbrio, há sérias consequências, como alagações, erosão, desabamentos, temperaturas elevadas etc., que deterioram a qualidade de vida dos habitantes da cidade. Por outro lado, a presença de árvores no ambiente urbano contribui para o restabelecimento de um ambiente equilibrado.

Tabela 4 - Segunda assertiva.

Questão	C	CP	D	DP
A presença de árvores no ambiente urbano atrapalha o cotidiano das pessoas.	3%	7%	82%	8%

Fonte: Pesquisa de Campo

Em relação à tabela nº. 4, o objetivo da assertiva era avaliar a relação cotidiana das pessoas com o elemento árvore. Os resultados obtidos evidenciam que os alunos não vêem essa variável como empecilho para o cotidiano da população.

É importante que as pessoas não vejam as árvores como mais uma causa geradora de problemas urbanos. Não há o que se discutir quanto à sua importância para um ambiente saudável e equilibrado, contudo as pessoas, muitas vezes, levam apenas em consideração os inconvenientes ou aborrecimentos. Daí reside a importância da informação sobre os benefícios das árvores na vida do ser humano.

Tabela 5 - Terceira assertiva.

Questão	C	CP	D	D P
A manutenção de árvores na cidade é um desperdício do dinheiro público.	6%	10%	74%	9%

Fonte: Pesquisa de Campo

Na tabela nº. 5 buscou-se verificar se as pessoas estão dispostas arcar com os custos de um ambiente saudável e se vêem arborização como um investimento na qualidade de suas vidas. Pelo resultado, vemos que os pesquisados reconhecem a arborização como variável fundamental na melhoria das condições da cidade.

Um fator importante a ser considerado neste caso, é a depredação das árvores usadas na arborização. É preciso evidenciar o quanto é prejudicial a ação predatória, essa representa desperdício do dinheiro público. Além disso, segundo Gonçalves *et al.* (2004) a arborização é uma atividade onerosa e, portanto, requer um planejamento adequado. É preciso que haja planejamento dos órgãos públicos que a realizam, é mister plantar o vegetal na época certa e escolher a espécie mais adequada para cada local, e ter um permanente programa de educação ambiental.

Tabela 6 - Quarta assertiva.

Questão	C	CP	D	DP
Uma árvore ao modificar a estrutura de uma calçada ou passeio deve ser cortada.	39%	12%	40%	9%

Fonte: Pesquisa de Campo

A finalidade da assertiva constante da tabela nº. 6, era medir o que os pesquisados

consideram mais importante: o elemento árvore ou construções em vias públicas e/ou privadas. O resultado demonstra que há uma proximidade entre os que concordam e discordam. Analisando estes índices, notamos um viés à contradição. Pois, em assertiva anterior, 100% dos pesquisados reconhecem que há benefícios com a presença de árvores no ambiente urbano, contudo, quando ocorre prejuízo material causado pelas mesmas, os discentes em percentual significativo, entendem que devem ser cortadas.

A priorização do elemento artificial em detrimento do elemento natural pode ser observada nas ruas de nossa cidade, onde a cada dia árvores são retiradas para ceder espaços as construções humanas. Essa opção traz sérias conseqüências ao ambiente. Sirkis (2003) alerta para efeitos inesperados quando a ação do homem sobre o ambiente tende ao desequilíbrio.

É importante estabelecer regras próprias de uso do solo e de edificações, adaptadas às condições locais e pactuadas entre os poderes públicos, as comunidades e os demais interessados (SIRKIS, 2003). A regulamentação é importante, mas de nada adianta sem o envolvimento da comunidade local, e é nesse ponto que a educação ambiental é fundamental como ferramenta transformadora de valores e atitudes que conduzam à conservação do ambiente tanto natural como o criado pelo homem.

Tabela - 8. Sexta assertiva

Questão	C	CP	D	DP
A arborização no ambiente escolar danifica e suja seus espaços.	14%	16%	56%	11%

Fonte: Pesquisa de Campo

Este quesito averigua se as árvores são vistas como algo prejudicial no ambiente escolar. Os resultados expressam que a maioria não as vê como um elemento prejudicial.

Segundo Reigota (2001) um dos objetivos da educação ambiental é:

Levar os indivíduos e os grupos a adquirir o sentido dos valores sociais, um sentimento profundo de interesse pelo meio ambiente e a vontade de contribuir para sua proteção e qualidade (p. 32).

E para que este objetivo seja atingido em relação à arborização, é fundamental a presença de árvores no ambiente escolar, o que favorecerá o processo educativo do aluno. É importante que veja as idéias postas em prática. Não adianta um professor falar em arborização, quando aluno observa a escola e não vê uma única árvore. Esta precisa dar o exemplo aos discentes, motivando-os a reproduzirem a idéia ao conjunto da sociedade.

Tabela 9 - Sétima assertiva

Questão	C	CP	D	DP
O tema arborização é incluído em eventos na escola e desenvolvido em sala de aula.	32%	19%	41%	8%

Fonte: Pesquisa de Campo

Vemos na tabela anterior, índices que apontam para o viés da fragmentação. De acordo com as respostas percebemos um conflito de opiniões. Fato que talvez seja oriundo da prática pedagógica ou problemas com a hermenêutica da questão.

O problema da fragmentação do conhecimento é um tema recorrente nas obras de muitos teóricos da área educacional, como Paulo Freire, Marcos Reigota e Edgar Morin. E há um consenso de que uma educação ambiental pautada pelo viés anteriormente citado, está fadada ao fracasso no cumprimento de seus objetivos.

Estamos no centro da maior floresta do mundo, muito se fala da importância desta, mas pouco se fala sobre a importância dos vegetais no ambiente urbano. Nossa região se não tratada

de forma responsável pode ser transformada em lugar inóspito. Nesse sentido, a escola ganha legitimidade para contribuir na ajuda de resolução de tal problemática.

É preciso que o tema arborização seja abordado de maneira constante. Sua inclusão favorece à implantação de projetos de arborização. Além disso, a discussão sobre sua importância ajuda a evitar a depredação das árvores plantadas e estimular o plantio pelo estudante em sua casa. O cuidado com árvores, como tudo referente à questão ambiental, deve ser contínua na vida dos estudantes.

Tabela 10 - Oitava assertiva.

A temática educação ambiental é abordada nas atividades pedagógicas desenvolvidas na escola e/ou em sala de aula.	46%	22%	23%	9%
---	-----	-----	-----	----

Fonte: Pesquisa de Campo

A tabela anterior nos revela que a questão ambiental e suas variáveis desenvolvidas no seio da instituição pesquisada, não atendem aos reclamos de um processo amparado pela totalidade. A maioria respondeu que a educação ambiental está presente, porém sua concepção metodológica padece pela fragilidade conceitual. Para Reigota (2001), a educação ambiental pode influir decisivamente na resolução dos complexos problemas ambientais planetários ao formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Cabe ressaltar, que a educação ambiental não deve ser feita somente sobre a natureza conservada. O professor não deve esquecer que o ambiente transformado da cidade também deve ser priorizado pela educação ambiental. Reigota (2001) afirma ainda, que a natureza conservada não deve ser apresentada como modelo, já que o que existe no cotidiano entre o homem e a natureza é uma

relação de permanente transformação de ambos. É claro que é importante esclarecer aos alunos que precisamos preservar determinados locais.

Enfatiza ainda o mencionado autor:

A educação ambiental que visa à participação do cidadão na solução dos problemas deve empregar metodologia que permitam ao aluno questionar dados e idéias sobre um tema, propor soluções e apresentá-las. Esse é o método ativo (2001 p.38).

Vemos sob a perspectiva de Marcos Reigota, que a educação ambiental necessita estar incluída em um projeto de Estado, amparada pela concepção socioambiental.

Tabela 11 - Nona assertiva.

Questão	C	CP	D	DP
O ambiente escolar necessita de um programa permanente de arborização onde a educação ambiental seja a ferramenta utilizada para conscientizar o aluno	87 %	9%	2 %	2 %

Fonte: Pesquisa de Campo

Revelam-nos os números apresentados na tabela nº. 11, um caráter subjetivo da interface ambiental. Porém, vemos que na materialização de um processo que atenda à magnitude da crise, deve constar um projeto de arborização assumido pela sociedade, onde a educação ambiental se consolide com uma prática transformadora.

Tabela 12 - Décima assertiva.

Questão	C	CP	D	DP
O aluno deve exigir participação como agente nos programas de arborização da escola.	74%	20%	4%	2%

Fonte: Pesquisa de Campo

É importante que haja esse interesse dos alunos na execução de um plano de arborização. Nesse sentido, Victorino (2000) enfatiza que educação ambiental não é somente aquisição de conhecimento, mas também a mudança de comportamento, a de determinação para a ação e busca de soluções para os problemas.

Segundo Reigota (2001), os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão às soluções. É preciso que haja uma efetiva participação do cidadão na resolução dos problemas, sem o comprometimento desses de nada adianta ações de políticos ou tecnocratas.

Afirma Célia Victorino (2000), que:

a derrubada de uma árvore provoca dano maior do que se possa imaginar. Quando uma árvore tomba, põe ao chão várias outras que estão ao seu redor, e quando é arrastada pelas máquinas pesadas ela continua a devastação, danificando as que estão próximas, tornando-as presas fáceis de doenças. (p. 124)

Com efeito, ante as análises verificadas no âmbito desta investigação e a citação da professora, vemos o quão é importante instruir o homem a respeito de sua relação com a natureza e suas consequências. Esse processo formativo deve englobar também a construção de uma identidade ambiental, onde a educação ambiental seja o eixo político dessa dimensão. Além disso, torna-se necessário substituir o atual modelo de produção industrial, por um de desenvolvimento sustentável que assuma o viés socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas ambientais exigem ações que materializem saberes em práticas. A educação ambiental por seu caráter transversal e multidisciplinar é uma das alternativas nas resoluções de tais problemas, desde que posta em prática com tais características, e não praticada de forma simplificada semelhante a princípios de ecologia.

Os resultados obtidos por esta pesquisa indicam que os discentes compreendem a importância do elemento árvore para o ambiente da cidade. Porém, quando ocorrem danos materiais causados pelas mesmas, percentuais significativos apontam para sua exclusão do meio urbano.

Quanto à educação ambiental, os resultados apontam que não está amparada por um processo holístico. A fragmentação pouco contribui para formação de cidadãos conscientes, e muito menos para mudanças de atitudes e valores dos educandos em prol de uma sustentabilidade social.

REFERÊNCIAS

- BORTOLETO, Silvana. *Inventário quali-quantitativo da arborização viária da ESTÂNCIA DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO-SP*. Piracicaba: ESALQ/USP, 2004. Dissertação (Mestrado em Agronomia), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2004.
- COSTA, L. A.; HIGUCHI, N. *Arborização de Ruas de Manaus: Avaliação Qualitativa e Quantitativa*. Revista *Árvore*, Viçosa, v. 23, n. 2, p. 223-232, 1999.
- FERREIRA, L. V.; VENTICINQUE, E.; ALMEIDA, S. *O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas*. Estud. av., São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.
- GONÇAVES, E. O.; PAIVA, H. N.; GONÇALVES, W.; JACOVINE, L. A. G. *Avaliação qualitativa de mudas destinadas à arborização urbana no Estado de Minas Gerais*. Rev. *Árvore*, Viçosa, v. 28, n. 4, p. 479-486, 2004.
- GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.
- HAYES, Bob E. *Medindo a Satisfação do Cliente*. Editora Qualitymark. Rio de Janeiro, 2001.
- LANGOWSKI, Eleutério; KLECHOWICZ, Neuceli. *Manual Prático de Poda e Arborização Urbana*. Cianorte: APROMAC, 2001.
- MACEDO, S.S. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- MANAUS. Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente. *Como podar e cortar árvores na cidade de Manaus*. Manaus, 2006.
- MENEGUETTI, Gabriela Ignarra. *Estudo de dois métodos de amostragem para inventário da arborização de ruas dos bairros da orla marítima do município de Santos, SP*. Piracicaba: ESALQ/USP, 2003. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2003.
- MESQUITA, L. B. *Memórias do verde urbano de Recife*. In: Congresso brasileiro sobre arborização urbana, 3, Salvador, 1996. Anais. Salvador, 1996. p. 60-70.
- MILANO, M. S.; DALCIN, E. *Arborização das vias públicas*. Rio de Janeiro: Light, 2000.
- MIRANDA, Alair dos Anjos; BEZERRA, Aldenice Alves; SILVA, Jorge Gregório; ORTIZ SARABIA, Raul Hernan. *Educação Ambiental: estudos numa perspectiva para uma sociedade sustentável no município de Manaus*. Manaus: EDUA, 2004.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 8ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2003.
- MOTA, Suetônio. *Introdução a Engenharia Ambiental*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ABES, 2003.
- ORTIZ SARABIA, Raul H. *Educação Ambiental na Região Amazônica e Desenvolvimento Sustentável*. Manaus: Editora da UFAM, 1999.

PRANCE, G. T.; SILVA, M. F. *Árvores de Manaus*. Manaus: INPA, 1975.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. *Meio ambiente e representação social*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, N. R. Z; TEIXEIRA, I. F. *Arborização de vias públicas: ambiente x vegetação*. Santa Cruz do Sul: Instituto Souza Cruz, 2001.

SILVA, E. M.; SILVA, A. M.; MELO, P. H.; BORGES, S. S.; LIMA, S. C. 2002. *Estudo da arborização urbana do bairro Mansour, na cidade de Uberlândia-MG*. Caminhos da Geografia. 3 (5), 73-83.

SILVA, Janari R. N. *A Educação ambiental no Projeto político-pedagógico da Universidade Federal de Roraima*. Manaus: UFAM, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SIRKIS, Alfredo. Cidade. In: TRIGUEIRO, André (coordenador). *Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

TRIGUEIRO, André (Coordenação). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VICTORINO, Célia J. *Canibais da natureza: educação ambiental, limites e qualidade de vida*. Petrópolis: Vozes, 2000.

A MÚSICA NA CIDADE DE MANAUS NO SÉCULO XX: PREMISSAS CULTURAIS E HISTÓRICAS

Alexandre Ludvig¹

Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas
xandisax@hotmail.com.br

RESUMO

Compreender a cultura local e todas suas nuances é fundamental para que um povo valorize e desenvolva sua cultura local, mesmo porque um povo sem cultura é um povo sem história, e a história de um povo não pode ser contada sem a influência direta da cultura. Dentro do contexto cultural-histórico de Manaus existem vários momentos que definem bem algumas fases, momentos, mudanças e transformações, e entender todas essas nuances sociais sofridas no decorrer de décadas é de extrema valia para que a cultura local seja mais valorizada hoje. As festas populares realizadas em Manaus são riquíssimas, trazem em si uma gama de possibilidades históricas, mas que na sua grande maioria fazem parte apenas de uma exteriorização cênico-artística, sem se conhecer sua origem, sua história, e seus significados.

Palavras-chave: cultura; música; História; Manaus.

ABSTRACT

To understand the local culture and all its nuances is basic so that a people values and develops its local culture, exactly because a people without culture is a people without history, and the history of a people cannot be counted without the direct influence of the culture. Inside of the context cultural-description of Manaus some moments exist that define well some phases, moments, changes and transformations, and to understand all these social nuances suffered during decades are of extreme value so that the local culture more is valued today. The popular parties in Manaus are very rich, bring in itself a set of historical possibilities, but that in its great majority they are part only of an scenic-artistic “outside”, without if knowing its origin, its history, and its meaning.

Key-words: culture; music; History and Manaus.

¹Professor vinculado ao CEFET-AM. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

INTRODUÇÃO

A vida cultural amazonense sempre foi, para as demais regiões de nosso país, motivo de curiosidades e pesquisas, não por feições estéticas, mas sim pela riqueza de detalhes, características marcantes e mudanças significativas no decorrer da História.

Daí a busca por encontrar-se, da forma mais específica possível, as matizes e premissas de uma vida cultural tão diversificada e rica na cidade de Manaus, resgatando raízes anteriores, no século XIX, mas detendo-se especificamente na rotina cultural-musical a partir do século XX.

A capital amazonense se sobressai nesse contexto, onde a partir de acontecimentos e conjunções históricas a vida cultural expandiu-se, e mais do que isso, passou a sofrer influência direta da cultura européia.

Inevitavelmente ao pesquisar-se a cultura amazonense e suas diversidades na cidade de Manaus, haveremos de buscar fontes na música produzida, cantada e tocada na cidade, nos casarões dos Coronéis da Borracha e seus *Saraus* com músicos trazidos da Itália e da França, nos Bares e Botequins da cidade onde a vida cultural na forma de Poesia, Literatura, e política crescia de forma intensa, no Teatro Amazonas onde as principais Companhias de Ópera se apresentavam custeadas pelos *Barões da Borracha*, nas festas populares e procissões que já se espalhavam na vida religiosa da cidade, e nas escolas de música que já se faziam presentes no cotidiano de Manaus.

Dentro desse contexto musical e cultural de Manaus, influenciado pelo desenvolvimento que a borracha trouxe, e pelas manifestações cultural-musicais trazidas da Europa, temos ainda a globalização, uma tendência e uma vertente mundial, de onde não nos excluimos.

Frente a todo esse contexto cultural-musical indagamos: Onde, em nossa música produzida e vivida na Manaus de hoje, encontramos raízes culturais e regionais nativas? Até que ponto nossa cultura musical local foi influenciada pela miscigenação e pela música européia?

Temos então, como foco deste artigo, delinear um perfil cultural-musical da cidade de Manaus no século XX, procurando identificar traços da cultura local que tenham se perdido frente a acontecimentos econômicos, sociais e políticos, procurando definir, da forma mais pontual possível, aspectos de culturas externas que influenciaram a cultura e a música amazonense no século XX.

1. CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

Manaus, uma cidade cuja população é formada por diferentes origens, nacionalidades, múltiplas procedências, também acolheu hábitos diferentes e, em meio a tantos outros, os torna comuns. Os resultados foram as disseminações de ideologias, avanços sociais foram experimentados, e dentre muito mais, surgiu um apetite muito grande por cultura, especialmente por música, que envolvia desde as possibilidades de manifestações populares a espetáculos cênicos. Mas para entendermos a realidade músico-cultural do século XX em Manaus, faz-se necessário uma imersão em seu contexto social da época, uma busca pelo imaginário popular daqueles que compunham a sociedade local.

Aqui, bem nos cabe a fala de Morin (2002), salientando que “não há sociedade sem cultura”, e que a história de um povo e suas tradições culturais, são seu bem mais precioso.

O complexo cultural amazônico compreende um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida que delineiam uma organização social e um sistema de conhecimentos, práticas e usos de recursos naturais, extraídos pelos índios da floresta, rios, lagos, várzeas e terras firmes que estruturam a sua vida econômica. Segundo Benchimol (1996), “essas práticas e usos foram responsáveis pelo surgimento de uma base de subsistência”, e esta base serviu de apoio para a formação da sociedade amazônica no seu processo histórico-cultural.

A busca por fatos históricos e vivências sociais de época nos leva a um passado antigo da cidade. Uma análise dos contextos sociais não nos

basta ao buscarmos a historicidade da cidade de Manaus, mas uma visão crítica sim. Manacorda (1996) nos salienta que uma análise crítica dos contextos sociais revela mais que cotidianos ou hábitos, mas uma “vivência arraigada em História e Tradições”. Ao buscar-se na vida cultural de Manaus caminhos e descaminhos em sua trajetória, a análise crítica então necessariamente precisa permear a visão, para que se aproxime ao máximo dos fatos e rumos seguidos pela sociedade.

Manaus também foi sede de Capitania, capital de Província, chamada de *Lugar da Barra*. Passou a *Vila de Manaus* em 1833. Em 1848 passou de vila a *Cidade da Barra do Rio Negro*, e em 1852 mudou de *Cidade da Barra* para *Cidade de Manaus*, em seguida *Manaós*, e então *Manaus*.

Neste período de colonização temos que falar também da cultura indígena como uma verdadeira fonte nativa de informações. Segundo Benchimol (1999), os índios no Amazonas desenvolveram as suas matrizes e os seus valores a partir de um íntimo contato com o ambiente físico e biológico. O seu ciclo de vida se adaptava às peculiaridades regionais, delas retirando os recursos materiais de subsistência e as fontes de inspiração do seu imaginário de mitos, lendas e crenças. Benchimol (1999), ainda nos salienta que “especiarias, drogas do sertão, ervas medicinais, madeiras, óleos, essências, frutos, animais, pássaros, bichos de casco e peixes”, constituíram um mundo novo e exótico que alimentava a cobiça do colonizador e excitava o paladar dos novos senhores. Neste sentido, de contato com uma cultura nova e diferente, centenas de nações e etnias pouca resistência puderam oferecer ao invasor europeu.

Dentro da miscigenação, característica da colonização amazonense, também houve a destruição de muitos valores da cultura indígena e sua destribalização pelas missões e pelo processo de conversão do gentio. Ainda segundo Benchimol (1999), no processo de miscigenação e cruzamento de raças, decorrida a fase de superação dos preconceitos, conseguia absorver e integrar as diferenças e nuances étnicas e antropológicas. “Portugueses, espanhóis, italianos, negros, judeus, sírio-libaneses, nordes-

tinios e sulistas”, geraram, nesse processo de miscigenação, enorme massa da população mestiça, que passava pelo mulato, mameluco, mestiço, crioulo, cafuzo, curiboca, cabra, caboclo, uma imensa variedade de cruzamentos de várias etnias, que aqui se fixaram.

Muitas foram as nacionalidades que aportaram em Manaus na virada do século XIX – XX. O “ouro” regional era a borracha, e implantara-se então um ciclo econômico extrativista muito forte. Mas os ingleses foram a principal força do *ciclo da borracha*.

Segundo Souza (1977), os ingleses dominavam a comercialização da borracha. Uma agência do *London Bank for South América* foi instalada em Manaus antes mesmo de outra casa bancária brasileira. A libra esterlina circulava como o mil Réis, e os transatlânticos ingleses faziam linhas regulares entre a capital amazonense e Liverpool. A força e a influência inglesa eram muito fortes.

Os coronéis da borracha dependiam politicamente de Londres, mas, culturalmente, seus olhos estavam na França e na Itália. Mantinham uma relação longínqua com o Rio de Janeiro. Encenações operísticas, bordéis luxuosos com fachada européia, diamantes e pérolas, tudo isso trazia uma negação ao regionalismo local e à cultura popular, então ávida por alicerçar-se com raízes regionais, raízes estas que já começaram a se perder na mistura de raças e influências externas.

Na fala ainda de Souza (1977), a cidade de Manaus sempre viveu de ilusões, de períodos de grandeza e de marasmo econômico, mas sempre foi vítima de surpresas, de fatos e medidas vindas de fora para dentro. Sua tradição é de cidade fronteira, sem sedimentação cultural própria, e parece que a cultura extrativista permanece viva mesmo no século XX.

A infra-estrutura urbana de Manaus ainda hoje é a mesma de 1910, que se preocupa com as comodidades de uma elite minoritária. A cidade dos barões da borracha não foi construída para atender o proletariado industrial da Zona Franca, nem mesmo o maciço êxodo do interior. Ela sempre quis parecer uma miniatura

tropical de Paris. Como estabelecer então um regionalismo cultural com uma realidade tão apegada a uma cultura importada?

Na fala de Costa (1987), na virada do século XIX - XX, Manaus estava no apogeu econômico, o Amazonas sustentava o governo da República com as rendas, e a borracha tinha valor comercial de ouro. As literaturas e registros de época ressaltam que a estrutura urbanística de Manaus foi construída em 4 anos, no governo de Eduardo Ribeiro, sem tratores ou máquinas modernas, tudo era carroças e burros.

Salientamos aqui um pouco das características da sociedade da época. O custo de uma cerveja nessa época era de \$1500 reis e a champanhe custava meia libra de ouro. Tudo vinha da Europa, estátuas, pontes, telhas, paralelepípedos, mármore, vinho. Havia de tudo e com fartura. Bares havia bastante, a Bolsa, o Pavilhão, os Terríveis, Bar Avenida, a Boêmia, a Fênix, Itatiaya (que depois virou a Confeitaria Colombo), Porta Larga, e a Casa do Chopp na já Avenida Eduardo Ribeiro.

2. AS ARTES NO INÍCIO DO SÉC. XX

No contexto social que vivia Manaus, de miscigenação de costumes e culturas, é criado em julho de 1898 a *Academia Amazonense Propagadora das Belas Artes*. Segundo Páscoa (1997), inicialmente a Academia era um estabelecimento particular, passou, por um curto período de tempo a pública, e logo em seguida a novamente particular. Mas o principal neste contexto é a perda já gerada por anos de cultura européia frente à cultura nativa amazonense. Até mesmo a fundação da Academia das Belas Artes fora fundada sob a influência da primeira estação operística em Manaus, entre 1890-91.

A tentativa de se encontrar os pontos onde a cultura popular nativa amazonense se perdeu, e partiu assim para um trabalho de formação em cima de uma cultura lírica-européia, nos leva aos resultados da formação da Academia, alunos com formação erudita, fora do contexto nativo-regional. Fica-nos uma

compreensão, em cima da criação da Academia de belas Artes Amazonense, de que ela nascera já sob influência cultural externa, formando músicos para performances que condiziam com um contexto músico-cultural europeu.

Dentro deste contexto de música européia na cidade de Manaus, e de formação musical já seguindo essa tendência músico-cultural, Páscoa (2000), ressaltava que o público amazonense já acostumara-se a presenciar concertos musicais de óperas e operetas num número superior a 80 apresentações em pouco mais de 10 anos. E, analisando-se este contexto é difícil imaginar que não existisse uma “vida musical paralela” já delineando-se em contra partida à cultura européia, que tomara então conta já da cultura social amazonense.

Mas a época de êxito econômico e social começa a ter um declínio em torno de 1910, e consequentemente a vida músico-cultural também sofre com isso. Na fala de Benchimol (1999), percebe-se nitidamente esse contexto, quando ele salienta que depois do tempo dos ingleses cairia sobre a Amazônia uma longa noite de crise e depressão que iria durar muitas décadas, até que a região encontrasse uma nova base econômica e cadeia produtiva para poder atrair capitais, investimentos e empresas em outros tempos (zona franca de Manaus). E essa realidade econômica e social-cultural de transformação afeta-nos até os dias de hoje.

Esse contexto social-cultural contribuiu muito para o surgimento de *Bares* na cidade de Manaus, mas com o diferencial, da *música ao vivo*, chamados de *cafés-concerto*. Analisarmos a música que era desenvolvida nesses ambientes, e as discussões político-sociais que permeavam o meio, traz-nos muito do que hoje se vive na vida cultural da cidade. Na avenida Eduardo Ribeiro alguns ateliês de instrumentos musicais, lojas de partituras, clubes musicais (os citados bares de música ao vivo), e também teatros, começaram, a dar uma vida musical e cultural mais intensa à cidade a partir de 1910, começando a fugir da tendência elitista que a música européia trazia com seus “concertos importados”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo, Editora Atlas, 2002.

A Arte passou a ser âncora de debates e palanque político. Porém, uma análise antropológica de festas como Boi Manaus, O Boi de Parintins, Samba Manaus, e outras, nos mostram que estas ainda estão recheadas de cultura não-local, que a música praticada, as encenações dramatizadas, os cantos entoados, as danças executadas, ainda estão desconectados de uma cultura nativa, de uma realidade social fundada na miscigenação ainda nos tempos da colonização.

Entendermos estas nuances e buscarmos um contexto cultural nativo, pode ser uma forma íntegra e fiel à História da cidade de Manaus, e uma forma de resgate da cultura regional. Aqui salientamos a fala de Campos (2000), onde ele ressalta que a “cultura é a vivência diária de um povo, na busca por uma melhor expressão de sua criatividade, suas crenças, e seus hábitos sociais reais e imaginários”, e a busca por um contexto cultural-musical nativo na cidade de Manaus deve ser uma constante como busca de uma identidade cultural regional.

REFERÊNCIAS

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um Pouco antes e Além Depois*. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977.

BENCHIMOL, Samuel. *Manual de Introdução à Amazônia*. Manaus, Edição Reprográfica, 1996.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia - Formação Social e Cultural*. Manaus: Editora Valer, 1999.

CAMPOS, Moema Craveiro. *A Educação Musical e o Novo Paradigma*. Rio de Janeiro, Editora Enelivros, 2000.

COSTA, Selda Vale da. *No Rastro de Silvino Santos*. Manaus: SCA, 1987.

GESTÃO DA COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES: PROPAGANDA E IMAGEM INSTITUCIONAL

Amarinildo Osório de Souza¹

Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas
amarinildo@gmail.com / osorio@zipmail.com.br

RESUMO

A discussão sobre *A gestão da Comunicação nas Organizações* envolve alguns conceitos fundamentais como: Relações Públicas, público, opinião pública e organização. De posse dessas informações, será tratado do desenvolvimento da *comunicação organizacional* no Brasil, abordando suas funções e apresentado dois sistemas de comunicação organizacional – um proposto por Pimenta (2002) e outro por Gaudêncio (1986). Encerando esse primeiro momento, é caracterizado o formato comunicacional proposto por Oliveira (2003), cuja essência é a comunicação organizacional com um processo democrático, em que emissor e receptor tornassem interlocutores de uma organização. Por fim, será tratado da propaganda institucional, apresentado suas funções e medidas a serem adotadas para a construção da imagem organizacional na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: gestão da comunicação; organizações; relações públicas, propaganda e imagem institucional.

ABSTRACT

The discussion on *The Management of Communication in Organizations* involves some fundamental concepts such as: Public Relations, Public, public opinion organization. In possession of this information we will see the development of organizational communication in Brazil, addressing their duties and presenting two systems of organizational communication - one proposed by Pimenta (2002) and another by Gaudêncio (1986). Finishing the first moment, we will characterized the communication format proposed by Oliveira (2003), whose essence is the organizational communication as a democratic process, in which transmitter and receiver become partners of an organization. Finally, we will treat the institutional propaganda, showing his duties and measures to be adopted for the construction of organizational image in contemporary society.

Key words: communication management; organizations; public relations; propaganda; institutional image.

¹Graduado em Produção Publicitária pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM).

INTRODUÇÃO

É impressionante a velocidade com que a vida mudou nos dois últimos séculos. As novas tecnologias, como a energia elétrica, o automóvel e a Internet, marcaram profundamente a maneira de viver das pessoas. Realizou-se e realiza-se uma “revolução invisível” (Le Goff, 1992). Revolução no sentido de que a vida, seu ritmo, as noções de tempo e espaço vão mudando completamente; invisível pelo fato de que estas tecnologias entraram de uma maneira sutil e impositiva em nosso cotidiano, em um movimento no qual tudo agora parece indispensável.

Para Bueno (2006), há um consenso entre os especialistas de que o mundo contemporâneo, e em especial os das organizações, tem sido abalado pelo processo crescente de globalização dos mercados e das idéias, pela revolução causada pelas novas tecnologias, pela desmassificação do processo de produção e pela valorização do espírito de cidadania.

É tomando por base este cenário que trataremos da gestão da comunicação nas organizações e da propaganda institucional enquanto ferramenta corporativa.

Durante o trabalho, será exposto como as empresas devem se posicionar frente a seus públicos, agindo no fortalecimento de sua imagem e construção de um discurso organizacional tendo por base as transformações sociais, tecnológicas e gerenciais do mundo corporativo.

1. RELAÇÕES PÚBLICAS: *público*, *opinião pública* e *organização*

Para que melhor compreendamos a definição de público, opinião pública e organização, é preciso, antes de tudo, saber a que conjunto de atividades esses termos estão relacionados.

Entende-se por Relações Públicas - RP, de acordo com a definição oficial da Associação Brasileira de Relações Públicas - ABRP,

o esforço deliberado, planejado, coeso e contínuo da alta administração, para estabelecer e manter uma compreensão mútua entre uma organização, pública ou privada, e seu pessoal, assim como entre essa organização e todos os grupos aos quais está ligada, direta ou indiretamente”. (Pinho, 1990: p. 27)

Atualmente, no Brasil, segundo Fortes (1990), a atividade de Relações Públicas assume lugar de destaque no processo administrativo, “utilizando técnicas que visam conquistar a boa vontade e a cooperação das pessoas com as quais uma organização se relaciona ou depende” (p. 19). É papel, portanto, das RP integrar entidades e seus diversos públicos, estabelecendo assim a compreensão e credibilidade de uma empresa com os seus diversos grupos de interesse. Então, dentro dessa concepção, o quem vem a ser público, e qual sua ligação com a atividade de Relações Públicas?

Para Fortes (1990), a definição de público, como forma de comportamento coletivo, é

o agrupamento espontâneo de pessoas adultas e/o grupos sociais organizados, com ou sem contigüidade física, com abundância de informações, analisando uma controvérsia, com atitudes e opiniões múltiplas quanto à solução ou medidas a ser tomadas perante ela; com ampla oportunidade de discussão, e acompanhando ou participando do debate geral por meio da interação social ou dos veículos de comunicação, à procura de uma atividade comum, expressa em decisão ou opinião coletivas, que permitirá a ação conjugada. (apud ANDRADE, p. 41)

De acordo com Ferreira (2000: 567), a definição de público resume-se a um “conjunto de pessoas”. Todavia, como coloca Andrade, a amplitude do termo *público* difere bastante do

conhecimento popular. Segundo o autor, público não se trata de um simples agrupamento de pessoas voltado para presenciar um acontecimento, interagindo, ou não com ele.

Não se trata também de um grupo de indivíduos assistindo a um espetáculo ou a uma palestra. Também não se pode falar em público quando se cuida dos fãs de um célebre artista de televisão. O público também não pode ser confundido com povo ou nação.

A presença de uma controvérsia, a oportunidade de discussão e o aparecimento de uma decisão ou opinião coletivas marcam as características do agrupamento elementar chamada de público. (2001: 13)

Em suma, público não significa apenas um grupo de pessoas que, organizados ou não, compartilham dos mesmos ideais, ou simplesmente se reúnem, ocasional ou rotineiramente para assistir um filme, conversar, estudar etc. Público, constitui-se, outrossim, de um agrupamento elementar e espontâneo que interage entre si, compartilhando interesses e com plena consciência de suas afinidades mútuas.

“Outra particularidade do público é o desacordo e a oposição” (ANDRADE, *idem*). Como coloca o autor, para que se constitua fidedignamente um público é preciso que se estabeleçam discussões e debates, quebra opinião, reunião de argumentos; que, depois de interpretados, irão formar uma opinião coletiva.

Todavia, é preciso deixar claro que para que possam existir discussões no público, alguns elementos são imprescindíveis como: linguagem comum (todos devem saber interpretar os mesmos códigos e sinais), consonância entre termos fundamentais (acordos comuns) e imparcialidade (entre religião, sexo, visão política). Esses elementos denominam-se “universo de debates”. (Andrade, 2001: p. 15)

Portanto, para que exista um público é necessário haver este “universo de debates”, que

muitas das vezes não é constituído, ocasionado o encerramento da discussão e, por sua vez, a não formação de um público. Cabe, pois, às Relações Públicas “estimular a formação de públicos frente a controvérsias, propiciando, também, a oportunidade de discussão”. (ANDRADE, *idem*)

Essa premissa está atrelada à necessidade de as empresas, tanto públicas quanto privadas, incentivar e ouvir seus públicos, facilitando a tramitação de informações no ambiente corporativo, bem como a discussão dessas informações, visando à materialização de um debate autêntico, conforme e imparcial. (ANDRADE, 2001)

Desde o século XV, como relata Andrade (*idem*), o mundo entrou em gigantesco processo de unificação. O ser humano, apesar das distâncias geográficas, passou a estabelecer maior contato com outros indivíduos, através do desenvolvimento dos meios de comunicação e da descoberta de novas tecnologias. E, apesar de todas as relações conflituosas que deparamo-nos rotineiramente, seja pela troca permanente de conhecimentos e informações, ou por mudanças de todas as ordens, vivenciamos o império da opinião pública.

Esse processo aponta que a “sociedade atual tem como seu alicerce a opinião pública e exclusivamente sobre base o mundo pode sobreviver. Quem manda na humanidade, que a dirige, depende da opinião pública”. (ANDRADE, 2001: 17)

Ademais, com o desenvolvimento dos meios de comunicação, o conceito de opinião pública tem assumido constantes ressignificações na sociedade contemporânea.

Caminha-se para o desaparecimento das multidões, surgindo, em seu lugar, as massas e os públicos. É a descoberta da imprensa que marca o início dessa transformação. Realmente, antes dela não havia o que hoje se entende por massa ou público. [...]

Somente o público, frente às controvérsias, com as suas discussões, que, por sua vez, está na dependência dos veículos de comunicação. (ANDRADE, 2001: 19)

Estabelece-se aqui a relação entre opinião pública e público. Como visto anteriormente, um público constituir-se-á de uma discussão sistematizada que, então, estará subordinada aos veículos de comunicação, linguagens e códigos, e diretamente relacionada aos indivíduos envolvidos no processo comunicativo.

Dessa forma, “a opinião pública é constituída de idéias que, por seu lado, pertencem a indivíduos” e “se forma no calor das discussões dos componentes do público” (ANDRADE, pp. 19-20). Partindo dessa colocação, a opinião pública seria aquilo que um agrupamento humano, compartilhando interesses comuns, pensa coletivamente acerca de um determinado tema ou situação. Assim, a opinião pública é, pois, resultado da interação das diversas opiniões individuais de um público, podendo, este, ser concebido de uma organização.

Estes dois conceitos aparecerão notoriamente nas organizações, as quais se fazem presente em um número incomensurável em nossa sociedade hoje. Para Kush (2002),

Quando se procura definir e conceituar as organizações, dois aspectos são amplamente trabalhados pela maioria dos autores: o ato e efeitos de “organizar”, que é uma das funções da administração; e o uso do termo “organização”, como expressão de um agrupamento planejado de pessoas que desempenham funções e trabalham conjuntamente para atingir objetivos comuns. (p.23)

De acordo com essa colocação, a autora examina que duas linhas de pensamento dominam esse estudo:

A dos racionalistas, que concebem as organizações como estruturas racionalmente ordenadas destinadas a fins específicos; e a dos organistas, que vêem as organizações como organismos sociais vivos; que evoluem com o tempo, sejam elas uma empresa privada ou um burocracia governamental. (KUNSCH, apud Pereira, 2002: p. 23)

Observaremos o conceito de organização sob a perspectiva de Mattos (1978: 12), em que, segundo o autor, etimologicamente, “o termo organização procede do grego *organon*, que significa órgão”. Nisso, compreende-se o sentido essencial do termo, relacionado à preocupação com órgãos que se constituem de empresas, instituições e entidades criadas pelos homens para o desempenho de certas funções, como vistas a atingir determinados fins.

O referido autor¹ desenvolveu um amplo estudo sobre a natureza e a origem das organizações, apresentando dois significados básicos para o termo organização:

Organização significa estudar órgãos e sobre eles agir, isto é, sobre as empresas, instituições e os empreendimentos humanos, com o fim de torná-los mais eficazes e eficientes (isso é, maximizar-lhes o exsumo e minimizar-lhes o insumo ou, por outras palavras, torná-los mais céleres e menos dispendiosos ou, ainda, aumentar-lhes a produtividade e o rendimento, reduzindo ao mínimo possível os custos materiais). Tudo isso levando em conta os aspectos ambientais, éticos, espirituais e humanos do problema, e tendo em vista que os empreendimentos humanos são constituídos por homens e existem pelos e para os homens. Organização significa um órgão, ou seja, um meio ou instrumento pelos qual um ato é executado ou um fim é alcançado. Por conseguinte, um conjunto de órgãos, funcionando para um fim determinado, forma um aparelho ou sistema. Quando esse conjunto funciona conjugado a outros conjuntos para um fim mais amplo, ele passa a construir um subsistema desse sistema maior. E assim sucessivamente até o infinito. (KUNSCH, apud. MATTOS, p: 24)

Na atualidade, afirma Kunsch, o termo ganha força, superando a visão fragmentada das décadas passadas, quando, de acordo com Drucker, os cientistas políticos e sociais, até depois

¹ Alexandre Morgado Mattos elencou 23 definições de diferentes autores sobre organização. Para detalhamento, ver *Organização: uma visão global – introdução- ciência-arte*. 2ª ed. RJ: FGV, 1978.

da Segunda Guerra Mundial, só falavam de governo, empresas, sociedade, tribo, comunidade e família. Hoje, de acordo com a autora, o termo organizações tem sido comumente adotado para denotar as mais diversas modalidades de agrupamentos de pessoas.

Organização é, pois, um agrupamento vivo de pessoas que, hierarquicamente organizadas, se associam para trabalhar, desempenhas funções e atingir objetivos comuns, com vistas em satisfazer alguma necessidade (KUNSCH, 2001). Pode constituir-se, também, de um *universo de debates* organizado por um público, com características peculiares, cuja opinião individual influencia, reciprocamente, na formação de uma opinião pública.

Portanto, é preciso entender que uma organização é formada por públicos, que, por sua vez, é composto por indivíduos comuns, cujas opiniões pessoais passam a influenciar e reciprocamente ser influenciadas pelas idéias de outros membros do grupo, gerando-se, gradativamente, uma opinião do grupo. Isto é um processo natural, pois qualquer agrupamento humano resume, em si, o ato de comunicar.

Também, celebra a necessidade de o ser humano buscar diariamente o equilíbrio entre os seus interesses pessoais e os interesses coletivos, muitas vezes indo contra o interesse particular para reagir a impulsos sociais ou interesses públicos. Observa-se assim, que a opinião pública não pode ser considerada com um produto coletivo.

Não é uma opinião unânime, em que todos concordam, já que o público é o produto da controvérsia e do debate. Também ela não é necessariamente a opinião da maioria, pois sendo resultado da competição de diferentes opiniões, pode uma minoria bem organizada exercer maior influência na formação da opinião coletiva. É também, como é óbvio, uma opinião composta, formada das diversas

opiniões existentes no público, pois a discussão é fator incontestável de interação. Sendo um produto composto, pode ser – e normalmente é – diferente da opinião de qualquer elemento do público. Finalmente, a opinião pública está em contínuo processo de formação, movendo-se na direção de uma decisão ou de um consenso completos, porém sem nunca alcançá-los. (ANDRADE, 2001: pp. 21-22)

Deste modo, resume-se a importância de as organizações trabalharem com seus *stakeholders* (públicos de interesse) uma comunicação que seja percebida de forma unificada, provendo o equilíbrio entre os interesses internos de uma empresa e os interesses, desejos e opiniões de seus públicos.

2. COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL: PANORAMA, CONCEITOS E SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO

A comunicação organizacional no Brasil, como conceito abrangente, data dos anos oitenta em diante. Até este momento, as atividades eram percebidas e desenvolvidas de forma isolada por departamentos e profissionais sem qualquer tipo de vinculação. A seguir, é possível identificar cinco marcos na evolução do conceito.

Até a década de setenta, as atividades eram fragmentadas e residuais. A partir desse momento, iniciou-se a implantação de uma cultura de comunicação, fruto do surgimento dos primeiros profissionais da área oriundos dos cursos de comunicação. No final da década de setenta, há a ênfase nos valores do associativismo e da solidariedade. Os anos oitenta representam a época em que a comunicação ganha *status* nas organizações e passa a ser uma área de trabalho profissionalizada, principalmente com a vigência

do regime democrático, que exigiu uma postura das organizações mais estratégica e posicionada. Na década de 90 o conceito se refinou e passou a ser visto como estratégico para as organizações, constituindo-se um processo integrado que orienta o relacionamento com os públicos. A partir deste marco, a comunicação organizacional passa a ser um intérprete dos efeitos da globalização e da sociedade mais organizada. (BUENO, 2003; GAUDÊNCIO, 2002)

Entre suas funções, a comunicação organizacional contribui para a definição e concretização de metas e objetivos e possibilita a integração e o equilíbrio interno (PIMENTA, 2002). Gera consentimento, produz aceitação por meio da comunicação expressiva-emocional, ajusta a comunicação informativa e geradora de conhecimento e é fruto das atitudes, valores e normas de uma organização. (GAUDÊNCIO, 1986)

Pimenta (2002) apresenta a comunicação como um sistema que permite à organização interagir com o ambiente sociopolítico, econômico-industrial e interno. Seu caráter multidisciplinar se deve à necessidade de acompanhar as transformações tecnológicas e culturais, associadas ao aumento da complexidade dos produtos.

Já Gaudêncio (1986) propõe a setorização como condição fundamental para a definição dos limites dos comportamentos e atos comunicativos, a fim de se garantir a eficácia na implantação de um sistema de comunicação. Na proposta do autor, a comunicação organizacional é composta pelas áreas de comunicação cultural, coletiva e pelo sistema de informação:

- *Comunicação cultural* – relaciona-se com a cultura organizacional e os comportamentos comunicativos e, mais diretamente, com os ruídos, canais, níveis, fluxos e redes comunicativas. Sua área de atuação abrange os estudos das comunicações formais e informais; os fluxos, os níveis e os laços de comunicação; análise de pesquisas sobre o clima organizacional para o direcionamento de estratégias; análise dos ruídos

da comunicação formal; estudo das habilidades comunicativas das fontes, receptores e canais; e análise e pesquisa do universo vocabular do meio interno.

- *Comunicação coletiva* – relaciona-se com os públicos internos e externos, e mais diretamente, com a identidade visual, jornalismo, relações públicas empresariais e governamentais, marketing cultural, publicidade comercial /industrial e institucional e editoração. Sua área de atuação abrange projetar um conceito adequado às organizações, gerir as formas de comunicação, desenvolver o trabalho em equipe, desenvolver os valores básicos, projetar a ideologia da organização, racionalizar formas de comunicação, traduzir as mensagens e acompanhar e influenciar o meio ambiente.

- *Sistema de informação* – relaciona-se com a seleção, tratamento, armazenamento, disseminação e prospecção em todo o sistema organizacional. Nesta perspectiva, o sistema de informação para a comunicação organizacional está restrito às necessidades de informação que subsidiam o corpo gerencial.

Alguns anos depois, Gaudêncio amplia o esquema descrito acima, incluindo a comunicação administrativa reconhecida como a burocrática que ocorre internamente e substituindo o termo comunicação coletiva por comunicação social. (GAUDÊNCIO, 2002)

Na análise da comunicação organizacional, também é necessário considerar sua função social e humana na construção dos espaços. Nesta perspectiva, ela é um fenômeno complexo que “não se sustenta através de concepções instrumentais, que visem apenas o desenvolvimento dos meios de informações e a função de informar e divulgar”. (OLIVEIRA, 2003)

O formato da comunicação organizacional proposto por Oliveira (2003) reconhece a abundância dos fluxos informacionais e a diversidade do contexto contemporâneo e o torna um

processo mais democrático, uma vez que responde pela interlocução da organização com a sociedade. Oliveira (2003) sugere a criação de um modelo centrado na interação dialógica, onde emissor (organização) e receptor (públicos de relacionamento) tornam-se interlocutores de uma dinâmica argumentativa.

A referida autora utiliza o modelo “simétrico de mão dupla” de Grunig (apud OLIVEIRA, 2003) que valoriza a troca de informação entre a organização e os públicos, ressaltando a importância de balancear os interesses de todos. O modelo se constitui a partir da criação de um campo imaginário comum onde ocorrem as interações. O emissor e o receptor perdem suas funções e transformam-se em sujeitos do processo comunicativo com uma maior predisposição em compartilhar informações e idéias no sentido de alcançar uma compreensão mútua e reforçando o espírito de cidadania.

Para a autora, “o campo comum acontece através do diálogo e da argumentação das opiniões, propostas e divergências. Nessa perspectiva, independentemente do lugar que ocupam, os interlocutores produzem sentidos.” (OLIVEIRA, 2003: p. 7). A interação comunicacional dialógica potencializa a construção de sentido no ambiente interno e externo uma vez que garante o espaço para discutir e debater aspectos políticos e as decisões organizacionais.

Em resumo, a comunicação organizacional, a partir da década de 90, passa a representar os efeitos da globalização e de uma sociedade mais organizada. Entre suas funções, destaca-se a contribuição para a concretização das metas e dos objetivos institucionais, a integração entre os ambientes internos e externos e a difusão de informações geradoras de conhecimento.

Para integrar os ambientes sociopolítico, econômico-industrial e interno, a comunicação organizacional baseia-se no planejamento da comunicação cultural, social, administrativa e dos sistemas de informações.

Rompendo com a estrutura linear entre emissor e receptor, o modelo de interação dialógica demonstra a importância do reconhecimento

dos interlocutores na construção de sentidos no ambiente organizacional e na garantia de espaços para discussões e debates, em que cada indivíduo participa de forma completa da prática comunicativa valorizando as divergências e a existência de concepções diferenciadas de significados.

3. A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM ORGANIZACIONAL

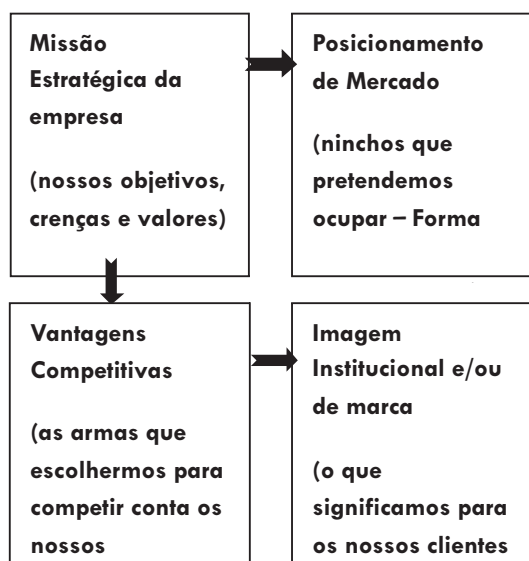
Definir imagem institucional é algo bastante complexo, pois seu conceito compreende aspectos subjetivos. Outra questão, também peculiar, é a relação conflituosa entre imagem e conceito. Pacini (2004) estabelece a seguinte diferença entre os termos: a *imagem* é uma impressão inconsciente que um indivíduo tem de uma instituição, organização ou pessoa, percebida de forma absolutamente emocional; já o *conceito* trata-se de uma idéia consciente, mensurada de forma racional por meio do conhecimento intelectual.

Para Fox e Kotler (1994), *imagem* pode ser definida como a soma de crenças, idéias e impressões que uma pessoa tem de um objeto. Aplicada ao contexto prático, a imagem pode ser institucional ou organizacional. A *imagem institucional* é elaborada à medida que um grupo de pessoas constrói uma instituição: o objetivo dela, seu modo de trabalho, o tratamento que dá ao funcionário e ao fornecedor, contribui para expressar sua auto-imagem, que depois se tornará a imagem institucional; já a *imagem organizacional* pode ser definida como a imagem natural, espontânea, fruto de uma expectativa ou de uma demanda de troca (GIANGRANDE, 1995).

Nesse sentido, a formação de uma imagem deve ser encarada como um trabalho constante, coerente e planejado. É papel, pois, dos profissionais de propaganda, em particular

dos Relações Públicas², estabelecer e manter o conceito de uma empresa ou organização junto a seus públicos de modo racional e exato, uma vez que a imagem é percebida pelos sentidos. E para que não haja controvérsia com relação à imagem projetada e àquela percebida pelo público, a imagem institucional deve ser reflexo do planejamento estratégico da organização, como mostra a figura.

Fig. 1 - Imagem institucional como decorrência da missão estratégica da empresa



Fonte: GRACIOSO, Francisco. Propaganda Institucional – Nova Arma Estratégica. São Paulo, 1995 (adaptado)

Nessa concepção, faz-se necessário que a organização comunique seus objetivos, crenças e valores continuamente, para que seus públicos a entendam de forma racional e uniforme.

Igualmente, a imagem de uma organização depende diretamente da maneira como o mercado a percebe. A percepção, por sua vez, depende da forma e conteúdo de sua comunicação interna e externa.

Segundo Gracioso (1995: 45), “O comprador de serviços não faz distinção entre os serviços que adquire e seu fornecedor [...]. Da mesma forma que ocorre com as empresas de outros tipos, também as empresas de serviços criam e reforçam a imagem institucional através de seus atos, mais do que palavras”.

Portanto, as empresas que buscam consolidar sua imagem junto aos seus públicos devem agir de forma estratégica. É desta forma que deve ser concebida a propaganda institucional, reunindo marca e imagem de uma empresa, simultaneamente. Como corrobora Kotler (1998), as pessoas prestam mais atenção às atitudes de uma organização do que a seus discursos. Essa compreensão se aplica tanto a marcas, quanto a empresas prestadoras de serviços. Pois,

Os serviços são intangíveis. Diferente dos produtos, não podem ser vistos, provados, sentidos, ouvidos ou cheirados antes de serem comprados. A pessoa que pretende mudar de cara não pode ver resultados antes de compra uma cirurgia plástica, e o paciente que vai ao consultório do psicanalista não pode prever o resultado da análise. (Kotler, 1998: 414)

Por isso, a tão almejada imagem ideal pretendida por uma organização, por vezes pode parecer intangível. Na tentativa de transpor as dificuldades acerca da boa imagem de uma organização, cabe aos profissionais envolvidos com a comunicação manter o esforço entre a imagem consolidada e o discurso corporativo, visto que a imagem da organização é diretamente refletida nas expectativas em relação aos produtos ou serviços oferecidos por ela.

² Muitas das empresas modernas possuem, em seu quadro de funcionários, a figura do Relações Públicas - RP. Este profissional assume funções específicas, na tentativa de aproximar a imagem real e ideal de uma organização, sob a identificação dos públicos de interesses dessa.

Assim, uma organização deve entender que a imagem é única no sentido de que resulta numa percepção unificada por parte de todos seus públicos de interesse. O mecanismo que leva à percepção destes atributos é basicamente emocional, e as pessoas entram em sintonia com aquilo que têm relevância para elas, desprezando ou simplesmente não notando o restante. Desta forma, a opinião de todos os públicos deve ter o mesmo grau de equivalência dentro de uma organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de propaganda institucional, assim como o de muitas outras atividades relacionadas ao mundo dos negócios, passou por resignificações a partir da década de 20. E a gestão da comunicação, em particular, tem assumido novos campos frente às transformações sociais e tecnológicas impostas pela sociedade da informação.

Esses fatores apontam a necessidade de as organizações manterem (simultaneamente) suas marcas e produtos na memória das pessoas. Portanto, a visão fragmenta de propaganda institucional (aquela relacionada apenas à divulgação da imagem de uma empresa/marca) passou a ser mais abrangente, envolvendo um conjunto de novos papéis, em que a propaganda institucional passou a entendida com um *mix de comunicação*, um sistema que reúne: comunicação institucional e mercadológica.

Nesse sentido, a comunicação nas organizações requer uma gestão da informação mais integrada com os objetivos institucionais, e os públicos de interesse de uma instituição passaram a atuar reciprocamente num modelo comunicacional, onde a figura do emissor e receptor cede lugar aos interlocutores: sujeitos que interagem entre si, através de uma comunicação eficiente, uníssona e recíproca.

A propaganda, então, também assume uma dualidade: primeiro pela sua função em persuadir um público-alvo através de suas linguagens, métodos e técnicas; segundo por ser

um produto de ordem sócio-cultural, sendo transformada pela sociedade que a concebe, tornando-se, assim, parte integrante do universo comunicacional das organizações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Teobaldo. *Para entender relações públicas*. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BUENO, Wilson da Costa. *Comunicação empresarial e o processo de gestão*. In: Portal Comunicação Empresarial. Disponível em www.contexto.com.br. Acesso: out. 2007

BUENO, Wilson da Costa. *Comunicação Empresarial: Teoria e Pesquisa*. Barueri: Monole, 2003.

FERREIRA, Aurélio B. H. Mini Aurélio Século XXI - Escloar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Setembro 2000.

FORTES, Waldyr G. *Pesquisa institucional: diagnóstico organizacional para relações públicas*. São Paulo: Loyola, 1990.

FOX, K. F. A.; KOTLER, P. *Marketing estratégico para instituições educacionais*. São Paulo: Atlas, 1994.

GAUDÊNCIO, Torquato. *Comunicação Empresarial, Comunicação Institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas*. São Paulo: Summus, 1986.

GAUDÊNCIO, Torquato. *Tratado da comunicação organizacional e política*. São Paulo: Summus, 2002.

GIANGRANDE, V. de M. *Em defesa do consumidor (1995)*. Disponível em: www.portalrp.com.br/biblioteca/textos/rppp_c

ases_004.htm>. Acesso em 05 nov. 2007.

GRACIOSO, Francisco. *Propaganda Institucional: nova arma estratégica da empresa*. São Paulo: Atlas, 1995.

KOTLER, P. *Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. São Paulo: Atlas, 1993.

KOTLER, Philip. *Administração de Marketing*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1984.

KUNSCH, Margarida. *Planejamento de Relações Públicas*. São Paulo: Summus Editorial, 2001.

LE GOFF, O. *L'invention du confort. Naissance d'une forme sociale*. França, Presses Universitaires de Lyon, Lyon, 1992.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. *Comunicação pública e os setores não estatais*. Campinas: Alínea, 2004.

PANCINI, Aline B. *Imagem institucional: o que os olhos não vêem*. 2005. 34f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Arte, São Paulo.

PINHO, J.B. *Propaganda Institucional: usos e funções da propaganda em relações públicas*. São Paulo: Summus, 1990, 5ª ed.

Trabalho de Conclusão de Curso
desenvolvidos por Formandos do Curso Superior
de Tecnologia em Produção Publicitária:
Amarinildo Osório, Ana Paula Corrêa,
Fernanda Barroso, Fernanda Brandão
e Jonas da Silva Júnior.
Orientadores:
Prof. Dr. Djalma Paz Gomes
Profa. Dra. Francisca Elisa Lima Pereira

SOU FEDERAL!



CEFET-AM
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO
A • M • A • Z • O • N • A • S

nossa marca.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS

SEDE DO SISTEMA - Av. 7 de setembro, 1975 - CENTRO

Cep.: 69020-120 - Centro - Manaus - AM

Fone: (92) 3621-6700 Fax: (92) 3635-1981

www.cefetam.edu.br

revistaigapo@cefetam.edu.br